

Universidade de São Paulo
Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas
Departamento de Geografia
Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana

RINALDO GOMES PINHO

**Crise do trabalho e a abordagem centro-periferia na
metropolização de São Paulo**

São Paulo

2010

Universidade de São Paulo
Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas
Departamento de Geografia
Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana

**CRISE DO TRABALHO E A ABORDAGEM CENTRO-PERIFERIA
NA METROPOLIZAÇÃO DE SÃO PAULO**

RINALDO GOMES PINHO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Anselmo Alfredo

**EXEMPLAR
CORRIGIDO**

De acordo

Prof. Dr. Anselmo Alfredo

São Paulo
2010

AGRADECIMENTOS

Muitas pessoas são importantes nesse no caminho de nossa pesquisa e da nossa vida acadêmica. Não tenho como não agradecer a minha família, uma grande família, como no geral são as famílias nordestinas e pobres, que ainda mantêm laços de solidariedade e de amizade. Eu devo muito a eles.

Agradeço muito aos meus amigos de Carapicuíba, na qual passei minha adolescência, minhas lutas políticas, e minha construção como ser crítico. No Departamento de Geografia, devo agradecer aos meus amigos que se tornaram amigos para toda a vida em debates, estudos em grupos e tantas vezes nas mesinhas do aquário tomando cervejas e debatendo nossas pesquisas.

De forma especial agradeço a Ana pelo companheirismo que já duram mais 20 anos, a Giovanna minha filha que ilumina meus dias. Agradeço ao Vicente, Alexandre pela nossa batalha em Carapicuíba; a Renata Siqueira pela amizade e revisão trabalho. Por fim, agradeço a Prof^a Amélia pelo incentivo a minha pesquisa e ao meu amigo e orientador Prof. Anselmo Alfredo.

RESUMO

A dissertação teve como principal questão a discussão acerca das abordagens das periferias urbanas no processo de metropolização de São Paulo, discutindo os pressupostos da literatura sobre o tema desta divisão intra-urbana a partir das idéias de marginalização e exclusão sócio-espacial. Procuramos problematizar a divisão entre centro e periferia urbana a partir da crítica às abordagens que privilegiavam estas análises a partir da centralidade das categorias de luta de classes, dos espaços periféricos como locus do exército industrial de reserva e da hegemonia do capital produtivo.

A pesquisa procura repensar a questão da divisão da metrópole no atual momento de reprodução crítica do capitalismo que marca uma mudança qualitativa de entendimento dos espaços considerados periféricos para além da materialidade e da visão geométrica da divisão centro periferia. Discutimos a perda de potência da idéia de espaços excluídos a partir da premissa de um processo de socialização negativa das populações pauperizadas, neste momento de crise dos fundamentos do trabalho, aliada à nova estrutura da reprodução do capital, baseada na financeirização e na ficcionalização. Deste modo através da generalização do crédito e do consumo para estas populações, buscamos um caminho possível para pensar a própria destituição da relação centro-periferia na metrópole de São Paulo.

Palavras chaves:

Crise do trabalho, Metrópole de São Paulo, centro-periferia, socialização negativa, crédito.

ABSTRACT

This dissertation was mainly focused on the discussion of the approaches regarding the urban peripheries in São Paulo's metropolization process, discussing the assumptions in literature on the subject of this intra-urban division based on the ideas of marginalization and socio-spatial exclusion.

We have tried to problematize the division between urban center and periphery by criticizing the approaches that privileged these analysis from the centrality of the class struggle categories, peripheral areas as the locus of the industrial reserve army and the hegemony of productive capital.

The research aims at rethinking the division of the metropolis at a time of critic capitalist reproduction, which marks a qualitative change in the understanding of peripheric spaces, going beyond the materiality and the geometric vision of the center-periphery division. We discuss the loss of strenght of the idea of excluded spaces from the assumption that there is a process of negative socialization of impoverished populations in this moment of crisis of the foundations of work, coupled with the new structure of capital reproduction, based on financialization and fictionalization. Thus, through the widespread use of credit among these populations and through the consumption, we sought a possible way to think the destitution of the center-periphery relation in the metropolis of São Paulo.

Key-words:

Crisis of work, Metropolis of São Paulo, center-periphery, negative socialization, credit.

INDICE DE ILUSTRAÇÕES

MAPAS E FIGURAS

Mapa 1: Zonas de Urbanização e Zonas de Integração a partir da obra de Langenbuch (1971)	40
Mapa 2: Município de São Paulo: Divisão em Áreas Homogêneas a partir da obra de Caldeira (1982)	103
Mapa 3: Município de São Paulo: Índice de Exclusão/Inclusão Social dos Distritos	104
Mapa 4: RMSP – Incremento Populacional Absoluto – 2000 a 2006 e Lançamentos Residenciais (médio e alto padrão) 2004 a 2009	119
Mapa 5: Município de Carapicuíba: Principais Obras de Mobilidade Urbana e Localização dos Shopping Centers	126
Mapa 6: Localização dos Shopping Centers, Lojas Casas Bahia e Hipermercados na Mancha Urbana da RMSP	140
Figura 1: Distribuição dos Grupos Sociais na Região Metropolitana de São Paulo	128

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
CAPÍTULO 1 - CAMPO E CIDADE; SUBÚRBIOS E PERIFERIAS	13
Relação centro-periferia nas metrópoles latino-americanas	20
Marginalização, subúrbio e periferias no Brasil e na metrópole paulistana	30
Origem dos subúrbios e periferias urbanas na metrópole paulistana	31
Segregação e marginalidade na metrópole	41
CAPÍTULO 2 - PERIFERIAS URBANAS FRENTE À CRISE DO TRABALHO: UMA CRÍTICA À OPOSIÇÃO CENTRO X PERIFERIA	57
Periferias urbanas como locus da classe operária	58
Da hegemonia do capital industrial à hegemonia do capital financeiro	68
Capital financeiro e mudanças na metrópole: centralidades x policentralidades	79
CAPÍTULO 3 - OS ESPAÇOS CONSIDERADOS PERIFÉRICOS DA METRÓPOLE PAULISTANA FRENTE AO NOVO QUADRO DE CRISE DO TRABALHO PRODUTIVO	97
Complexificação e mudança qualitativa nos espaços considerado periféricos na metrópole	105
O crédito e as periferias enquanto lugar do consumo	131
Estratégias das grandes redes de varejo nos espaços periféricos	138
Socialização negativa através da financeirização e ficcionalização da sociedade	151
Expansão do crédito e endividamento dos pobres	160
CONSIDERAÇÕES FINAIS	170
BIBLIOGRAFIA	171

INTRODUÇÃO

A construção da nossa pesquisa tem como origem o questionamento acerca das proposições teóricas e conceituações sobre os espaços denominados periferias urbanas da metrópole. Estes questionamentos são advindos de um duplo movimento: num primeiro momento, por conta da nossa vivência empírica nesses espaços pauperizados, principalmente na cidade de Carapicuíba, porção oeste da Região Metropolitana de São Paulo; da nossa experiência profissional, em especial no desenvolvimento de trabalhos com os loteamentos irregulares nos distritos da região sul e região norte do município de São Paulo (espaços representativos das periferias urbanas); e, finalmente, do trabalho com conjuntos habitacionais populares por diversas regiões da cidade de São Paulo.

Num segundo momento, formulamos nosso questionamento a partir da crítica ao arcabouço teórico acerca destes espaços, em função de mudanças qualitativas das periferias urbanas, num quadro marcado por mudanças estruturais no modelo de acumulação capitalista. Essas transformações se afirmam, principalmente, a partir crise estrutural do trabalho na qual a circulação da riqueza produzida e fictícia envolvem um processo ampliado de financeirização

O que nos move para o debate em torno desta pesquisa é o entendimento de que o conceito ou a noção de periferias urbanas utilizados até hoje em grande parte das pesquisas não respondem mais à complexidade que estes espaços ganham nos dias atuais. Entendemos que essas limitações se devem ao fato das pesquisas utilizarem as construções teóricas dos anos 1970 e 1980, tributárias de um modelo teórico e de um modo de acumulação baseados na hegemonia do capital produtivo, na centralidade da luta de classes, que por sua vez ainda inspira em grande parte a

dicotomia entre centro e periferia. A nossa pesquisa vai procurar desenvolver o debate com estas proposições.

A maioria das pesquisas sobre esses espaços focaram a questão das periferias urbanas da metrópole a partir da idéia de uma periferia excluída, degradada e, na maioria das vezes, como um lugar precário, sem infraestruturas urbanas a partir da precariedade dos equipamentos de consumo coletivo. Esse movimento afirmava a idéia de exclusão destes espaços como “um lugar outro” na cidade. Por sua vez, sob a perspectiva do trabalho, a maioria das teorizações, principalmente as de cunho marxista tinha como centro da análise a visão desses como enquanto lócus do exército industrial de reserva.

Acreditamos que o acento na idéia de exclusão e de separação destes espaços da cidade teve como centro da análise a ontologização do trabalho¹, a centralidade da classe operária e da luta de classes, o que acabou por obscurecer um processo de inclusão dessas populações e desses espaços num processo de socialização negativa através do consumo e do crédito. É necessário frisar que, com isto, não negamos a situação de pobreza dos moradores desses espaços, do cotidiano da violência e de outros problemas que ainda persistem nesses lugares. No entanto, ao colocar o acento apenas nessas questões ligadas à segregação e exclusão, a luta pela “inclusão” na cidade acabou se resvalando para a integração desses espaços ao consumo.

Nosso trabalho procura analisar outros aspectos dos espaços periféricos, além daqueles que tinham como pressupostos a hegemonia do capital produtivo. Pretende-se demonstrar que neste novo período, aquelas teorias perdem

¹ A partir das idéias de Robert Kurz afirmando que o marxismo tradicional, apesar de ter criticado e aprofundado o conceito de trabalho abstrato, insistiu neste conceito como universalista e trans-histórico. Neste sentido este pensamento positivou o trabalho e focou sua crítica a partir da luta de classes e pela distribuição justa da mais valia o que influenciou a maioria das pesquisas sobre a questão da exploração e inclusão nas periferias urbanas de base marxista.

capacidade explicativa. Num primeiro momento, porque ainda pensam esses espaços, no caso da metrópole de São Paulo, enquanto lugar sem infraestruturas urbanas. Num segundo momento, por pensar esses espaços com um arsenal teórico que não dá conta de explicar a sua produção sob a hegemonia do capital financeiro e da crise do mundo do trabalho.

Procura-se demonstrar uma periferia num movimento intenso de inclusão e de integração e consumida pelo mundo da mercadoria através dos mecanismos de expansão do crédito. Ou seja, no sentido de uma mudança nos termos da própria idéia de exploração. Ao invés de um espaço excluído e segregado, procuramos mostrar que ele está completamente imerso nas estratégias das grandes redes do varejo, lojas de eletrodomésticos e shopping centers. Neste sentido, observa-se que esta população não pode ser mais pensada de maneira marginal, como foi o foco das teorizações dos anos 1960 a 1980, mas devem ser incluídas como consumidores no processo de reprodução crítica da metrópole.

Entendemos que o processo de homogeneização patrocinado pelo consumo e acesso ao crédito está destituindo aquilo que era entendido como específico das periferias. Desta forma, o discurso do que se denominou periferias urbanas como um “espaço outro”, como um espaço apartado e marginalizado a partir trabalhos dos anos 1970 e 1980 na Geografia, na Sociologia e no Urbanismo perdem sentido explicativo, apesar de ainda serem hegemônicos nos trabalhos acadêmicos acerca do tema.

A discussão proposta procura mostrar um processo de destituição da idéia de periferias urbanas em relação a uma centralidade que explodiu e ocupa todos os lugares, pobres ou não, da metrópole. Neste sentido, este trabalho procura debater e

repensar a relação centro-periferia na metrópole paulistana, buscando tensionar a perda da potência desta relação dicotômica na metrópole.

Nossa dissertação será composta de três capítulos: o primeiro procura situar e debater a separação entre campo e cidade e centro e periferia dentro das teorias sobre a formação das cidades. Destacamos a formação dos subúrbios e a passagem desse conceito para o de periferias urbanas. Procuramos debater com autores da Sociologia e do Urbanismo os conceitos de segregação espacial e segregação social, principalmente a partir do conceito de marginalidade, procurando apontar que esta conceituação tinha como base o pensamento destes espaços como lócus do exército industrial de reserva e lócus da exclusão, com base na discussão da falta de equipamentos de consumo coletivo.

O capítulo 2 vai discutir a perda de potência das centralidades das categorias da luta de classes e do que autores como Robert Kurz, Anselm Jappe e Moishe Postone denominaram de marxismo tradicional, colocando em questão a centralidade do trabalho e criticando uma visão ontologizada do trabalho para pensar o atual momento de reprodução do capital. O debate é centrado nas categorias que embasaram a construção teórica sobre as periferias urbanas, a saber a hegemonia do capital produtivo e materialidade da dominação gerando uma dicotomia burguesia-proletariado, que se expressou como centro e periferia nas cidades. Procuramos ainda debater a idéia de policentralidades como crítica a uma centralidade monocêntrica.

O capítulo 3 vai discutir as mudanças qualitativas no entendimento dos espaços denominados como periféricos a partir da realidade da metrópole paulistana, colocando a própria perda de sentido da abordagem centro-periferia neste espaço metropolitano. O capítulo procura debater, a partir dos pressupostos

da financeirização e ficcionalização da economia, uma socialização negativa das populações pauperizadas, através de um processo de consumação através do crédito e do consumo. Esta socialização em conjunto com as questões já colocadas fazem com que nós questionemos a pertinência das análises dos espaços pobres a partir do padrão de crescimento periférico e da própria potência das análises da relação centro-periferia.

CAPÍTULO 1

CAMPO E CIDADE; SUBÚRBIOS E PERIFERIAS

A discussão acerca das periferias urbanas, subúrbios e arredores das metrópoles nos remetem a uma discussão mais ampla acerca da formação da cidade e do urbano, em especial sobre as separações e as contradições que se estabelecem entre o campo e a cidade; entre o moderno e o arcaico. O nosso trabalho, neste primeiro capítulo, procura discutir esses conceitos a partir do nascimento da cidade industrial e da disseminação do trabalho assalariado; partindo do princípio de que a criação da cidade industrial ensejou o processo de urbanização e de suas separações em conjunto com o nascimento do capitalismo.

Rolnik (1988) vai afirmar, sob essa perspectiva, que diferentemente da manufatura, a indústria não poderia crescer sem o urbano, já que precisava de grandes contingentes de trabalhadores, estrutura energética e maquinaria para o seu desenvolvimento. A produção industrial aniquilou a produção artesanal e as corporações, fazendo com que os trabalhadores, na expressão de Marx, “livres como pássaros”, tivessem que migrar para as cidades para vender sua força de trabalho². A revolução industrial se alimentou desses grandes contingentes de migrantes do campo para a cidade.

Lefebvre (1972), ao analisar as contribuições de Marx e Engels acerca da cidade e do urbano, destaca que elas estão ligadas de forma mais ampla à questão da divisão do trabalho, às forças produtivas e às relações de produção. Destaque-se aqui que essas contribuições sobre a cidade e o urbano estão mais presentes em Engels do que propriamente em Marx. O autor, ao analisar as contribuições de

² A assim chamada acumulação primitiva. Marx, Karl. O Capital: Crítica da Economia Política. São Paulo: abril cultural, 1984.

Friedrich Engels³ sobre a criação das cidades no início do capitalismo, afirma que com o advento da maquinaria e da indústria a produção artesanal é destruída e contingentes enormes de trabalhadores buscam as cidades em busca de emprego e local para moradia. Engels vai apontar que neste primeiro momento houve uma dupla tendência centralizadora do capitalismo: a concentração demográfica e a concentração do capital e que, nesse processo, as cidades cresceram por conta da instalação das indústrias e a partir da necessidade de mão de obra.

O nascimento das cidades na Europa, nesse momento, apresenta um tipo de urbanização no qual o lugar da moradia dos trabalhadores se concentra nas áreas centrais, apesar de segregados em bairros isolados. É importante destacar que mesmo não ficando em bairros distantes dos centros, os bairros operários e periféricos vão demarcar a idéia da separação no interior da cidade, por serem espaços marcados pela pobreza e violência, mas principalmente por se tratar do lócus de reprodução da força de trabalho.

Lefebvre (1972) procura estudar esta situação a partir da obra “A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra” de Friedrich Engels em especial sobre cidade de Manchester. Para o autor:

(...) A burguesia dessa Inglaterra imperialmente democrática conseguiu uma obra-prima: esconder a si própria o espetáculo da miséria que a ofuscava, dissimulando ao mesmo tempo a exploração e os seus efeitos “Os bairros operários, tanto por acordo inconsciente e tácito como por intuição consciente e confessada estão rigorosamente separados das zonas da cidade reservada à classe

³ Principalmente a obra “A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra”.

média”. Ao mesmo tempo Manchester abriga no seu centro vasto bairro comercial que durante a noite fica deserto e vazio (...)

A evolução mundial (industrialização e urbanização) (...) generalizou o que Engels soubera discernir e concebera partir de uma espécie de amostra da realidade típica de Manchester – Segregação e decomposição. Engels descreve magistralmente essa estranha mistura de ordem e caos que explica o espaço urbano e como ele põe a nu a própria essência da sociedade (...) Uma ordem específica – a da produção industrial gerida pela burguesia (e Marx acrescentará explicitamente: no quadro das relações de produção capitalista) – gera, segundo Engels, uma desordem específica: a desordem urbana (...). (Lefebvre, 1972: 19 e 20)

Aqui Lefebvre (1972) apresenta a criação dos bairros operários e a situação de segregação como fruto das relações de produção impostas pelo capitalismo, que expressariam no urbano as formas de exploração geradas pelo capitalismo. Essa desordem urbana tem importância primordial para a forma de reprodução da classe trabalhadora e tem como centro a questão da habitação, que revelaria o estado da exploração que o capital submeteria aos trabalhadores.

Num segundo momento a estratégia das classes dominantes européias será a de deslocar/expulsar os trabalhadores para os subúrbios no sentido de afastar as classes operárias da sua convivência nas áreas centrais da cidade e, assim, criar, de fato, os subúrbios como um outro lugar em relação aos locais de moradia da burguesia, gerando um processo de segregação dos operários. A criação das periferias estaria ligada principalmente à questão da moradia e à reprodução da força de trabalho, num processo de separação do produzir e do morar. Essa

separação se realizaria com maior intensidade com o advento do capitalismo e ganharia expressão espacial nas cidades industriais, já que nas cidades medievais essas cisões não estavam colocadas, por conta da unidade entre o produzir e o viver.

Neste sentido, o conceito de segregação será a chave – a partir de uma leitura mediada pela centralidade da luta de classes – para ligar a questão mais geral de separação das cidades entre um lugar destinado ao trabalho e à moradia das classes dominantes e um lugar de reprodução da classe operária. Todo este processo se realizará a partir da mercantilização da sociedade e do fortalecimento do Estado moderno, que imprimirão esse movimento de segregação social e espacial nas cidades.

Rolnik afirma que:

(...) este movimento de segregação vai ser tremendamente impulsionado pela disseminação do trabalho assalariado. Se na relação mestre/aprendiz ou senhor/escravo a convivência é um elemento essencial, na relação patrão/empregado esta definição é pelo salário. Com ele, o trabalhador paga seu sustento – seu teto, sua comida. Esta é a condição para que seu espaço se separe fisicamente do território do patrão. Isto se dá porque se rompe um vínculo e porque cada qual comprará no mercado imobiliário a localização que for possível com a quantidade de moeda que possuir (...) (Rolnik, 1988: 48).

Damiani, sobre este movimento de separação diz que:

(...) As cidades concentram as separações recrudescedoras da modernização capitalista e mercantil. Em todas as escalas geográficas, esse distanciamento essencial econômico, social, das próprias práticas sociais se reproduz, reificando diferenças culturais e históricas, de modo que são vividos aos fragmentos, retalhadas, misturadas às exigências da modernização em curso; da mesma forma que a segmentação das práticas cotidianas, separando tempos e espaços da vida social, funcionaliza e esvazia o viver. São séculos de modernização. Sedimentos de uma geografia complexa de separações (...) (Damiani, 2008: 192)

Nesse sentido podemos pensar que as separações entre campo cidade e entre bairros operários e bairros da burguesia no interior das cidades vão ser incluídas dentro da questão da divisão do trabalho entre trabalho agrícola, industrial e comercial e dentro da lógica da diferenciação e da luta de classes. Nesse momento, esse processo aparece como sendo antes de tudo resultado da formação do capitalismo e do trabalho assalariado, em que o capital se assenta na reprodução a partir da produção de mais valia. Para Lefebvre:

(...) A cidade gera algo diferente, algo que a ultrapassa: no plano econômico, gera a indústria: no plano social, gera a propriedade dos bens móveis (...) no plano político, finalmente, gera o Estado. Esse é o resultado histórico da primeira grande luta de classes e das formas sociais na Europa: cidade contra campo, burguesia contra feudalismo, propriedade de bens móveis e da propriedade privada contra propriedade fundiária e comunitária (...) (Lefebvre, 1972: 44)

Num plano da estrutura das cidades, Lefebvre (1999) vai nos dizer que a partir do momento da separação da cidade e do campo, tem-se a perspectiva de afirmação da centralidade do urbano sobre o campo e a transformação do campo num limite de expansão das cidades.

Nesse sentido, poderíamos pensar numa perspectiva da “urbanização total da sociedade”. Para ele:

(...) Num determinado momento, no ocidente europeu, tem lugar um “acontecimento” imenso, entretanto, latente, se se pode dizer, porque despercebido. O peso da cidade no conjunto social torna-se tal que o próprio conjunto desequilibra-se. A relação entre a cidade e o campo ainda conferia a primazia a este último: à riqueza imobiliária, aos produtos do solo, às pessoas estabelecidas territorialmente (possuidores de feudos ou títulos nobiliários). A cidade conservava, em relação aos campos, um caráter heterotópico marcado tanto pelas muralhas quanto pela transição dos faubourgs. Num dado momento essas relações múltiplas se invertem, há uma reviravolta. (desde então, a cidade não aparece mais, nem mesmo para si mesma, como uma ilha urbana num oceano camponês; ela não parece mais para si mesma como paradoxo, monstro, inferno ou paraíso oposto à natureza aldeã ou camponesa. Ela entra na consciência e no conhecimento como um dos termos, igual ao outro, da oposição “cidade campo”. O campo? Não é mais – não é nada mais – que a “circunvizinhança” da cidade, seu horizonte, seu limite).
(...) (Lefebvre, 1999: 24)

O autor discute aqui como, a partir do processo de nascimento da indústria e da formação do capitalismo, a cidade ganha primazia em relação ao campo, suplantando a centralidade anterior localizada no campo quando da primazia da produção feudal. Neste momento a cidade inverte os termos da relação cidade-campo fazendo com que este passe a ser a circunvizinhança da cidade, o seu limite. Nesse sentido a relação de fato se desequilibra para uma primazia total da centralidade colocada agora na cidade. Podemos pensar que as relações postas como centralidade no campo perdem sua potência na forma de um “outro” na relação com a cidade e se torna, assim, uma unidade no processo de produção. Ao pensar desta forma podemos dizer, a partir do autor, que a relação contraditória encontra-se, agora, dentro do fenômeno urbano a partir das diferentes centralidades das periferias e do campo, como subúrbios que se constroem no processo de separação da classe operária dos centros. Como nos diz Lefebvre:

(...) As contradições não se situam mais entre a cidade e o campo. A contradição principal se desloca e se situa no interior do fenômeno urbano: entre a centralidade do poder e as outras formas de centralidade, entre o centro “riqueza-poder” e as periferias, entre a integração e a segregação
(...) (Lefebvre, 1999: 155)

A partir destas notas introdutórias sobre o processo de separação entre cidade e campo e entre os centros e os subúrbios operários e agrícolas, vamos discutir esse processo focando esta contradição intra-urbana. Tal contradição será a tônica da discussão centro-periferia, principalmente nas grandes metrópoles, onde ao lado dos centros das cidades crescerão imensos espaços habitados pela classe trabalhadora e ou populações marginalizadas.

No próximo tópico, discutiremos, principalmente a partir do marxismo e da centralidade da luta de classes, como as questões da separação campo-cidade e cidade-subúrbio se expressaram e foram desenvolvidas nas cidades brasileiras e latino-americanas. Vamos priorizar as análises feitas sob o enfoque da sociologia urbana e de outros autores para a especificidade da formação das cidades em países fora do centro do sistema capitalista.

Relação centro-periferia nas metrópoles latino-americanas

Após a segunda guerra mundial, a discussão acerca do urbano e da divisão cidade-campo foi influenciada, de um lado, por análises baseadas no funcionalismo, que privilegiavam uma abordagem naturalizante do urbano e da cidade, a partir das pesquisas realizadas no âmbito da Ecologia Humana, na Escola de Chicago e, de outro, pelas análises marxistas, naquele momento preponderantemente baseadas no marxismo estruturalista. (Santos, 2007 e Bichir, 2006). Desse modo, nossa discussão sobre o urbano e sobre a separação no interior das cidades na América Latina estará vinculada principalmente ao debate entre essas duas perspectivas teóricas.

Segundo Gottdiener:

(...) O objetivo fundamental de toda a obra marxista publicada depois desta época foi substituir o que se tornara a aplicação aborrecida de correlações fatoriais urbanas descritivas por uma síntese vibrante que pudesse, de um lado, revelar os processos pelos quais o ambiente construído assumira sua forma presente e, de outro, explicar as características da distribuição espacial desigual

e as crises sociais associadas a ela. (...) A análise urbana marxista, portanto era, ao mesmo tempo, um comentário econômico, político e social sobre eventos urbanos e a forma da cidade, que as impropriedades das abordagens convencionais exigiam (...) (Gottdiener,1997: 78)

A análise marxista procurou fazer a crítica às idéias evolucionistas presentes na análise das periferias e subúrbios, entendidos como faixas de transição entre o rural e o urbano, como se houvesse um movimento natural de passagem de um estágio para outro. A teoria marxista procurava contrapor-se a essas visões, inserindo essa problemática dentro da divisão do trabalho e dentro da estrutura geral do modo de produção capitalista, apresentando estas separações como produto e resultado da ordem capitalista e, nesse sentido, como sendo socialmente construídas.

Para Castells:

(...) A noção de urbano (oposta ao rural) pertence á dicotomia ideológica sociedade tradicional/sociedade moderna, e refere-se a uma certa heterogeneidade social e funcional, sem poder defini-la de uma outra forma senão pela sua distância, mais ou menos grande, com respeito á sociedade moderna. A distinção entre cidades e aldeias coloca, no entanto, o problema da diferenciação das formas espaciais da organização social. Mas esta diferenciação não se reduz nem a uma dicotomia nem a uma evolução contínua, como o supõe o evolucionismo natural, incapaz de compreender estas

formas espaciais da organização social como produzidas por uma estrutura e por processos sociais (...) (Castells, 2006: 47)

Estas novas discussões recolocam a questão acerca do espaço produzido pela estrutura dos processos sociais e não por um caminho natural, sendo que para desenvolver estas diferenciações espaciais retomam a questão da segregação, da pobreza reunidas nas teorias sobre a marginalidade social e a marginalidade urbana, principalmente a partir das contribuições de Kowarick (1977) e Castells (2006) e entre os pensadores da CEPAL⁴.

Estas perspectivas vão avançar bastante ao desnaturalizar a questão do urbano para pensar a cidade e suas separações. No entanto, elas vão construir o seu entendimento a partir do pensamento hegemônico e das contradições de classes, discutindo as periferias de forma a explicar tais contradições como *o outro* da cidade; o arcaico do moderno; o não-incluído e os espaços “distantes” do centro.

Para esses autores a separação entre o campo e a cidade seria fruto das contradições do sistema social, através do conceito de marginalidade. Essa marginalização não seria resultado de uma pretensa disfunção do sistema, mas:

(...) resultado das estruturas societárias de caráter global as quais trazem em seu âmago um conjunto de contradições cujas expressões são múltiplas, e dentre essas, a própria marginalidade. A abordagem deve ser duplamente deslocada. De um lado o conceito a ser privilegiado não é mais o de disfunção. O conceito básico é o de contradição (...) (Kowarick, 1977:55)

⁴Esta perspectiva terá grande desenvolvimento nos estudos dos pesquisadores da CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe da Organização das Nações Unidas – ONU e nos escritos da Sociologia Urbana.

Para estes autores a questão da marginalização aparecia como problema teórico principalmente nos termos da precariedade habitacional a que estavam sujeitos os grupos sociais não incluídos, principalmente os migrantes que afluíam às grandes metrópoles e se alojavam nos arredores das grandes metrópoles.

O debate acerca dos bairros marginais a partir da teoria da marginalidade procurava transpor a análise para além da realidade local e para além da especificidade de certos grupos sociais. Procurava-se inserir esta questão em uma análise da realidade mais ampla dos processos sociais de segregação que atingiriam toda a camada mais pobre da população e em especial a população “marginalizada” do processo de produção capitalista. Neste sentido, Kowarick (1977) procurava discutir de que forma eram produzidas estas separações, mas também de que forma estas populações eram incluídas de forma específica no sistema. Para ele, essa inserção se daria de forma marginal na divisão do trabalho na dinâmica mais geral da acumulação capitalista. Nesse caso, a inclusão se daria a partir da transformação destas populações como exército industrial de reserva e dos espaços considerados periféricos como lócus de sua reprodução.

A ligação da marginalidade, com a questão dos bairros “marginais”, vai levar os autores a discutir a especificidade da urbanização e, por conseqüência, da marginalização nas cidades do terceiro mundo e, em especial, da América Latina sob a ótica dos estudos da CEPAL e dos teóricos da teoria da dependência⁵. Para estes autores haveria especificidades no processo de acumulação, nas economias e na questão urbana em sociedades dependentes como a sociedade brasileira. Neste sentido a construção do conceito de periferia tem sua expressão espacial no

⁵Em especial Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto na obra *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1970.

conceito da marginalidade social, procurando associar as condições específicas da reprodução social precarizadas à construção dos bairros pobres nas franjas da metrópole.

Castells (2006) vai destacar o que ele denomina de características básicas das cidades em países com economia dependente. De forma geral, essas aglomerações urbanas seriam resultado de um processo de decomposição da estrutura produtiva agrária e artesanal, o que explicaria a concentração de desempregados estruturais, a falta de interesse do Estado na reprodução dessa força de trabalho e sua não-rentabilidade como mercado consumidor. Dessa forma, se explicaria a ausência de produção de meios de consumo coletivo para estas populações. Essas características diferenciariam o crescimento dessas cidades pelo crescimento da população e dos meios de produção fruto muito mais da crise do agrário produzindo um tipo de urbanização denominada urbanização selvagem (Castells, 2006). Por outro lado, essas cidades também seriam expressão, dentro do outro pólo da dinâmica do desenvolvimento desigual, da concentração dos meios de produção ligada ao mercado capitalista mundial. Neste sentido, para o autor, esta articulação criaria o chamado dualismo latino-americano.

De forma geral, Castells definiu três fenômenos que influiriam de forma direta nas pesquisas acerca das periferias e aglomerações denominadas dependentes:

(...)1) Uma especificidade da estrutura de classes, derivada da dinâmica do desenvolvimento desigual e consistente, sobretudo no processo de superpopulação relativa, articulado estreitamente à expansão do setor monopolista hegemônico ligado à lógica do capital multinacional. Tal é a problemática da "marginalidade".

- 2) Uma especificidade do processo de reprodução coletiva da força de trabalho, que determina a não exigência estrutural da reprodução de uma parte dessa força do ponto de vista estrito da acumulação do capital. A consequência é a "urbanização selvagem" subjacente à problemática da marginalidade "ecológica".
- 3) A assistência pública, ao nível de consumo, para as massas populares, em termos de uma estratégia populista de mobilização social. (...) (Castells, 2006: 21)

Neste sentido, a combinação da expansão do capital monopolista da cidade, criando setores dinâmicos nas áreas centrais e com baixo poder de absorção de mão de obra, ligadas ao processo de destituição do setor agrário criaria um forte processo de migração interna para as cidades. Este processo seria o responsável pela formação desta cidade dicotômica, superpovoada com um amplo exército de reserva, pressionando assim os salários dos operários para baixo e criando uma população marginalizada nas periferias das metrópoles.

Essa população não interessaria ao Estado como parte da reprodução da força de trabalho, o que iria refletir na baixa oferta de meios de consumo coletivo para ela, a não ser como parte de cooptação por parte dos partidos e governos populistas. Essa especificidade aponta também para a aposta do Estado na produção de artigos de consumo de luxo para uma pequena parcela consumidora em detrimento da produção de bens para a reprodução da força de trabalho.

A discussão sobre os meios de consumo coletivos serão centrais para o posterior desenvolvimento das pesquisas acerca das periferias urbanas. Castells (apud Gottdiener, 1997), por exemplo, procurando atrelar a discussão do urbano ao estruturalismo marxista, destaca o papel do Estado no processo de reprodução da

força de trabalho. Sua atuação se dá no sentido de diminuir os custos de reprodução das empresas e colocar a questão das periferias urbanas como elemento central na contradição entre um centro dotado de serviços e uma periferia precária destes equipamentos. O autor procura inserir a falta desses equipamentos como um elemento no interior da contradição de classes. Para Castells (apud Gottdiener, 1997):

(...) À medida que o capitalismo se desenvolve, os meios de consumo coletivo na base da estrutura urbana são cada vez mais exigidos pela evolução do capital, pelos processos de produção e consumo e pelas demandas sociais. Ora, ao mesmo tempo ocorre que, usualmente, a produção e a administração da maior parte desses bens coletivos não trazem lucro para o capital privado – pelo menos, até que uma intervenção externa ao capital tenha estabelecido as considerações prévias necessárias para o lucro capitalista. A razão disso está ligada às relações históricas entre classes e não à “natureza” desses mesmos bens e serviços. Isso nos leva a uma contradição primordial do desenvolvimento capitalista: a lógica do capital não pode satisfazer diversas reivindicações fundamentais. É numa tentativa de resolver essa contradição que o estado intervém decisivamente na produção, distribuição e administração dos meios de consumo coletivo e organização espacial desses serviços (...)⁶ (Gottdiener, 1997: 139)

O processo de marginalização estaria, assim, ligado especificamente às aglomerações urbanas e teria como um dos fenômenos centrais o processo da

⁶ CASTELLS, Manuel. *City, Class & Power*. New York: Macmillan, 1978. p. 169

dinâmica de retração-expansão do sistema capitalista, que seria uma das causas da criação ou aumento das periferias urbanas. Nesse sentido, as camadas marginais constituiriam a base do mercado informal, por se tratar de um extrato dos trabalhadores diferenciado analiticamente dos trabalhadores estáveis e por sua situação no processo produtivo.

Kowarick (1977) afirma que no caso brasileiro o crescimento do setor industrial dinâmico a partir dos anos 1960, com indústrias modernas, apesar de poupadoras de mão de obra, vai desafiar a análise da marginalização nas cidades, criando um processo com um inegável vetor industrial no crescimento das cidades. O autor coloca que no período de 1940 a 1970 há uma grande ampliação do setor secundário, apesar de que grande parte da cidade marginal viveria a partir dos serviços gerados por esta massa de operários industriais.

Essa massa de operários e esses bairros marginais serão segregados em relação à ação do Estado e ao mercado capitalista que não enxergará nessa massa potencial de inserção nos meios de consumo, principalmente dos bens de consumo durável, e apostará apenas no consumo dos setores médios. Kowarick vai definir, neste sentido, que:

(...) o processo de acumulação recente do capitalismo brasileiro, uma vez instaladas as indústrias de bens de consumo durável, forja um mercado restrito, porém suficientemente abastado para permitir o escoamento dos produtos, principalmente automóveis e eletrodomésticos, que passam a fazer parte do estilo de vida dos estratos superiores das chamadas classes médias (...)

(Kowarick, 1977: 169)

Segundo esta perspectiva de análise, a acumulação brasileira estaria apoiada na marginalização destas parcelas dos assalariados e num vasto contingente que não conseguiriam se inserir no mercado de trabalho formal e numa minoria das classes médias moradoras das regiões centrais da metrópole. Dialogar com estas perspectivas será central para o entendimento da análise destes autores sobre o processo de formação da metrópole paulistana e como observaram a constituição dos subúrbios e periferias da metrópole, que discutiremos no tópico seguinte.

O pensamento acerca das periferias urbanas retoma as questões mais gerais colocadas por Engels e desenvolvidas pelo arsenal marxista através da centralidade da luta de classes, ou naquilo que Postone (1993) denomina de marxismo do movimento operário, no sentido de uma construção do argumento todo ele voltado para a luta de classes como motor e como linha mestra da crítica. Parece-nos que toda esta produção acerca da questão das periferias urbanas foi hegemonizada por esta contradição e, nesse sentido, o processo de separação e a dicotomia centro-periferia vão ser construídos baseados nestes pressupostos.

Gottdiener (1997), por exemplo, afirma - a partir das teorias de pensadores marxistas como David Harvey e Manuel Castells - que a explicação da forma urbana poderia se dar num sentido marxista a partir do que ele chama de dois propulsores da sociedade capitalista: a acumulação de capital e a luta de classes. A partir da análise destas perspectivas teóricas podemos afirmar que as teorias ligadas à marginalidade e às periferias urbanas trabalharam com a perspectiva da afirmação das periferias urbanas como lócus de um exército industrial de reserva que seria a explicação e o argumento construído para explicar esse contingente sobranete do processo de reprodução capitalista. Este pensamento tinha como base uma positivação do trabalho e, sendo assim, não estava posta a idéia de uma crise

estrutural da produção capitalista, a não ser como crises cíclicas de expansão e retração do capital, que para este pensamento seriam um dos processos propulsores da produção de periferias. As perspectivas críticas baseadas na crítica do valor e na crise do trabalho vão questionar este pensamento e vão negar a pertinência do conceito do exército industrial de reserva num mundo mediado pela crise da substância do capital e de valorização do valor.

Marginalização, subúrbio e periferias no Brasil e na metrópole paulistana.

A pesquisa teórica sobre a questão da expansão suburbana das metrópoles, como já foi dito, estará ligada a uma leitura dos espaços ocupados pelas camadas pobres a partir do que era denominado marginalidade urbana e a separação destes espaços a partir da precariedade e pobreza. Esta visão tinha como centro o debate ligado à teoria da dependência e da marginalidade urbana na América Latina. Basicamente a ênfase das análises deste período estará ligada à questão da expansão suburbana relacionada ao processo de industrialização, considerando a urbanização como concentração territorial e como processo indutor de diferenciação intra-urbana entre a área central e a periferia e entre o campo e a cidade.

As periferias urbanas ou subúrbios teriam a função de lugar do trabalho e serviriam como zona de dormitório dos operários e dos desempregados marginalizados. Esses buscavam terras a preços baixos para construir sua moradia, já que o preço da terra nas áreas centrais não permitia sua reprodução, procurando, lugares onde a mobilidade através de ônibus coletivos, trens e outros pudessem contribuir para acessar as zonas industriais. Tais lugares serviriam, assim, como depositários e como parte do movimento pendular diário dos trabalhadores entre um espaço que seria lócus da força de trabalho e outro em que se localizava a indústria.

Uma outra perspectiva completamente integrada à primeira liga-se à questão da expansão da periferia e à questão da diferenciação e segregação urbana, vinculada ao acesso que teriam os distintos setores sociais aos meios de consumo coletivo. Neste sentido, as periferias teriam uma característica sócio-econômica e teriam como base a estratificação social da cidade.

Vamos iniciar a discussão dos subúrbios e da metrópole paulistana a partir das contribuições de dois importantes autores sobre essa questão, procurando fazer uma análise da origem dos subúrbios e das periferias na metrópole paulistana. Num segundo momento, faremos a ligação das teorias desenvolvidas na sociologia urbana e no urbanismo com o foco sobre a questão das periferias ligada à segregação social com a segregação urbana especificamente na metrópole paulistana.

Origem dos subúrbios e periferias urbanas na metrópole paulistana

A noção de subúrbios, segundo autores como Martins (2001) e Langenbuch (2001), foi utilizada por dois séculos na cidade de São Paulo. Ela surge, num primeiro momento, para indicar as regiões rurais vinculadas à cidade de São Paulo na segunda metade do século XVIII e no decorrer do século XIX. Nesse momento, a ideia dos subúrbios está ligada diretamente à diferenciação rural-urbana ou campo-cidade, especificamente em relação à vila de São Paulo e seus arredores. Cabem aqui algumas considerações pertinentes à nossa discussão acerca do papel dos arredores de São Paulo e no que concerne ao seu papel de subúrbio e centralidades.

Rolnik (1988) afirma que neste período não haveria separação entre o viver e o trabalhar na colônia, já que o campo ou os subúrbios de São Paulo detinham a centralidade da produção econômica, que estaria concentrada nestes núcleos. Alfredo (2003), por exemplo, vai nos dizer que esses núcleos poderiam ser classificados como as centralidades deste período:

(...) Podemos dizer, portanto, que até o século XIX a cidade, (embora existente ao menos como sentido), ou a vida urbana, estava imersa nos acontecimentos agrários e, portanto, ela estabelecia-se como um momento da sociabilidade agrária. Isto quer dizer que mesmo estabelecendo como um processo em conflito desde seus primórdios com o seu entorno, a cidade realizava-se como um dos momentos do agrário. Em muitos sentidos ela era a periferia! (...)

(Alfredo, 2003: 111)

O autor afirma que os núcleos agrários representariam as centralidades do período colonial em oposição à vila de São Paulo que era muito mais a expressão jurídica e administrativa do projeto colonial do que de fato a centralidade econômica.

Esse processo é invertido, com a especificidade da industrialização brasileira e São Paulo, quando a cidade ganha não só primazia de centro simbólico, mas como centro econômico. Martins (2002), nessa discussão, destaca que com essas transformações da cidade, os subúrbios perdem seu isolamento relativo dos potentados rurais em suas fazendas e há uma invasão de novas relações econômicas e novos personagens, como o operário. Para o autor:

(...) A dicotomia colonial da cidade e seu subúrbio separavam o mandar e o trabalhar. Ora, com o início da disseminação do trabalho livre e do início da industrialização, o espaço do mandar foi invadido pelo trabalhar e sua nova hierarquização das relações sociais e das classes e seus conflitos, completamente diferente da que prevalecera do passado. (...) (Martins, 2002: 9)

Num segundo momento, Martins (2001) e Langenbuch (2001) afirmam que com o avanço da industrialização e com a construção de ferrovias na metrópole os ingleses da São Paulo Railway caracterizaram como subúrbios a região correspondente ao trecho da ferrovia. Este trecho se estenderia do município de São Bernardo ao distrito da Lapa da cidade de São Paulo e, com o tempo, o termo passou a designar as regiões compreendidas no trecho da ferrovia entre os municípios de Santos e Francisco Morato. Posteriormente, esses trens foram denominados como trens de subúrbios.

A noção vai se disseminar com o posterior desenvolvimento urbano da cidade de São Paulo, acompanhando as transformações econômicas e políticas da cidade que, neste momento, deixa de ser apêndice do campo e ganha centralidade. A noção de subúrbio neste período já indica uma unidade da cidade com seu entorno, sendo os subúrbios uma extensão cotidiana do urbano (Martins,2001).

O autor discute a cidade como nova centralidade do poder em relação ao rural. Segundo ele, esta hierarquia de poder implica uma hierarquização dos espaços na estrutura urbana, designando estes subúrbios como extensão da cidade. Para ele: (...) *a noção de subúrbio sublinha o que é propriamente a urbe, a cidade, aquilo que ele não é espacialmente, mas de algum modo é economicamente. Ao mesmo tempo, atenua o novo contraste entre a cidade e a roça* (Martins, 2001: 76).

A idéia de pensar os subúrbios como uma espécie de nuance entre o rural e o urbano parece marcar toda esta concepção para diferenciar os subúrbio e a cidade e logo após para diferenciar o que seria a “cidade propriamente dita” e aquilo que vai ser denominado periferias.

Para o mesmo autor, porém, a concepção de subúrbios vai ceder indevidamente lugar à concepção das periferias urbanas, a partir da industrialização,

para designar os extremos da cidade ocupados pelas moradias operárias. Neste sentido, o conceito de periferia vai incluir inclusive os espaços com características dos subúrbios. Para Martins:

(...) A periferia é o contrário do subúrbio. A periferia é a vitória da renda da terra sobre a cidade e a urbanização, é um dos fatores do atraso do próprio capitalismo. (...) A periferia é a designação dos espaços caracterizados pela urbanização patológica, pela negação do propriamente urbano e do modo de viver urbanos. (...)

(Martins, 2001: 78)

Aqui, o autor realiza uma crítica da passagem da versão clássica de subúrbios para o conceito de periferias urbanas, caracterizando esses espaços como resultantes da vitória da renda da terra e, principalmente, como o que ele denomina “urbanização patológica”, fruto de um modelo que excluiu a população que ocupa tais espaços a partir do que ele denomina de um “atraso do capitalismo”. Derivando essa passagem poderíamos afirmar que ao capitalismo chegar à sua fase financerizada, o caminho parece ser o da inclusão negativa, de modo que esses espaços e essas populações vão fazer parte de seu processo de acumulação crítica. Aqui também poderíamos derivar que a afirmação do urbano também vai se realizar de forma negativa num processo de inclusão pelo consumo e pelo crédito, quebrando a dicotomia entre os espaços centrais e os espaços ditos periféricos.

Damiani (2007), a partir da contribuição de Pasquale Petrone⁷, afirma que:

⁷PETRONE, Pasquale - **Aldeamentos paulistas** - Edusp - SP, 1995.

(...) é possível, a propósito de São Paulo, construir uma linha de análise que vai dos aldeamentos dos séculos XVI, XVII, XVIII, do cinturão caipira do século XIX até o “cinturão de pouso social”, expressão do autor, que define a periferia de São Paulo um caminho em direção à metrópole: aldeamentos (do século XVI ao XVIII); aglomerados caipiras (XIX), subúrbio (XX até os anos 60), periferia anos 60 em diante (...) e depois invadida pela ordenação (projetos estatistas de moradia popular) (...) (Damiani 2007, mimeo)⁸.

A autora procura criar um caminho de entendimento para demonstrar a passagem dos subúrbios para as periferias metropolitanas a partir da realidade da metrópole paulistana. Ela discute aqui as contribuições de Pasquale Petrone com relação à importância dos aldeamentos construídos no entorno daquilo que será a metrópole paulistana, através da formação de um cinturão ou um subúrbio caipira imbricados com os empreendimentos agrícolas instalados ao redor da cidade de São Paulo. No lugar das pequenas chácaras e subúrbios agrícolas, os loteamentos populares vão se espalhar por esses espaços num movimento de especulação imobiliária, de retalhamento do espaço urbano e da proliferação de loteamentos autoconstruídos através de mutirões entre as famílias pobres. Ao mesmo tempo esses espaços serão ocupados pela ação do Estado através da construção na metrópole paulistana de uma série de conjuntos habitacionais para abrigar a população operária, preferencialmente em locais distantes das regiões centrais.

⁸DAMIANI, Amélia Luisa, “Urbanização Crítica: Periferias Urbanas – Elementos a considerar no caminho da compreensão da cidade como sujeito. 2007, Mimeo.

A obra de Langenbuch (1971)⁹ é uma outra contribuição importante para o entendimento da formação da metrópole paulistana e para o entendimento da noção de subúrbios, periferias e arredores da cidade de São Paulo. Ele se propõe a fazer um estudo genético sobre a formação da metrópole paulistana e, diferentemente das proposições da sociologia urbana, o autor, baseado em autores como Pierre George e Max Sorre, constrói uma obra de referência para o planejamento da então região administrativa de São Paulo. O autor trabalha com a noção da metrópole como organismo urbano e com a idéia de evolução metropolitana¹⁰, segundo a qual uma parte da cidade urbanizada vai se compactando, verticalizando e anexando territorialmente os seus arredores, formando, assim, os núcleos suburbanos que, por sua vez, ou se fundem com a cidade ou se fundem entre si formando conglomerados suburbanos.

Para Langenbuch (...) *a cidade propriamente dita, assim entendida como a porção de urbanização compacta e contínua encerrada nos limites do distrito de São Paulo, se acha cercada – como em outras metrópoles – por um cinturão de subúrbios (...)* (Langenbuch (1971: 260)

O autor distingue o que ele denomina subúrbios urbanos dos rurais, os primeiros como um prolongamento das formas de uso do urbano, fora do bloco compacto da cidade e os segundos encerrando formas de uso do solo predominantemente rurais, ou como áreas de campo vizinhas às grandes cidades com relações funcionais diretas com a metrópole.

Para explicar o desenvolvimento da cidade, o autor trabalha com a idéia de três processos: a compactação da área edificada; a expansão da área edificada

⁹LANGENBUCH. Juergen Richard. **A estruturação da Grande São Paulo: estudo de geografia urbana**. Rio de Janeiro: IBGE, 1971.

¹⁰A obra do autor apesar destas referências de método se confunde com as teorias da escola de Chicago e representam mais um momento da geografia na qual a geografia crítica e nem o marxismo tinham hegemonia.

sobre porções dos arredores que não tinham conhecido um desenvolvimento suburbano expressivo e a expansão da área edificada sobre arredores suburbanizados. Em sua análise, o autor destaca o papel das ferrovias radiais que cortam os arredores e atuam como os principais eixos de suburbanização da metrópole, já que estas servem como efeito polarizador, criando condições para a atração de novas indústrias e novos moradores, devido às migrações pendulares para as áreas centrais e industriais.

A partir dessa análise o autor vai criar os termos “subúrbios-estação” e os “subúrbios-ônibus”. O primeiro, relativo aos subúrbios gerados a partir da ferrovia e a polarização exercida pelas estações, mercado de mão-de-obra e as indústrias, gerando equipamentos urbanos e outros serviços e o segundo a partir da circulação rodoviária decorrente da expansão horizontal e desenvolvimento suburbano.

A abordagem das questões tratadas pelo autor, sem definir o sujeito do processo, coloca em destaque o papel preponderante das ferrovias e da malha viária na criação das condições para a ação do capital fundiário no processo de passagem dos subúrbios agrícolas para o esquiteamento da terra em loteamentos populares e sua caracterização como periferias enquanto moradia para os operários.

Esses novos personagens procuravam opções mais baratas de moradia e meios de transporte para atingir as regiões industriais e de comércio nas zonas industriais ou nos subúrbios industriais, como foi o caso de Osasco, Santo André, São Caetano e São Bernardo. Essa perspectiva vai ser central, para o autor, para a compreensão da passagem dos subúrbios para as periferias. Apesar do autor não usar a palavra “periferia” e manter “subúrbios”, sua obra já descreve essa passagem. Os termos “subúrbios estação” e “subúrbios ônibus” sugerem a idéia de uma periferia distante, enfatizando a questão dos meios de transporte. Nos dias atuais, a

questão da mobilidade e da intensificação de meios rápidos nos transportes - que cada vez mais estão invadindo os espaços periféricos - vão influir significativamente na perspectiva de pensar uma periferia isolada ou uma periferia como um lugar diferente da cidade propriamente dita ou das áreas centrais. Some-se a isso a revolução da microeletrônica, através das mídias televisas e da internet, que quebram de uma vez essa noção de isolamento e apontam para um processo de incorporação desses espaços ao que se denominou de massa consolidada da metrópole no sentido da materialidade e de uma virtualização geral da vida, de mãos dadas com a virtualidade de um capitalismo financeiro que se descola da acumulação real (Kurz, 2006).

A obra de Langenbuch (1971) tem o mérito de fazer uma discussão dessas separações da metrópole a partir do recorte espacial. A pesquisa do autor vai destacar três áreas na metrópole paulistana. A primeira consiste em um núcleo de urbanização compacta e contínua que abrange totalmente 24 e parcialmente 14 dos 39 distritos da cidade de São Paulo. Em volta desse núcleo, há um cinturão de áreas edificadas que o autor denomina cinturão de urbanização intercalar. Nele, se sobressaem quatro tentáculos comandados pelas ferrovias que o autor denomina eixos de urbanização em colar, formando núcleos espaçados uns dos outros. Por fim circundando o cinturão de urbanização intercalar, existe um cinturão suburbano periférico descontínuo marcado pelos subúrbios rurais e por áreas embrionárias da metrópole, como pode ser observado através do Mapa 1.

A obra do autor é clássica no entendimento da metrópole paulistana. No entanto, ela representa um momento da produção geográfica no qual o método de análise não tinha como centro as contradições sociais e o valor. Nesse sentido sua base de análise pensa a cidade em termos de um organismo e baseado nos

processos sociais como se fossem naturalizantes. Sendo assim, os objetos e infraestruturas urbanas adquirem a condição de agentes do processo social.

O autor não chega à noção de periferias urbanas, à qual os autores da Sociologia e do Urbanismo chegaram no mesmo período, mas analisa a separação dos espaços metropolitanos a partir do que ele denomina, de um lado, a cidade propriamente dita e, de outro, uma tipologia de subúrbios mais ou menos inseridos na cidade. A obra tem importância por procurar discutir as separações urbanas a partir de uma gênese e de sua expressão espacial na metrópole paulistana. Apesar disso, o autor parte especificamente da priorização da materialidade e a concreticidade deste processo de separação na metrópole, desprezando as relações abstratas do valor. É necessário frisar que sua obra serviu e serve ao planejamento urbano e institucional e teve como foco a criação e delimitação da RMSP, o que ainda influencia a produção de pesquisas sobre as separações no urbano da metrópole paulistana.

MAPA 1- LANGENBUCH A3 - Paisagem

Segregação e marginalidade na metrópole

A discussão dos subúrbios e da divisão das cidades em relação ao campo nas regiões metropolitanas, a partir da questão da segregação e da marginalidade, ganhará muita importância nas ciências sociais, em geral, e na própria Geografia a partir dos anos 1960, com o avanço dos loteamentos populares. Com a intensa onda de migrações para a metrópole paulistana, a concepção de subúrbio começa a ceder lugar à concepção de periferia urbana. Esse período é marcado por uma grande produção teórica sobre a questão da exclusão social e sobre as periferias urbanas principalmente a partir de pesquisas nas áreas da Sociologia Urbana e do Urbanismo baseadas, de forma geral, no marxismo de base estruturalista, principalmente a partir da influência das teorias de Louis Althusser (Gottdiener, 1997).

Na Geografia, há uma grande produção sobre os subúrbios e sobre as separações na metrópole, apesar de não serem de inspiração marxista. Destaque-se três obras que procuram discutir a formação da metrópole paulistana e seus subúrbios: o estudo da metrópole de São Paulo a partir da obra “A Cidade de São Paulo” publicada pela AGB – Associação dos Geógrafos Brasileiros, em 1958. Especialmente sobre a nossa temática, chamamos a atenção para o quarto volume dedicado aos “subúrbios paulistanos”. A segunda referência é a tese de doutorado de Aroldo Azevedo, “os subúrbios orientais de São Paulo” e, por fim, mencionamos a tese de livre docência do Prof. Pasquale Petrone, “Os Aldeamentos paulistas e sua função na valorização da região paulistana”.¹¹

¹¹ É importante destacar que o professor Pasquale Petrone Orientou um programa de pesquisa na pós-graduação no Departamento de geografia da USP que teve como preocupação discutir a organização da periferia da metrópole paulista. O programa, iniciado em 1970, contou com algumas dissertações de mestrado acerca de vários municípios da então Região administrativa de São Paulo, como, por exemplo, o estudo dos municípios de: Cotia por Amália Inês Geraiges Lemos; do Embu por

O arcabouço teórico ligado ao marxismo vai se hegemonizar nas pesquisas, principalmente no debate com as escolas que discutiam as cidades a partir de um viés ecológico. Ele trará à baila a questão da luta de classes e a questão da reprodução ampliada do capital para discutir o processo de formação das cidades e do urbano.

Segundo Damiani (2008), a questão da urbanização faz com que os estudos da Geografia, a partir de perspectivas ligadas ao marxismo, sejam a forma de inserir a discussão das cidades no interior dos fundamentos da reprodução ampliada da acumulação do capital e, nesse sentido, permitir estudos mais radicais sobre a cidade.

As discussões acerca das periferias urbanas na metrópole retomam, neste sentido, a discussão mais geral acerca da questão da segregação e da pobreza a partir dos estudos da CEPAL¹², e nas pesquisas dos autores já citados como Castells¹³ e Kowarick¹⁴. Estes estudos vão abordar a questão das periferias metropolitanas a partir da análise mais geral da questão da luta de classe, da segregação sócio-espacial e da marginalidade. Para estas pesquisas, as periferias urbanas seriam o local de segregação e de reprodução da classe trabalhadora e seriam marcadas principalmente pela carência de infraestruturas ou de equipamentos de consumo coletivo.

Dentre os autores que vão influenciar esse pensamento e esta produção é possível destacar Harvey (1982) que procura discutir, a partir do paradigma da luta de classes, os conflitos no que ele denomina como produção do ambiente construído. O autor afirma que o capitalismo de base industrial gerou a separação

M. Nidja L. de Oliveira; Santana do Parnaíba: M. Rodrigues Carlos; Salesópolis: Cleonice A. Le Bourlegat, Caieiras por Eduardo Pazera Jr.

¹²Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe da Organização das Nações Unidas - ONU

¹³Principalmente; a obra; CASTELLS, Manuel. **A Questão Urbana**. São Paulo, Paz e Terra, 2006

¹⁴Principalmente as obras "Capitalismo e Marginalidade" de 1977 e Espoliação Urbana de 1979.

dos locais de viver e trabalhar para o trabalhador gerando duas lutas independentes. A primeira refere-se à sua luta no local de trabalho em relação à elevação do seu salário e melhoria das condições de trabalho, consistindo na principal faceta da luta de classes. O autor procurou destacar uma segunda faceta do conflito de classes que é travada no seu lugar de viver, onde existem formas secundárias de exploração pelos capitais mercantis e fundiários, representadas pelas condições de residência e de convivência, deslocando a luta de classes para o local de moradia das classes trabalhadoras.

Nesse sentido, fica posta a importância da análise do espaço de vida do trabalhador em relação aos equipamentos de consumo como a habitação, o transporte, o lazer, os equipamentos e todo um conjunto de recursos que pode contribuir para a totalidade do ambiente de vida do trabalhador. Estas questões levaram ao desenvolvimento do pensamento sobre esses espaços no sentido de viabilizar as lutas dos movimentos populares urbanos em conjunto com a luta do movimento sindical e dos partidos que lutavam contra a ditadura, atrelando luta por melhores salários à luta por melhores condições de vida, incorporando novos personagens além dos operários no conflito de classes e deslocando a luta de classes para os locais de moradias da população marginalizada ou mais especificamente nas periferias urbanas.

Essa perspectiva contribuiu para a análise da separação centro-periferia, na medida em que se passou a pensar num centro ou no que se convencionou chamar de “cidade propriamente dita”, dotada de infraestruturas e equipamentos coletivos, e numa periferia sem infraestruturas e sem equipamentos de consumo coletivo.

Kowarick (1979) vai relacionar as condições de vida urbana com o mundo do trabalho e afirmar que estas condições seriam refletidas no processo de

periferização dos trabalhadores. O autor vai analisar, por exemplo, a questão das vilas operárias no começo do século até os anos 1930 na cidade de São Paulo. Para ele, naquele período, o problema da questão da habitação para a reprodução dos trabalhadores era resolvido com a construção de vilas operárias, contíguas às fábricas e localizadas nos bairros mais “centrais” da cidade, principalmente na Mooca, Brás, Bom Retiro e Barra Funda. O autor afirma que esta solução foi possível devido ao baixo preço dos terrenos nesses locais e pela quantidade diminuta da força de trabalho a ser alojada, além do baixo custo do trabalhador. Neste sentido o fornecimento de moradias para os operários diminuía as despesas com sua sobrevivência e permitia o rebaixamento dos salários. Esse quadro vai se alterar com o crescimento industrial e com a valorização dos terrenos nas áreas centrais, fazendo com que o trabalhador ficasse responsável pelo custo da sua habitação.

Para o autor:

(...) Com a intensificação da industrialização, cresce rapidamente o número de trabalhadores, aumentando a pressão sobre a oferta de habitações populares. Tais fenômenos ocorrem paralelamente à valorização dos terrenos fabris e residenciais que torna, do ponto de vista da empresa, antieconômica a construção de vilas para “seus” operários, ainda mais quando, com a aceleração do fluxo migratório, acumula-se um excedente de força de trabalho na cidade.

As empresas transferem assim o custo da moradia (...) conjuntamente aos gastos com transporte para o próprio trabalhador e os relacionados aos serviços de infraestruturas urbanas, quando existentes para o Estado. Desse momento em diante vilas operárias tendem a desaparecer e a questão da moradia passa a ser resolvida

pelas relações econômicas no mercado imobiliário. A partir de então surge no cenário urbano o que passou a ser designado de periferia: Aglomerados distantes dos centros, clandestinos ou não, carentes de infra-estrutura, onde passa a residir crescente quantidade de mão-de-obra necessária para fazer girar a maquinaria econômica (...)
(Kowarick, 1979: 35)

Aqui o autor destaca um dos temas que serão primordiais no desenvolvimento da teorização sobre as periferias no período de intensificação do processo industrial na metrópole paulistana, qual seja, a questão do papel da habitação popular dos trabalhadores como elemento central deste processo da formação das periferias, repetindo o processo narrado por Engels de expulsão dos trabalhadores das regiões centrais de Londres para os subúrbios.

A reprodução deste modelo estava associada ao Estado, em conjunto com a ação dos loteadores privados, já que os trabalhadores eram cada vez mais empurrados para periferias mais distantes a partir do mecanismo da renda da terra. Por outro lado, a falta de infraestrutura urbana e as condições precárias de moradia, pela carência ou quase inexistência de meios de consumo coletivo, vão permitir a conceituação da periferia enquanto espaço da precariedade e espaço da exclusão social. O autor vai exemplificar sua tese com alguns dados, demonstrando que para os municípios da RMSP apenas 30% dos domicílios eram servidos pela rede de esgoto e 53% pela rede de água, sendo que esta situação piorava quanto mais se distanciava do centro. Para o autor:

(...) Mais recentemente, com a explosão do preço dos terrenos, a tendência é acentuar a expulsão da população para as periferias, onde, distante dos locais de trabalho, se avolumam barracos e casas

precárias. Essa é a etapa mais recente do processo expulsão-fixação das classes trabalhadoras, que obviamente não se reduz às populações faveladas. Nas assim chamadas casas precárias da periferia reside o fulcro do problema, presidido pela lógica especulativa dos loteamentos que fixou, em casas "próprias", boa parte da classe trabalhadora. Muitos dos novos bairros operários tanto no que se refere à qualidade das construções e de infraestrutura básica, como no que tange aos aspectos legais da posse do terreno, não se diferenciam substancialmente das favelas. (...)

(Kowarick, 1979: 42)

Para o mesmo autor, a periferização estaria baseada num modelo de desenvolvimento que se apoiava na dilapidação da força de trabalho; no rebaixamento dos salários e nas péssimas condições urbanas existentes, o que ele vai designar como "*espoliação urbana*", num momento em que a economia do país crescia a taxas de 10% ao ano, período este denominado de milagre brasileiro. Para o autor, a manutenção da precariedade e da periferização era parte essencial da acumulação econômica. Segundo ele:

(...) A periferia como fórmula de reproduzir nas cidades a força de trabalho é consequência direta do tipo de desenvolvimento econômico que se processou na sociedade brasileira das últimas décadas. Possibilitou, de um lado altas taxas de exploração de trabalho e, de outra, forjou formas espoliativas que se dão no nível da própria condição urbana de existência a que foi submetida a classe trabalhadora.(...) A lógica da acumulação que preside ao desenvolvimento brasileiro recente apóia-se exatamente na

dilapidação da força de trabalho. Na presença de uma vasta mão de obra e na ausência de uma sólida organização sindical e política da classe operária, tornou-se fácil aumentar as taxas de exploração. O desgaste de uma força de trabalho submetida a jornadas de trabalho prolongadas e as espinhosas condições urbanas de existência tornam-se possíveis na medida que a maior parte da mão de obra pode ser substituída. (...) (Kowarick, 1979: 42-45)

A citação acima apresenta pontos centrais para o entendimento das pesquisas acerca das periferias sob a égide da exclusão e da luta de classes: em primeiro lugar, caracterizando as periferias urbanas enquanto cidades dormitório; que servem de reservatório de mão de obra da classe trabalhadora e colocando como central para estes espaços a idéia de um excedente de força de trabalho, classicamente definido como "exército industrial de reserva". O papel desse "exército" se resumiria a servir ao capitalismo nos momentos de sua expansão, pressionando o rebaixamento dos salários. Em segundo lugar, destacando o papel do movimento operário a partir da luta sindical e política contra esses processos espoliativos.

A situação de precariedade e completo abandono do estado na construção de infraestruturas só seriam possíveis, segundo Oliveira (2003), pela presença dessa vasta reserva de mão-de-obra marcada pelo grande fluxo de migrantes para a metrópole e pela inexistência de uma organização operária e popular que se contrapusesse a esse quadro e, principalmente, à ditadura militar instaurada no país. Oliveira, por exemplo, afirma que:

(...) as leis trabalhistas fazem parte de um conjunto de medidas destinadas a instaurar um novo modo de acumulação. Para tanto, a população em geral, e especificamente a população que afluía às cidades, necessitava ser transformada em “exército de reserva”, adequado à reprodução do capital, era pertinente e necessária do ponto de vista do modo de acumulação que se iniciava ou se buscava reforçar (...) (Oliveira, 2003: 38)

Toda essa discussão tinha como principal caracterização o papel das periferias urbanas como o lócus do exército industrial de reserva para servir o capitalismo nos momentos de suas crises cíclicas. Essa perspectiva perde potência, nos dias atuais, no momento de uma crise estrutural do sistema capitalista e do trabalho enquanto substância, num contraponto à idéia de crises cíclicas que sustentaram essas teorias. Por outro lado pensar, os trabalhadores sobrantes como exército de reserva no período atual a partir de uma leitura da de crise do trabalho destitui por completo a idéia central que sustentava a discussão destes espaços.

Para Oliveira (2003), o tipo de acumulação neste período, denominado milagre econômico, prescindia deste exército industrial de reserva, que seria essencial para o rebaixamento dos salários. Sua visão põe o acento na perspectiva de superação dessa forma de exploração a partir da organização operária como forma de superar a divisão injusta da mais valia. É importante observar que esse tipo de entendimento tinha como pressuposto como um “agir prático”, no sentido de uma “unidade inseparável entre teoria e práxis” (Kurz: 2008b), preparando o movimento operário para a luta contra a exploração e espoliação urbana e pelo fim da ditadura militar, a partir do pressuposto entendendo a luta dos operários como sujeito da ação política como formas de superação.

Bonduki (1979) procura, para além da questão estrutural, discutir as periferias urbanas a partir da questão da habitação, afirmando que esses espaços poderiam ser caracterizados como um binômio de autoconstrução e loteamento periférico, sendo que sua ocupação se daria na maioria dos casos por migrantes oriundos, principalmente, do nordeste do país. Seabra (2004), ao analisar a obras dos autores Nabil Bonduki e Lúcio Kowarick acerca da produção da periferia a partir da autoconstrução e da espoliação urbana afirma que:

(...) nesses dois autores compreende-se como a exploração foi combinada com um sobre trabalho, entendido como parte da espoliação urbana, porque expropriava os trabalhadores de suas condições de vida no urbano. O que quer dizer que à exploração no trabalho se sobrepunha uma expropriação geral e social (...)

(Seabra, 2004: 297)

Há uma grande discussão acerca do papel da autoconstrução das moradias nas periferias, que por sinal será um dos grandes indicadores para a caracterização destes espaços. A maioria desses autores vai destacar que esse expediente fazia parte também do rebaixamento do custo de reprodução da força de trabalho urbana, já que assim reduziam o custo monetário de sua reprodução e também não pressionariam o Estado pela construção de moradias populares e nem os patrões como forma de suprir os custos com moradia. Para Maricato (2007) o ardil da autoconstrução foi desobrigar o capitalismo de investir na moradia e reprodução da força de trabalho. O trabalhador tem que se responsabilizar por construir sua própria moradia, barateando assim o preço da sua força de trabalho.

Essas questões levantadas vão influenciar a maioria da produção teórica sobre as periferias. Os partidos de esquerda, sindicatos e movimentos sociais, vão incorporar essas análises, primeiro na perspectiva de luta pelo fim da ditadura, segundo por melhores salários e principalmente na luta por equipamentos de consumo coletivos nas periferias através da formação de associações comunitárias e associações de amigos de bairro.

A partir de 1970, a luta por melhores condições de vida e por equipamentos de consumo coletivo como transportes, água e luz ganham intensidade nas periferias e a organização dos movimentos sociais urbanos e despertam interesse da academia pela novidade desses atores na cena política brasileira. O quadro das periferias, de precarização social e fermento de lutas dos movimentos sociais urbanos, ganha destaque na produção teórica sobre as periferias. Isso fará com que se desenvolvam diversas pesquisas acerca do espaço de vida do trabalhador e das classes populares, principalmente sob a ótica desses movimentos como “fermento” da luta de classes.

Estas demandas e reivindicações dos movimentos populares seriam associadas à luta mais geral, no lugar do trabalho, através das reivindicações salariais com a ação dos sindicatos, com a as lutas por melhores condições de vida das populações periféricas. As periferias vão ganhar importância de estudos enquanto locus da classe trabalhadora e enquanto potência de emancipação social através da luta de classes ¹⁵.

Aqui também se revela um ponto central da análise sobre as periferias. A maior parte das pesquisas mirou estes espaços enquanto locus privilegiado de

¹⁵O Livro de Eder Sader “Quando novos personagens entram em cena”. São Paulo. Paz e Terra, 1988, é uma referência para estudar esse momento de explosão de lutas sociais nas periferias através dos movimentos sociais urbanos.

organização da classe trabalhadora ou das as “classes populares”, combinando lutas por melhores condições de vida e organização política. Para Arantes (2009):

(...) a escolha em privilegiar o entendimento da cidade pelo lado do consumo coletivo, da reprodução da classe trabalhadora, da cultura de massas e da ação do Estado expressava a disposição em caracterizar a emergência de um novo sujeito político (o cidadão organizado em associações territoriais e movimentos urbanos) e de propor políticas públicas mais democráticas, prevendo o fim do regime militar. (...) Tratava-se, em geral, de pesquisas comprometidas em orientar a ação institucional ou das organizações da sociedade civil (...) (Arantes, 2009: 126)

Essa organização será um ponto importante na formação de vários movimentos sociais e no fortalecimento dos partidos de esquerda, culminando com a formação do Partido dos Trabalhadores, em 1980, e com o surgimento de várias organizações de luta popular ligadas à questão da moradia e dos movimentos sociais urbanos.

É possível destacar que a produção teórica do período criou uma forma de entendimento que opunha um centro marcado pela concentração de serviços, atividades e recursos humanos a uma periferia cada vez mais distante, caracterizada pela escassez, precariedade e carência, principalmente de serviços públicos. Nesse sentido, estes espaços seriam lugar da exploração da mão-de-obra, da carência de equipamentos de consumo coletivo e lócus do exército industrial de reserva.

A maioria dessas perspectivas se baseou nas teorias do consumo coletivo e afirmava a ação do Estado como forma de dar suporte aos bens públicos que seriam essenciais à reprodução da força de trabalho, diminuindo a pressão por maiores

salários (Gottdiener, 1997). As teorizações nesse sentido vão focar as lutas nos espaços do viver e do produzir, exacerbando a luta de classes para além do chão da fábrica. Este pensamento vai ser essencial para a separação centro-periferia ou, mais especificamente, para separar o entendimento e a dinâmica daquilo que foi denominado “periferias” do restante da cidade.

De forma geral, a maioria dos autores vai classificar as periferias metropolitanas como áreas degradadas e segregadas, tanto pelo insuficiente nível de equipamentos como pela baixa qualidade da prestação de serviços, bem como um lugar de crescimento desmesurado, resultado das crescentes migrações do campo para a cidade. Outro ponto de destaque seria o crescimento das periferias por conta da renda da terra, em função do jogo especulativo de uma série de agentes sociais que se conectam em torno do mercado de terras e, por fim, ressalta-se a dimensão organizativa das periferias, já citada enquanto potencial de luta da classe operária.

Nossa pesquisa procura mostrar que, a partir dos anos 1990, as periferias sofrem mudanças qualitativas que problematizam e alteram a maneira de seu entendimento e de sua conceituação. Discutiremos nos próximos tópicos mais detidamente esta questão.

A questão das periferias precarizadas e excluídas merecerá uma análise mostrando que estes espaços, principalmente na metrópole de São Paulo, sofreram intensas modificações a partir dos anos 1990, principalmente pelas lutas dos movimentos sociais urbanos e, como já foi dito anteriormente, pelo populismo de administradores que viam nestes espaços um manancial de votos.

A questão da exclusão vai nos levar a pensar de duas maneiras estes espaços: a primeira é que a pobreza e a precariedade vão estar presentes na

metrópole não como uma mancha ao redor do centro, mas, como nos diz a professora Suzana Pasternak¹⁶, em formato de “fractais”, ou seja, como uma fragmentação que atinge vários locais da cidade, sejam áreas consideradas centrais ou periféricas na metrópole. A segunda forma é discutir a própria idéia de exclusão dessa população e esses espaços, neste período, da financeirização geral da sociedade que cada vez mais são socializados negativamente pela forma mercadoria.

Os espaços periféricos como lugar de recepção dos migrantes pobres também perdem potência neste período. Os dados mostram que a migração na metrópole paulistana é, neste período atual, negativa. Também é preciso analisar fenômenos como o esvaziamento dos bairros centrais da cidade de São Paulo, atrelando-o à proliferação de condomínios de médio e alto padrão nas bordas da metrópole e que, a nosso ver, redefinem a análise de um crescimento periférico da metrópole.

Por fim, a idéia da periferia como lugar da luta de classes se redefine pela mudança da hegemonia do capital industrial para o capital financeiro combinado com um processo de generalização da mercadoria. A periferia deixa de ser o lugar de moradia e luta do sujeito revolucionário e entra cada vez mais no processo de crise de valorização do valor. Por conta disso, a leitura desses espaços a partir da idéia de lócus de exclusão também perde força.

Vamos discutir como esta conceituação perde potência acentuando, no entanto, que não estamos afirmando que a miséria e a precarização das condições sociais desapareceram, mas entendemos que não é mais possível conceituar estes espaços sob a ótica da exclusão, como foi colocado pelas diversas análises. Nossa

¹⁶ **Espaço e Debates, Revista de Estudos Regionais e Urbanos nº 45** – Segregação Urbana, São Paulo, v. 24, jan/jul 2004. Debate: A pesquisa sobre segregação: conceitos métodos e medições.

pesquisa procura mostrar que o mercado tem procurado inserir esta população na perspectiva da integração ao consumo. Ao mesmo tempo, a caracterização destes espaços como precários em infraestruturas urbanas e equipamentos de consumo coletivo pode ser questionada. É possível, através dos dados, verificar que, no caso da metrópole paulistana, houve um processo de generalização do atendimento, principalmente no que diz respeito ao acesso a serviços como água, luz, telefone, entre outros. É ainda mais importante perceber a idéia de integração destes espaços no que se refere à infraestrutura e às redes de transporte¹⁷, o que põe em xeque a conceituação desses espaços como distantes das centralidades, o que é uma das caracterizações freqüentes dessa questão. Mas além da materialidade das infraestruturas é importante perceber o crescimento avassalador das tecnologias de comunicação como a internet e outras mídias que quebram de vez a idéia de espaços separados aos fluxos do consumo e da mercadoria.

Discutiremos a idéia de que hoje não é mais possível, na metrópole paulistana, entender os espaços periféricos como lugares separados da metrópole. Para nós, esses espaços estão cada vez mais integrados à metrópole pelo viés do consumo e das mídias de comunicação, através do processo de socialização negativa promovida pelo consumo.

É possível derivar a idéia da relação centro-periferia de que cada vez mais as periferias se tornam, na expressão de Lefebvre (1999), isotópicas e que a maioria das pesquisas acentuou o caráter heterotópico destes espaços. Segundo o autor:

(...) Denominamos iso-topia um lugar (topos) e o que o envolve (vizinhança, arredores imediatos), isto é, o que faz um mesmo lugar.

¹⁷ É preciso destacar que as o transporte coletivo de massa ainda é muito deficiente nos espaços periféricos no entanto obras como o rodoanel e o avanço das linhas metro-ferroviárias nestes espaços tem modificado a características dos mesmos em relação á este tipo de infraestrutura.

Se noutra parte existe um lugar homólogo ou análogo, ele entra na isotopia. Entretanto, ao lado do "lugar mesmo", há o lugar outro, ou o outro lugar. O que o torna outro? Uma diferença que o caracteriza, situando-o (situando-se) em relação ao lugar inicialmente considerado. Trata-se da heterotopia.(...) (Lefebvre, 1999: 45)

Acreditamos que pensar estes espaços como as periferias na perspectiva de um “lugar outro” ou “outro lugar”, como apresentadas pela maioria das abordagens teóricas, perdem potência explicativa, pois esses espaços estão cada vez mais análogos aos demais espaços da metrópole.

As carências de infraestruturas a partir dos anos 1980 e 1990 vão ser incorporadas pelos políticos populistas e pela luta dos movimentos urbanos e vão praticamente destituir a idéia destas lutas como parte da luta de classes. De forma geral podemos pensar que estas lutas, assim como a luta por aumento salarial em menor escala, se atrelam à questão de uma distribuição injusta na cidade, mas não tensionam o modo de inserção destas populações ao consumo e ao fetiche do consumo e da mercadoria. As diferenças se desfizeram por conta das novas formas de integração através do mercado e do crédito que vem cada vez mais invadindo esses espaços.

É possível derivar que também para estas pesquisas e para estas práticas, ligadas intrinsecamente à lógica da luta de classes, os espaços periféricos ficaram muito vinculados à idéia de espaços de exploração do trabalhador. Poderíamos afirmar que nos moldes de um pensamento marxista hegemônico, à idéia de uma injustiça na repartição da mais valia foi associada a idéia de uma divisão injusta dos equipamentos de consumo coletivo no espaço do morar, na perspectiva de uma

diferenciação em relação às centralidades, principalmente nos equipamentos de consumo coletivo.

É preciso frisar que essa perspectiva foi muito importante para criar condições dignas de moradia e de sobrevivência de amplas parcelas do operariado e dos subempregados. No entanto, a sua crítica sempre apontou para uma integração à cidade e à conquista de equipamentos urbanos, mas não teve potência de superação crítica da integração destes espaços ao mercado e ao consumo. Parece que o movimento baseado na positivação do trabalho e mediado pela idéia de exclusão, focando a luta pelos equipamentos coletivos combinados com a luta pela inclusão trouxe consigo um processo de inclusão pelo consumo individual e a integração à sociedade de consumo.

Podemos afirmar, nesse sentido, que na crise do trabalho, a crítica à modernização não se fez possível, pois a partir dessas teorias o seu limite foi a inserção no consumo. Isto posto, a crítica atingiu o positivo a que almejava e a negatividade do processo como um todo não se colocou como objeto.

No próximo capítulo tensionaremos a visão das periferias urbanas a estas conceituações a partir da crítica à categoria da luta de classes, a partir deste novo período de reprodução do capitalismo onde o capital financeiro hegemoniza o capital industrial e partir da crise do trabalho a fim de discutir de que forma podemos pensar esses espaços e seu lugar na metrópole.

CAPÍTULO 2

PERIFERIAS URBANAS FRENTE À CRISE DO TRABALHO: UMA CRÍTICA À OPOSIÇÃO CENTRO X PERIFERIA

Para pensar as periferias urbanas no momento atual fizemos um duplo percurso: por um lado, a partir da crítica à visão das periferias e das categorias mais gerais da luta de classes e da centralidade da classe operária, que foram as categorias de base que orientaram toda a discussão sobre as periferias como lócus da classe trabalhadora. Por outro, procuramos pensar esses espaços a partir da crise do trabalho, das transformações na reprodução capitalista e por sua vez as transformações atuais na dinâmica urbana da Região metropolitana de São Paulo - RMSP.

Vamos procurar fazer uma análise das proposições que embasaram as diversas teorizações que colocavam a questão das periferias apenas como lócus de reprodução do proletariado e, nesse sentido, pensados apenas como espaços voltados para o morar, diferenciados dos espaços centrais ou do “restante da cidade” pela falta de equipamentos coletivos.

A partir da crítica das categorias desenvolvidas pelas correntes hegemônicas do marxismo, que tinham como centro a ontologização e positivação da categoria trabalho e da luta de classes, discutiremos como elas interferiram na construção de um pensamento dos espaços periféricos enquanto espaços da exclusão social, do sujeito revolucionário e de suas implicações na discussão da relação centro-periferia.

Periferias urbanas como lócus da classe operária

O acento na luta de classes como centro da análise das periferias é parte de uma visão mais geral do marxismo que tinha como pressupostos a primazia da política sobre o econômico e do proletariado como sujeito de superação do capitalismo. Neste sentido, as construções teóricas e as práticas ligadas aos movimentos sociais e partidos de esquerda baseadas nestas categorias enxergavam nos espaços periféricos um dos lugares privilegiados para a realização de lutas contra a exploração e pela transformação social. Essas lutas seriam um complemento ao foco principal, qual seja, as lutas operárias por melhores salários baseadas no capital industrial, promovidas pelos sindicatos no chão da fábrica.

A crítica de Kurz (1992) a essa questão dá-se no sentido de afirmar que não é mais possível entender o atual período, nem os espaços considerados como periféricos como lugares da exclusão e da exploração da classe trabalhadora a partir da crise do trabalho. Para ele:

(...) Uma vez que essa crise consiste precisamente na eliminação tendencial do trabalho produtivo e, com isso, na supressão negativa do trabalho abstrato pelo capital e dentro do capital, ela já não pode ser criticada ou até superada a partir do ponto de vista ontológico do “trabalho”, “da classe trabalhadora”, ou da “luta das classes trabalhadoras” (...) (Kurz, 1992: 213)

Kurz (2004) vai mais longe ao questionar tanto a pertinência da manutenção de um pensamento que coloca como centro a contradição entre uma classe operária

versus uma classe de capitalistas, afirmando que a polarização entre ricos e pobres ainda não encontrou um novo conceito para explicar o mundo atual. Para ele:

(...) A polarização entre pobres e ricos, exacerbando-se de forma irresistível, não encontrou ainda um novo conceito. Se o conceito marxista tradicional de "classe" tem uma súbita conjuntura favorável, isso é antes um sinal de desamparo. No entendimento tradicional, a "classe operária", que produz a mais-valia, era explorada pela "classe dos capitalistas" por meio da "propriedade privada dos meios de produção". Nenhum desses conceitos pode expor com exatidão os problemas atuais. A nova pobreza não surge por conta da exploração na produção, mas pela exclusão da produção. Quem ainda está empregado na produção capitalista regular já figura entre os relativamente privilegiados. A massa problemática e "perigosa" da sociedade não é mais definida por sua posição no "processo de produção", mas por sua posição nos âmbitos secundários, derivados, da circulação e da distribuição. Trata-se de desempregados permanentes, de destinatários de operações estatais de transferência ou de operadores de serviços nos domínios da terceirização, até chegar aos empresários da miséria, os negociantes de rua e os coletores de lixo (...) (Kurz, 2004: 10)

Kurz (1992) também discute a questão da perda de potência da dicotomia da luta de classes para explicar um mundo que perde a substância do trabalho, no qual o desenvolvimento tecnológico e a primazia do investimento no capital constante se realizam em detrimento do capital variável. Esta perda de substância do trabalho faz com que a visão tradicional do marxismo, a partir da luta de classes, perca a idéia

central, que era baseada na exploração pelo trabalho. O que o autor nos coloca aqui é que sem trabalho a crítica é a falta de exploração e não capacidade dela. Por outro lado, essas teorias abrem a possibilidade de criticar a própria positividade do trabalho, na qual a maioria destas visões se baseou colocando como acento a distribuição injusta da mais valia.

Para Jappe (2006), por exemplo, é necessário fazer uma crítica às categorias das correntes do marxismo que não conseguiram ultrapassar a sua crítica para além da distribuição desigual da mais valia e não fizeram a crítica de base à modernização capitalista. Nesse sentido, o autor afirma que o pensamento de Marx, a partir dessas correntes, acabou servindo e sendo utilizado como uma teoria da modernização do mesmo, fazendo o capitalismo avançar em vez de criticar seus pressupostos. Assim, os partidos de esquerda e o movimento operário, a partir destes pressupostos, acabaram por libertar o capitalismo de muitos de seus anacronismos estruturais e promoveram a integração da classe operária ao mercado capitalista.

Postone (1993), nesta mesma linha, afirma que a produção marxista centrada na luta de classes, denominada “marxismo tradicional”, formulou sua concepção do capitalismo a partir da trans-historicidade da categoria trabalho. Essas correntes acabaram por positivar o desenvolvimento e as formas de produção colocando o acento de sua crítica na distribuição da riqueza. Esta análise vai focar a perspectiva de superação do capitalismo via luta de classes, porém não realizando a crítica negativa do fundamento da sociedade que está no trabalho. Nesse sentido, as teorias que pensavam as periferias urbanas a partir da marginalidade e da exclusão, a nosso ver, parecem que só podiam ter como caminho lógico a inclusão das camadas “excluídas”, de forma a positivar o consumo e a mercadoria. Isso porque a

perspectiva teórica de uma distribuição desigual da mais valia e, nos casos das periferias, dos equipamentos de consumo coletivos e de infraestruturas urbanas, pareciam impedir uma crítica mais radical deste processo.

Podemos derivar, a partir dessas questões colocadas pelos autores, que as teorizações sobre as periferias foram mediadas em grande parte por essas correntes do marxismo, baseadas na centralidade do trabalho, por sinal, no trabalho industrial e na luta de classes. A discussão das periferias urbanas, tributária dessa visão geral, foi e é ainda vista sob a perspectiva destas como lócus da exploração e do exército industrial de reserva. A crítica teórica e a prática política, baseadas por estes pressupostos, sempre apontaram para uma distribuição mais justa da mais valia no que se refere a crítica as relações de trabalho. Já no espaço de moradia, esta crítica buscou uma distribuição mais justa dos equipamentos de consumo coletivo e a integração à cidade através da luta por equipamentos coletivos. Parece-nos que essa luta, apesar da sua justeza, assim como a luta dos sindicatos, trouxe a integração à cidade, mas também a integração ao mercado, como consumidores, e a integração à mercadoria, conformando o que partir de Kurz (1999), poderíamos chamar de uma simultaneidade negativa na metrópole.

A crítica destes autores a partir da dicotomia da luta de classes, que teve como primazia a aposta no político e no sujeito revolucionário, fez com que o movimento operário e os movimentos sociais urbanos não conseguissem criticar o papel da valorização do valor e da mercadoria como verdadeiros sujeitos.

(...) Na crise mundial da terceira revolução industrial, a crítica radical ao capitalismo encontra-se perante um desafio ímpar. Para continuar a ser ela mesma, para fazer jus a seu nome, é mister que ela, em sua forma conhecida, diga adeus a si mesma, que se

distancie de si mesma, que se supere e vá além de si mesma. Afinal de contas, da mesma maneira que o capitalismo realmente esbarra num limite interno absoluto, também a crítica até o momento tecida contra ele torna-se obsoleta e revela-se parte integrante de seu próprio objeto. (...)

(...) Nessa perspectiva, tanto o movimento operário ocidental quanto os próprios socialismos do Leste e do Sul faziam parte da história da ascensão e da imposição capitalista. Tanto a reflexão teórica quanto a ação prática moviam-se sob a capa do sistema moderno de produção de mercadorias, a forma fetichista do valor. A partir da filosofia iluminista burguesa, o marxismo do movimento operário assumira a ontologização dessa conexão da forma da modernidade. Notadamente o “trabalho” (“trabalho abstrato” em Marx) como substância da forma do valor assumiu, ao longo desse processo, um *status* trans-histórico. Agora, em meio à crise mundial da Terceira Revolução Industrial, o “modo de produção com base no valor” (Marx) esbarra em seu limite interno absoluto, justamente pelo fato de minar sua própria substância, ou seja, o “trabalho”, tornando-o obsoleto. As determinações supostamente ontológicas revelam-se historicamente limitadas e nulas. (...) Kurz (2008b).

Ao apostar nessa contradição, este marxismo apostou na idéia de um sujeito revolucionário, a classe operária, como centro da sua preocupação e de sua prática. Isso levou essa teorização a focar-se nas periferias como lócus do operariado e do exército industrial de reserva. Para a nova crítica do valor é preciso questionar a idéia de sujeito revolucionário, já que as duas classes sociais –capitalistas e

trabalhadores – não seriam criadores da sociedade capitalista, mas suas criaturas. Diante disso, essas classes não seriam atores da sociedade, mas sim “agidas por ela” (Jappe, 2006), determinando a idéia de um sujeito automático submetido às leis cegas do capital, que ocorrem à revelia dos sujeitos (Kurz 1992).

O marxismo tradicional se assentava na idéia da exploração de uma classe sobre a outra. Para a crítica mais recente, a partir da teoria do valor e da centralidade do fetiche, as classes não existiriam senão como executoras da lógica do valor, sendo essas duas classes personificações de categorias econômicas. A partir dessa análise, é preciso pensar que também o capitalista é sujeitado, já que é uma lógica objetiva, não dependendo da subjetividade, crítica ou não.

Alfredo (informação verbal)¹⁸ afirma que as teorias baseadas na luta de classes não necessariamente questionaram o fetiche do dinheiro mas, antes, acabaram por afirmar essa abstração. Nesse sentido, não criticaram as formas de fetiche desenvolvidas a partir da universalidade posta pelo dinheiro, que só poderiam levar à consciência da lógica da troca mercantil e não à sua negação, além de afirmarem o individualismo por conta de uma subjetividade sujeitada à lógica da mercadoria.

As contribuições de Debord são importantes por criticarem a afirmação de uma luta que não negasse o fetichismo da mercadoria e trabalhasse como o marxismo tradicional, que fez uma positivação do trabalho. Tal positivação acentuou o distributivismo sem criticar os fundamentos do valor e do fetichismo da mercadoria.

Para o Autor:

¹⁸ Anotações em sala de aula do curso de pós graduação: Modernização e Contradições Espaço-Temporais – DG-FFLCH – USP, ministrado pelo Prof Anselmo Alfredo no ano de 2008.

(...) A economia toda tornou-se então o que a mercadoria tinha mostrado ser durante essa conquista: um processo de desenvolvimento quantitativo. Essa exibição incessante do poder econômico sob a forma de mercadoria, que transfigurou o trabalho humano em trabalho-mercadoria, em assalariado, resultou cumulativamente em uma abundância na qual a questão primeira da sobrevivência está sem dúvida resolvida, mas resolvida de um modo que faz com que ela sempre torne a aparecer; ela se apresenta de novo num grau superior. O crescimento econômico libera as sociedades da pressão natural, que exigia sua luta imediata pela sobrevivência; mas, agora, é do libertador que elas não conseguem se liberar. A independência da mercadoria estendeu-se ao conjunto da economia, sobre, a qual ela impera. A economia transforma o mundo, mas o transforma somente em mundo da economia. (...)

(Debord, 1997: 30)

Estas críticas caminham para quebrar as visões dicotômicas acerca da luta de classes e pensar que, neste caso, também os capitalistas estariam integrados à mesma lógica do valor. Ao não colocar o valor como questão central, o movimento operário e as análises baseadas nesses pressupostos não conseguiram pensar a consumação dos operários pela lógica do valor e se ativeram apenas à questão da exploração, lutando pela manutenção do trabalho num modo de produção que intrinsecamente tende a suprimir cada vez mais o mesmo. O caminho e a luta pela não exploração significou, além da positivação do trabalho, a luta pela integração, que correspondeu a uma integração negativa, uma integração ao mercado de consumo.

A luta do movimento operário teve como ganhos a modernização das relações de trabalho e a conquista de direitos políticos dos trabalhadores, principalmente em relação à diminuição da jornada de trabalho. No entanto, ao não criticar o valor e colocar os operários como sujeitos do devir, o movimento operário não conseguiu superar uma crítica moral da idéia de exploração. A crítica à situação das periferias é mediada em grande parte por essa lógica e por essa contradição. Para Jappe (2006):

(...) Seria antes necessário reconhecer que os interesses dos assalariados não são essencialmente diferentes de dos outros interesses que concorrem no interior da sociedade mercantil. A defesa dos interesses dos assalariados pode ser mais justificada do que a de outros interesses, porque os operários, ou as outras categorias sociais em causa, são mais numerosos, ou mais explorados, ou mais pobres que outros sujeitos do mercado, ou porque são vítimas de uma injustiça maior. Mas na defesa destes interesses não existe nada que seja necessariamente emancipador. Trata-se somente de fazer valer direitos de uma categoria de vendedores de bens (neste caso, vendedores da sua força de trabalho) em face de outras categorias de vendedores. Na sociedade fetichista não pode haver uma “classe da consciência” constituída por uma das categorias funcionais da mercadoria, a qual tivesse ao mesmo tempo a missão histórica de pôr termo à sociedade de classes (...) (Jappe, 2006: 163)

Nesse sentido, os autores como Anselm Jappe, Robert Kurz entre outros vão defender que o verdadeiro sujeito seria a mercadoria e que a sociabilidade e a

subjetividade estariam submetidas ou sujeitadas ao automovimento do dinheiro.

Segundo o Jappe:

(...) a teoria marxiana da inversão afirma que o verdadeiro sujeito é a mercadoria e que o homem mais não é do que o executor da lógica da mercadoria. Aos homens, a sua própria sociabilidade e a sua subjetividade surgem-lhe submetidas ao automovimento automático de uma coisa. Marx exprime este facto na formulação segundo a qual o valor é um sujeito autômato, sendo que como escreve nos Grundrisse: “o valor apresenta-se como sujeito”(…) (Jappe, 2006: 92)

Postone (1993) afirma que as classes trabalhadoras seriam essenciais ao capitalismo ao invés de ser a sua negação. Essas questões, apesar de polêmicas, iluminam a nossa análise e completam a idéia de que não é mais possível pensar em classes sociais e nem no sujeito revolucionário. Isso porque a “classe” trabalhadora, além de estar inserida na lógica da mercadoria, não representaria sua negação, mas antes uma parcela do mercado a ser integrado á lógica do consumo.

Para nós, esse debate vem afirmar que não é mais possível pensar as periferias urbanas e as classes operárias conforme a lógica da separação formulada na análise do marxismo tradicional. Tais questões trazem à tona o processo de integração do operariado, dos trabalhadores do setor de serviços e dos desempregados, num processo de socialização negativa naquilo que Kurz (1992) denominou de sujeitos monetários sem dinheiro. Sendo assim, quebra-se a lógica que entende essas populações como excluídas, mesmo que aqui nós apontemos essa integração como negativa. Isto põe em evidência a crítica à perda da capacidade analítica da noção de periferia urbana, excluída, separada do centro e

do restante da cidade. Como dissemos, considerar esse espaço como periférico pode ter sido um equívoco na medida em que tal compreensão física de periferia contribuiu para tornar marginal a análise que deveria ser central: o trabalho e sua identidade como não trabalho.

Essas formulações têm grandes implicações sobre o modo de pensar as periferias hoje, levando a revisar a leitura desses espaços como lugares da classe operária e essa como sujeito revolucionário. É importante derivar que se estas populações estão submetidas ao império do valor e do fetiche e que não teria sentido separar a cidade em uma periferia lócus da classe operária e um centro ainda voltado para as classes médias e burguesia. Pensamos esses espaços a partir de um processo progressivo de homogeneização. Não se trata aqui de uma homogeneização da renda, já que o capitalismo não perdeu seu potencial de criar desigualdades, mas certamente uma homogeneização das expectativas e do consumo através do crédito e da socialização negativa. O importante para nós, até aqui, é que tanto espaços centrais como espaços periféricos são hoje tomados pelos mesmos desejos e mesmas aspirações de consumo, não importando se a forma é consumir pagando a crédito ou a vista, ou se o produto é original ou falsificado. A revolução na microeletrônica, o avanço dos meios de comunicação e a internet generalizam os desejos de consumo e homogeneizam os valores, através da expansão do crédito.

Da hegemonia do capital industrial à hegemonia do capital financeiro

É necessário também pensar, além da crítica às categoria da centralidade da luta de classes e da ontologização do trabalho que, no atual período, há mudanças qualitativas no modo de reprodução do capitalismo ou do sistema produtor de mercadoria. Vamos fazer a crítica em relação a este período focando na crise estrutural do trabalho e na crise imanente do sistema produtor de mercadorias. Com essa abordagem, procuramos criticar a idéia das crises cíclicas do capitalismo ou de crises conjunturais, que para as formulações acerca das periferias seriam um dos processos de produção das mesmas, além da própria potência da categoria do exército industrial de reserva.

Para Kurz (1993), este período atual representa um momento de intensificação do desenvolvimento das forças produtivas, o que altera qualitativamente o modo de reprodução do capitalismo. Para ele, este momento é marcado pela 3ª revolução industrial, cientifização e intensificação da produtividade na qual a intensividade do trabalho ocorre cada vez mais e demanda substituir o trabalho vivo numa economia orientada pelo desenvolvimento das forças produtivas. Aqui, o autor coloca ainda a questão da negatividade do trabalho, invertendo a lógica da hegemonia do capital industrial por um processo cada vez mais acentuado de ficcionalização da economia. O autor afirma que:

(...) O cerne da crise consiste justamente em que as novas forças produtivas da microeletrônica fundem o trabalho e, com ele, a substância do próprio capital. Dada a redução cada vez maior da classe operária industrial, cria-se cada vez menos mais-valia real. O capital monetário foge rumo aos mercados financeiros especulativos,

visto que os investimentos em novas fábricas se tornaram não-rentáveis. Enquanto partes crescentes da sociedade fora da produção pauperizam ou até caem na miséria, do outro lado se realiza tão-somente uma acumulação simulatória do capital por meio de bolhas financeiras (...) (Kurz, 2004)

Alfredo, nesta mesma linha vai afirmar que no atual período:

(...) a força de trabalho perde em centralidade em relação à reprodução social. Trata-se, por assim dizer, de um momento em que a própria desigualdade das relações sociais baseadas na efetivação desta descentralização passa a constituir uma efetivação do capital pelo seu aspecto negativo, de modo que a mesma se põe afirmando o capital e o capitalismo em sua determinação crítica, constituindo o que Kurz (...) expressa como simultaneidade negativa (...)

(Alfredo 2008c: 46)

A análise de Kurz (1992) aponta para um componente estrutural da crise sistêmica do trabalho e também do próprio sistema produtor de mercadorias. Para ele, neste momento, pela primeira vez, é possível questionar, independentemente de fases conjunturais, a capacidade do capitalismo de explorar pela diminuição relativa e absoluta da massa abstrata de trabalho. Damiani, neste mesmo caminho, afirma que:

(...) a destituição produtiva do trabalho e do trabalhador hoje é um fenômeno de um momento do capitalismo e, ao mesmo tempo,

revela sua crise imanente e põe todos os trabalhadores e o próprio trabalho em crise, em todos os níveis de proletarização. Um quadro evolutivo, sozinho, não a detém. A complexidade e a simultaneidade desses modos de exploração do trabalho acrescentam muito à noção de dialética de processo (...). Damiani (2008: 219)

Este período é marcado por uma crise estrutural do sistema, na qual a mais valia extraída não dá conta de valorizar o capital, colocando a própria reprodução do sistema de forma crítica e negativa. Isso faz com que essa reprodução tenha forte embasamento não mais no capital produtivo, mas numa acumulação do capital fictício, através da financeirização da economia e baseada firmemente na expansão do crédito para poder se reproduzir. Deste modo, a acumulação é fictícia, dada a desvalorização do valor que a crise do trabalho fundamenta.

Por sua vez, uma nova componente de crítica sobre este período deve-se ao acento da crítica nas dominações abstratas, ou como nos diz Alfredo (2006), as abstrações como elemento identitário do moderno, em contraponto a uma visão baseada na dominação concreta e personificada com a ontologização da luta de classes conforme o marxismo hegemônico. Junto à personificação e concretude da dominação, nós acrescentaríamos uma concretude das periferias como lócus da exploração. Podemos dizer, de forma geral e para entender o moderno, que para pensar a questão da nossa pesquisa é necessário colocar o fetiche da mercadoria como problema central e estrutural da sociedade capitalista em todas as suas manifestações essenciais, superando as diferenças acentuadas nas teorias mediadas pela luta de classes.

Postone (1993) e Jappe (2006), dentre outros autores, discutem que o capitalismo atual criou uma nova forma de dominação social, crescentemente

abstrata, subordinando pessoas à estrutura de produção que não pode mais ser captada pelos termos da dominação concreta. Assim, para Postone as teorias mediadas pelo marxismo tradicional:

(...) são incapazes de explicar a visível e crescente produção da pobreza em meio à abundância e ao grau em que importantes aspectos da vida moderna têm sido modelados e subordinados aos imperativos de forças sociais abstratas e impessoais, mesmo que se tenha ampliado substancialmente a possibilidade de controle coletivo sobre as circunstâncias da vida social. (...) (Postone, 1993: 05)

Damiani afirma que essas abstrações dominam a sociedade já que:

(...) A sociedade moderna, capitalista, se realiza através de mediações abstratas, ao mesmo tempo, extraordinariamente ativas e concretas; portanto, se resolve em abstrações concretas: o dinheiro; o estado; a mercadoria; o trabalho abstrato; o capital; o valor. Toda a materialidade do processo é subsumida, negada pela substância comum, formal que funda e sustenta esta sociedade: o valor (...) (Damiani, 2008: 220)

A questão das abstrações concretas traz importantes questionamentos sobre o modo de reprodução do capitalismo atual e ilumina questões centrais para a discussão acerca da destituição da relação centro-periferia. A nosso ver, não é possível discutir a reprodução do capitalismo atual e, mais ainda, a reprodução nos espaços pauperizados, ou as teorias atuais sobre as periferias sem pensar nas

relações fetichistas que efetivam e dominam sociabilidade moderna. Por outro lado, é preciso pensar que a análise das periferias urbanas tem um componente muito forte na sua formulação a partir da idéia de um espaço concreto e geométrico; do espaço absoluto enquanto mediador desta categoria – a idéia das periferias enquanto lugar distante, enquanto lugar apartado, enquanto o “lugar outro”. Pensamos que a potência dessas questões reside na afirmação de que não é possível pensar a metrópole e dividindo-a em espaços da classe trabalhadora e espaços da burguesia. Desse modo, a reflexão sobre uma diferenciação desses lugares não pode mais ser mediada pelo concreto, já que o mundo está cada vez mais mediado pelo fetiche da mercadoria, mesmo quando as disparidades econômicas continuam existindo e, em muitos casos, se aprofundando.

Essas questões tensionam a análise sobre o entendimento das periferias urbanas. Dentre elas, podemos destacar as questões da centralidade da categoria trabalho; a idéia de centralidade da classe operária, a idéia desses espaços enquanto lócus da exploração e a importância da categoria de exército industrial de reserva como núcleo para explicação das periferias urbanas. É possível, no entanto, criticar a análise desses espaços como lugar da exploração do trabalho e, ainda, questionar a noção de exército industrial de reserva num quadro em que o trabalho se escasseia e muda de qualidade, no qual o capital produtivo perde lugar para um processo de financeirização e ficcionalização da economia. Esse quadro se aprofunda no momento em que o capital se expande ao mesmo tempo em que nega o trabalho, gerando formas de reprodução crítica num mundo em que, segundo JAPPE (2006), o trabalho vivo contribuiria de maneira secundária para o processo produtivo, dado o aumento contradizente da cientificação. Esse quadro cria um

movimento de reprodução crítica para os trabalhadores e para todos os pobres, no qual é preciso viver do trabalho num mundo sem trabalho.

É importante notar que o marxismo tradicional tinha como objetivo a inserção dos trabalhadores, no geral subempregados, no mercado formal, de modo a integrá-los à massa de trabalhadores e fortalecer os operários como sujeitos. No entanto, este novo período elimina o próprio trabalho como horizonte de lutas do marxismo e do movimento operário como um todo. Essa questão também tensiona a noção de que só as periferias são destituídas de trabalho. Este novo momento parece cada vez mais afirmar que todos espaços estão destituídos e, neste sentido, a condição antes posta para os locais periféricos se homogeneíza por toda a sociedade. Dialeticamente, é justamente neste período que o mercado, na sua reprodução crítica, procura inserir os sujeitos monetários como consumidores na perspectiva de realizar os capitais ociosos.

Para nós, a redefinição dessas categorias neste novo momento aponta para a quebra da leitura de uma visão do marxismo que, por conta de sua base teórica, seja como estratégia ou como uma prática, enxergava a forma de agir nesses espaços para a transformação social. Entendemos que, apesar da continuidade do processo de reprodução crítica e dos resultados nefastos do capitalismo, vivemos num momento em que essa contradição não pode mais ser vista sob os mesmos pressupostos do assim chamado marxismo tradicional, que se pautou no proletariado como sujeito da revolução e na luta de classes como motor da história.

A questão da práxis foi central para uma teoria da periferia como lugar do operário ou lugar da exploração de classe. Toda esta teoria foi mediada por esta imediaticidade da ação, que ao lutar pelo fim da exploração dos operários e, por sua vez, das populações periféricas aliadas pela injustiça de uma cidade desigual, teve

como horizonte e pressuposto o alargamento das classes médias. Nesse sentido, ela teve como resultado um processo de integração da classe operária (Scholz, 2010). A autora nos fala que pensar a idéia do sujeito automático parece colocar as coações objetivas das mercadorias para além da lógica da injustiça social. A idéia de uma oposição entre classes é ontologizada na análise e não permite ir além de uma crítica que inclui o proletariado como parte desta forma de produzir e de acumular. Para a autora, a pacificação do conflito de classe só poderia levar à integração das classes médias e do proletariado à sociedade do consumo, na qual o proletariado está incluso.

Este momento coloca para nós a necessidade de pensar na crise dos conceitos e, neste ínterim, pensar que a relação centro-periferia segundo essa lógica perde em capacidade analítica. A crise do trabalho e a crise da centralidade da luta de classes com sua dicotomia burguesia-proletariado colocam em crise a relação centro-periferia. Essas dicotomias clássicas vêm da separação forma conteúdo e daquilo que não é não idêntico. Nosso trabalho aponta para o processo de integração negativa dos pobres, dos trabalhadores e de toda a sociedade mediadas por estas relações abstratas. Nesse sentido, a integração negativa esfuma a idéia do proletariado como ontologia positiva (Scholz, 2010).

É necessário pensar de que forma os pobres, denominados periféricos ou não, estão sendo incluídos perversamente no mundo do espetáculo. Isso lhes retira a identidade, criando uma des-identidade tanto do centro como da periferia, na perspectiva de criar uma homogeneização destes mediatizada e totalizada pela mercadoria.

O conceito de espetáculo ou de sociedade do espetáculo nos parece uma contribuição importante para o processo de destituição da relação centro-periferia, a

partir de uma generalização da mercadoria. A obra de Debord procura fazer uma crítica radical da sociedade a partir do fetichismo da mercadoria, denominado por ele de espetáculo. Para ele:

(...) O espetáculo é o momento em que a mercadoria ocupou totalmente a vida social. Não apenas a relação com a mercadoria é visível, mas não se consegue ver nada além dela: o mundo que se vê é o seu mundo. A produção econômica moderna espalha extensa e intensivamente sua ditadura. Nos lugares menos industrializados, seu reino já está presente em algumas mercadorias célebres e sob a forma de dominação imperialista pelas zonas que lideram o desenvolvimento da produtividade. Nessas zonas avançadas, o espaço social é invadido pela superposição contínua de camadas geológicas de mercadorias. Nesse ponto da «segunda revolução industrial», o consumo alienado torna-se para as massas um dever suplementar à produção alienada. *Todo o trabalho vendido* de uma sociedade, que se torna globalmente *mercadoria total*, cujo ciclo deve prosseguir. (Debord, 1997: 31)

Essas questões trazem importantes contribuições para nossa problemática, que procura questionar a análise, de forma geral, dicotômica – as periferias enquanto lugar dos operários e o centro pretensamente como lugar dos ricos ou das classes médias. Estas contribuições, se, por um lado, enriquecem a discussão acerca da pobreza para além da classe operária, parecem indicar que o cerne da questão deve ser posto na generalização da mercadoria, invadindo todos os setores

da sociedade e, na nossa discussão, invadindo de forma intensa os espaços periféricos. Neste sentido, é também importante a afirmação de Kurz de que:

(...) o capital aparece de certo modo como socializado e anonimizado; ele se revelou abstrato, deixando a forma personalizável da sociedade inteira. "O capital" não é um grupo de proprietários legais, mas o princípio comum que determina a vida e a ação de todos os membros da sociedade não só exteriormente como também em sua própria subjetividade (...). Kurz (2004:10)

Poderíamos derivar dessas afirmações que o “princípio comum” é cada vez mais disseminado nos espaços que são considerados periféricos, o que acaba por efetivar uma situação em que as diferenças entre centro e periferias são cada vez mais atenuadas pela homogeneização do consumo e pela construção de uma subjetividade mediada pela mercadoria. Compreender então a questão da homogeneização dos valores e da sociedade moderna hoje, para além do paradigma da luta de classes, exige pensar um mundo mediado pelas abstrações concretas que dominam a sociabilidade moderna. Nesse sentido, pensar o mundo no qual o fetiche do dinheiro se torna central no moderno e na sociedade capitalista.

Para Alfredo (informação verbal)¹⁹ o fetiche é uma ilusão necessária para o capital, por criar uma consciência subjetiva que o permite se reproduzir e desvelar uma relação e um modo de produzir irracional do moderno. O capital, na sua fase de reprodução crítica, ganha mais efetividade e intensidade no sentido de inverter a objetividade da crise na subjetividade de uma reprodução ampliada da crise. O

¹⁹ Anotações em sala de aula do curso de pós graduação: Modernização e Contradições Espaço-Temporais – DG-FFLCH – USP, ministrado pelo Prof Anselmo Alfredo no ano de 2008.

fetichismo, desse modo, é o fundamento da reprodução capitalista porque sem a negação do conteúdo pela forma não existe reprodução capitalista.

Essa questão está colocada de maneira proeminente na nossa discussão, já que é num mundo onde a substância do trabalho desaparece e que a crise do sistema se aprofunda que, dialeticamente, se dá o processo de homogeneização da subjetividade da mercadoria num quadro de precarização, de aumento das diferenças entre ricos e pobres e de extinção do trabalho produtivo.

Neste período, a sociabilidade moderna, mesmo negando a substância do trabalho em crise, consegue se reproduzir se desfundamentando e se fetichizando. O fetichismo tem um papel primordial nessa reprodução crítica, já que mesmo sem fundamento ela se reproduz.

Por outro lado, toda a discussão acerca de espaços periféricos e centralidades parece ter sido mediada pela materialidade do mundo. Nesse aspecto, a Geografia tem papel importante, por conta da associação imediata entre o espaço e a afirmação da concretude do mundo. De forma geral, também a sociologia urbana, o urbanismo e a maioria das discussões acerca dos espaços periféricos da literatura anterior também têm contribuições relevantes.

O fetichismo tem potência de repor a sociabilidade irracional, já que ele efetiva como racional uma sociabilidade irracional do modo de produção. Esta inversão de Marx é importante, pois essa categoria tem poder de repor a realidade, tornando-a uma abstração concreta. Essas abstrações têm potência de pôr uma forma efetiva de sociabilidade. Nosso objeto não é a coisa material, mas a lógica que faz mover as coisas que se efetivam e aparecem como meramente materiais.

A partir da análise de mudanças estruturais no modo de produção vamos procurar entender as mudanças que esse novo quadro aporta para o processo de

urbanização das metrópoles. Nos deteremos, em particular, nas mudanças que vários autores têm discutido acerca da perda de potência da idéia de centro e periferia, pelo menos nos termos que as duas categorias são entendidas até o atual período.

Podemos destacar que o eixo principal para a realização dessa crítica refere-se ao processo de aprofundamento da crise da reprodução social, onde segundo Alfredo (2009:25): *a violência do trabalho pelo não-trabalho impõe uma sociabilidade monetarizada pelo valor sem necessariamente produzir valor.*

Capital financeiro e mudanças na metrópole: centralidades x policentralidades

A partir das questões já colocadas vamos centrar-nos na análise do processo de financeirização e crise do modo de acumulação no caso brasileiro e na metrópole paulistana. Esse processo é demonstrado de forma complexa através da diminuição dos postos de trabalho propriamente ditos, através da precarização do trabalho formal, principalmente nos espaços considerados periféricos; do crescimento desmesurado do setor de serviços e de um forte processo de terceirização no mundo do trabalho. Esses trabalhos são considerados como trabalhos improdutivos, já que não dão conta de gerar valor que reponha o capital produtivo. Para Alfredo:

(...) A constituição urbana das periferias como o lócus de uma população prestadora dos mais diversos serviços não expressa necessariamente uma forma de baratear a realização ou produção de mais valia porque se trata de serviços pessoais e não empresariais. Mas sim, segundo o que estamos buscando expressar, é justamente o ato de como uma divisão social do trabalho que estabeleceu esta urbanização, não foi efetiva na socialização pelo trabalho (relação capital x trabalho), mas pela posição de indivíduos subsumidos pela forma monetária de realização social, cujo sentido primordial foi a subsunção a um mundo do trabalho em sua face como não trabalho (...) (Alfredo, 2008c: 13)

Para Oliveira (2003) esse quadro para os países periféricos se apresenta marcado por um espantoso aumento da produtividade e do trabalho abstrato virtual e tem efeito devastador, já que esta nova fase da acumulação aproveitou a enorme

reserva de mão-de-obra criada pela industrialização como trabalho informal e não necessitou desfazer drasticamente as formas concretas abstratas de trabalho, a não ser em reduzidos nichos fordistas. Para ele, nesse sentido, é possível um trabalho de extração de mais-valia sem grandes resistências por parte dos trabalhadores. Desse modo, estaríamos assistindo a uma desconstrução da relação salarial através da terceirização, precarização, flexibilização e aumento das taxas de desemprego, fazendo com que se pense hoje em ocupação e não mais em emprego.

Carlos (2004), ao discutir o avanço dos setores de serviços na metrópole de São Paulo, afirma que este momento é marcado pela emergência de setores modernos como os ligados à informática, consultoria e *design*, mas também de setores ligados aos pobres e precarizados com baixos salários, como os setores de limpeza, serviços domésticos, segurança, balconistas, motoboys e telemarketing e principalmente pelo aumento expressivo do trabalho informal e de ambulantes na metrópole.

Para nós, é preciso acrescentar a estas análises que os serviços se tornam emergentes na metrópole como um todo e atingem os setores mais pobres, não só pelos pequenos serviços e pelas empresas terceirizadas de mão de obra precarizada, mas também através de uma gama de atividades, de modo que quase não há diferenciação entre aquilo que se denomina centro e aquilo que se denomina periferia.

Entendemos que não há diferenciação desse processo nas centralidades e nas periferias, pelo menos do ponto de vista qualitativo, como se os espaços periféricos ainda participassem deste momento da reprodução de forma marginal ou como lócus do capital variável.

Neste sentido, esse quadro marca uma simultaneidade entre setores mais desenvolvidos e custosos e outros vinculados aos pequenos empreendimentos pessoais na metrópole. Essas novas características vão indicar que a dinâmica da economia metropolitana, que era baseada no setor produtivo industrial, se apóia hoje no amplo crescimento do setor terciário moderno: serviços, comércio, setor financeiro, como condição de desenvolvimento de uma economia globalizada e ficcionalizada.

Este novo quadro ligado a uma crescente complexificação do trabalho, na qual cada vez mais as ocupações no capital produtivo dão lugar aos serviços, permite pensar em novas formas de produção do espaço urbano e questionar as centralidades criadas a partir do capital produtivo. É necessário discutir, se esta nova economia produz novas centralidades, qual seria o papel dos espaços considerados como periféricos. Para nós, estes novos pressupostos tensionam os fundamentos da relação centro-periferia no sentido da destituição da mesma.

O novo quadro marcado pela hegemonia do capital financeiro sobre o produtivo faz com que a relação/articulação centro-periferia seja repensada por diferentes autores para tentar explicar a complexidade que o processo de urbanização ganha nos dias atuais. Uma linha de análise procura explicar esta perda de potência pela construção, nas metrópoles, das policentralidades.

A professora Ana Fani Alessandri Carlos ²⁰ procura discutir a necessidade da redefinição da categoria centralidade e da dinâmica urbana, em virtude do deslocamento das indústrias das áreas centrais e do desenvolvimento de outras atividades que ganham importância nesta nova economia. Para a autora, a

²⁰ A partir da comunicação “A passagem da estruturação metropolitana de São Paulo da determinação pelo capital industrial à do capital financeiro” apresentada no **Seminário Internacional: A Expansão da Metrópole para além fronteiras das suas regiões: Continuidade ou Ruptura** - IPPUR/UFRJ – Rio de Janeiro/RJ 10 e 11 de setembro de 2009.

centralidade vai adquirir um novo sentido, no qual é possível verificar uma diversificação, multiplicação e diferenciação do centro, e da mesma forma que as periferias, a centralidade se torna desigual e diferenciada. Para a autora se, por um lado, a centralidade se acentua e se o centro representa ainda o lugar da administração, das decisões, da organização política, da informação, assiste-se, por outro, à constituição de uma pluralidade de outros centros (culturais, religiosos, simbólicos, de mercado etc). Simultaneamente, há um processo de produção de aglomerações secundárias, como cidades satélites se instalando no entorno da metrópole, fazendo com que periferias se estendam a perder de vista, produzindo policentralidades de formas desiguais. Este processo seria resultado de uma implosão-explosão do centro, sendo que ao mesmo tempo em que haveria um esvaziamento das áreas centrais, haveria um crescimento das periferias.

A autora discute o período atual e o processo de criação de novas centralidades utilizando algumas idéias de Harvey (2005). Para este autor, o capitalismo estaria marcado por crises de sobreacumulação inerentes à sua lógica. Sua forma de sobreviver a estas múltiplas crises seria, a partir das teorias de Henri Lefebvre, através da produção do espaço. Para Harvey (2005), as crises de sobreacumulação no capitalismo podem ser atenuadas ou resolvidas através das ordenações espaciais, no sentido de que os capitais excedentes têm na produção do espaço sua maneira de se realizar ou se reproduzir. O autor denomina esse processo de uma nova acumulação primitiva, ou uma acumulação por espoliação. Ela se realiza através do extravasamento das fronteiras entre os Estados, criando uma nova divisão do trabalho e permitindo uma expansão constante do Capital e, neste sentido, revelando um novo imperialismo. Para o autor:

(...) é imperativo descobrir maneiras criativas de absorver excedentes de capital. A expansão geográfica e a reorganização espacial proporcionam tal opção (...) Como a expansão geográfica com frequência envolvem investimentos em infra-estruturas físicas e sociais de longa duração (por exemplo em redes de transportes e comunicações, bem como em educação e pesquisa), a produção e a reconfiguração das relações espaciais oferecem um forte meio de atenuar, se não resolver, a tendência à formação de crises no âmbito do capitalismo (...) (Harvey, 2005: 78)

A pesquisa da professora Ana Fani Carlos (2009) (informação verbal)²¹ procura, a partir dessas idéias, afirmar que o processo de produção do espaço não seria apenas restrito a ações entre Estados, mas teria como foco principal a produção do espaço urbano, mais especificamente o processo de produção do espaço metropolitano. Dessa forma, haveria uma mudança no sentido do solo urbano nesta nova economia. Os processos ligados à mundialização teriam como principais características na produção da metrópole: mudanças na desconcentração industrial e concentração do capital financeiro; hegemonia, nesta nova economia, de setores como o turismo e lazer, narcotráfico e movimento de transformação do dinheiro e do capital; fundos imobiliários que orquestram esta nova fase do capital; nova relação entre o Estado e o espaço através das políticas urbanas e leis do uso do solo revelando uma nova orientação do processo de produção da cidade.

Todas essas questões levariam a um processo de mudança e redefinições das centralidades na metrópole, dentre elas: a perda do poder simbólico dos centros

²¹ A partir de anotações da participação da autora no Seminário Internacional: A Expansão da Metrópole para além das fronteiras da sua região: Continuidade ou Ruptura. Rio de Janeiro, 2009 e do texto de la "Geografía de la Acumulación" a la "Geografía de la Reproducción": un Diálogo con Harvey - *Diez años de cambios en el Mundo, en la Geografía y en las Ciencias Sociales, 1999-2008. Actas del X Coloquio Internacional de Geocrítica*, Universidad de Barcelona, 26-30 de mayo de 2008.

antigos; perda de identidade histórica na medida em que as renovações urbanas vão destituí-las das áreas centrais históricas; e criação de outras centralidades na metrópole. Desta maneira o centro perderia identidade porque os valores viriam de fora e os signos seriam signos mundiais da mercadoria.

Esse processo levaria a uma redefinição das centralidades no sentido do desenvolvimento e proliferação de policentralidades na metrópole. As novas centralidades seriam centralidades móveis, ao invés da centralidade monofuncional do período anterior. A nova economia só poderia acontecer nestes espaços onde estão localizados os serviços e as centralidades.

Por outro lado, a autora afirma que o capital, ao estender a propriedade privada, criaria uma cidade super edificada. Para resolver a questão da fluidez do espaço contra as barreiras à fluidez do capital, este precisaria arrasar o que construiu, resolvendo as crises de sobreacumulação do capital e abrindo novos focos de investimento para os capitais excedentes. Uma das formas ou instrumentos seriam a criação pelos Estados de legislações urbanísticas que promoveriam a acumulação do capital, como as operações urbanas e a criação de novas centralidades na metrópole.

No que se refere aos espaços periféricos, nesta perspectiva, a autora aponta que a segregação seria mediada pela realização da propriedade privada num processo de valorização do espaço e criação de desigualdades crescentes na metrópole. Neste sentido, os espaços periféricos estariam alijados destas centralidades, uma vez que este capital criaria barreiras e muros, mesmo que informais, ao acesso a esta nova economia.

Esse processo de perda de identidade das áreas centrais pelo advento de uma lógica da mercadoria é simultâneo à perda de identidade dos espaços

periféricos. Nesse caso, o fato de serem pobres não é impeditivo, como veremos mais tarde, com o advento do crédito como forma dominante das relações de consumo de inserção nesta nova economia. Com a generalização da mercadoria, esses espaços estão cada vez mais invadidos por todos os vetores da forma crítica de reprodução do capital.

Nossa pesquisa procura mostrar que o movimento parece indicar que esta “nova economia” inclui de forma central essas populações criando acesso através, principalmente, do crédito, da propaganda e da criação de produtos específicos para este público. Os shopping centers, hipermercados e outras lojas que eram exclusividades das áreas centrais hoje invadem as periferias da metrópole paulistana. Podemos pensar que os fluxos da mercadoria e sua subjetivação já não têm barreiras e não diferenciam o que é espaço central e o que é espaço periférico. Burgos (2008), na sua pesquisa, discute a idéia de que a periferia estaria em todo lugar, procurando desenvolver a idéia do que ela denomina de “urbano periférico”. A autora discute a questão de que os pobres estão distribuídos por toda a metrópole e não em espaços confinados no modelo de um padrão periférico de crescimento. Concordamos com a autora, porém entendemos que as centralidades ou o centro também estão em todo lugar a partir de uma perspectiva de que há um processo de destituição da relação centro periferia e da subjetivação da mercadoria.

Entendemos que a idéia de uma distinção entre centro e periferia não se sustenta diante de um mundo generalizado pela mercadoria e marcado pela generalização da informação, através, principalmente, das novas mídias, como a internet, e do crédito. O caminho interpretativo, a nosso ver, é avaliar esses espaços num mesmo momento de reprodução daquilo que Kurz denomina de simultaneidade

negativa, para quebrar essa separação ou essa distinção entre centro e periferia no interior da metrópole.

Neste sentido, este novo momento rompe com o entendimento de que a acumulação prescindiria de um consumo de luxo ou das parcelas das populações com maior poder aquisitivo, até então consideradas como classes médias pelo entendimento tradicional das pesquisas sobre as periferias. Além disso, ele homogeneíza os trabalhadores “periféricos” enquanto consumidores, o que faz com que, ao generalizar a mercadoria, se perca a relação da matriz do pensamento baseado na luta de classes e na dicotomia centro-periferia, mesmo mantendo as separações entre ricos e pobres e mesmo crescendo a miséria. Podemos afirmar, então, que o que une centro e periferia, destituindo a relação, é a perda da centralidade do trabalho, que põe a crise como universalidade.

Alfredo e Silva (2008) criticam a idéia de policentralidades como explicativas deste processo. Para os autores:

(...) Na generalização de centros e periferias (policentralidades), na verdade, evidencia-se a condição prescindível de todos, na medida em que não se fazem mais fundamentando a reprodução crítica global da modernização, o que permite observar a representação espacial (...) de centralidades e periferias mais do que a efetividade das mesmas. Embora haja uma “centralidade” de condomínios na periferia, a ausência deles não é impeditiva de uma reprodução crítica. O mesmo para Shoppings Centers, praças de consumo, revitalizações urbanas, etc. Tais policentralidades, ao contrário, revelam muito mais a crise da relação centro periferia do que, necessariamente, o oposto.(...) (Alfredo e Silva 2008: 20)

Ainda para estes autores, é necessário pensar relação centro-periferia em sua dimensão crítica a partir de seu fundamento, o trabalho, e se este fundamento se coloca hoje como crise, não podemos pensar a partir daí uma centralidade específica determinada pelo trabalho. Para os autores:

(...) Observa-se, então, uma generalização centro/periferia que deteriora a tensão dos termos em relação e, portanto, não pode ser pensada mais segundo estes pressupostos, na medida em que estão em relação recíproca. Se a periferia se põe como o lócus, nos anos 50 a 80, do trabalho, a crise deste não seria uma crise da categoria espacial por ele fundamentada? A própria noção de policentralidades, como nova forma da centralidade urbana na modernização hodierna não seria muito mais uma crise da centralidade do que seu fortalecimento? (...)

(Alfredo e Silva 2008: 20)

Essas questões são relevantes para uma crítica da potência das categorias centro e periferia já que, junto à idéia de policentralidades é preciso desenvolver a idéia de um espaço cada vez mais ligado ao consumo de mercadorias e homogeneizado, principalmente pela intensificação do acesso ao mundo da mercadoria através do crédito. Esta intensificação tem sua ação potencializada pelo poderoso aparato que hoje são as redes como a internet e os meios de comunicação.

O processo de explosão do centro é concomitante a um processo de destituição da periferia enquanto espaço confinado e não integrado ao centro, como

ainda é corrente nas pesquisas acerca da mesma. Os espaços que são denominados periferias são invadidos cada vez mais por empreendimentos ligados ao consumo, não só no sentido da sua reprodução, mas de produtos ligados à lógica da mundialização, não diferentes daqueles que são ofertados nas áreas ditas centrais ou nas novas centralidades.

Nesse sentido, preferimos pensar que ao invés de uma explosão de policentralidades na metrópole, isso revelaria uma crise da relação centro-periferia, ou ainda que essa seria uma explosão do centro. Parece que esse novo quadro de crise indica que as categorias centro e periferia entraram em crise. Para Lefebvre (apud Rocha, 2000):

(...) Cada época, cada modo de produção, cada sociedade particular engendrou (produziu) sua centralidade: centro religioso, político, comercial, cultural, industrial, etc. Em cada caso, a relação entre a centralidade mental e a centralidade social está por ser definida. E também as condições do fim: fragmentação, explosão, ruptura... a centralidade se desloca... a centralidade se quer total. (...) (Lefebvre, s/d Apud Rocha (2000:14)²².

A partir de Lefebvre, entendemos que o atual período, por conta da lógica avassaladora da mercadoria, reclama uma centralidade totalizante dispersa por toda a metrópole. Sem um ponto fixo de comando, num mundo cada vez mais determinado pelas abstrações, onde está o centro?

Esse processo conformaria uma complexificação desses espaços da metrópole, a partir de uma periferia invadida por elementos pertencentes a

²² LEFEBVRE, Henri. A produção do Espaço, mimeo. P.381-384.

centralidades e ao mesmo tempo em que o centro sofre um processo de elementos periféricos. No centro, por exemplo, observamos o aumento de habitações precarizadas, através dos cortiços e das favelas. Sendo assim, este desdobramento complexo da relação centro-periferia pode, em conjunto com a idéia da generalização do consumo, nos levar a afirmar a destituição da categoria periferia.

Pensamos que o crédito e a generalização subjetiva da mercadoria estão aproximando cada vez mais estes setores. Os muros informais desaparecem pela generalização do consumo, ora como acesso ao crédito, ora como mimeses de centralidades. Neste sentido, nossa pesquisa nega a visão corrente que não rompe com uma visão de uma periferia não incorporada aos fluxos hegemônicos e que afirma um viés de separação destes espaços. Não é preciso ir aos centros ou naquilo que é denominado novas centralidades, elas invadiram também os espaços ditos periféricos. Não entendemos que haja um processo de separação, mas de homogeneização, mediado pela lógica da mercadoria, do mesmo modo como essa lógica se afirma nestas centralidades.

Por outro lado, a perspectiva quem pensam as periferias como espaços apartados ou isolados da lógica do capital não conseguem refletir a identidade destes espaços. As pesquisas que procuram trabalhar com elas não conseguem captar a mudança qualitativa dos espaços periféricos e, de forma geral, ainda os pensam como isolados da lógica mais geral da acumulação capitalista. Algumas pesquisas, por se prenderem à lógica das separações e da luta de classes, acabam por exacerbar o argumento desses espaços como separados e como lócus da exploração. Robira (2005), por exemplo, a partir da sua leitura de Harvey (2005), argumenta que os espaços periféricos são territórios não capitalistas, afirmando que os espaços centrais metropolitanos manteriam no seu interior territórios reservas ou

territórios adormecidos para que o capital pudesse resolver as sucessivas crises de expansão e retração. Para ela:

(...) Esses territórios “não capitalistas” poderiam ser denominados mais propriamente como “territórios não metropolitanos” ou “territórios adormecidos” porque as suas particulares estruturas urbanas, sociais e econômicas, subprodutos do processo de acumulação territorial, invalida-os temporalmente para a própria acumulação e, não obstante, serão espaços a transformar nas sucessivas operações urbanísticas de ajuste do espaço urbano às necessidades do capital. (...) (Robira, 2005: 11)

Para nós, não há como entender as periferias capitalistas como espaços colonizados e nem as periferias como territórios adormecidos ou ainda como territórios reservas. Estes espaços, pelo contrário, cada dia mais ganham maior dinâmica neste processo de crise que aparece como reprodução ampliada do capital, expressando sua crise de forma dialética. A autora define as periferias como espaços com características opostas às regiões centrais e os define como espaços colonizados ou subordinados. Há aqui a visão de uma periferia que não estaria nos circuitos do grande capital, mas como espaço de futura ação do capital. Há, ainda, uma dependência do conceito de exército industrial de reserva aplicado ao espaço. Acreditamos que a idéia clássica do exército industrial de reserva perde potência e sentido num mundo marcado pela crise do trabalho e, do mesmo modo, também a idéia de “territórios reservas”, principalmente se questionarmos a matriz deste pensamento marxista que teve como fundamento a luta de classes.

De outra forma, a autora não consegue superar a idéia de uma periferia dos anos 1970 marcada pela precariedade absoluta e sem investimentos do capital. A autora afirma que estes espaços “marginais”:

(...) não merecem este qualificativo porque se localizam nos limites ou nas margens do tecido urbano ou porque são espaços residuais e reduzidos, mas porque, independente de seu tamanho e localização, são espaços, do ponto de vista urbano e social, não regulares, nos quais as condições “naturais” de vida são “infranaturais”, ou estão aquém do que uma sociedade concreta pode considerar “normal”. Os espaços marginais constituem os territórios-reserva onde se produz a acumulação da escassez. (...) (Robira 2005:17)

A idéia de uma periferia como um “outro espaço” diferenciado dos espaços centrais, fruto de uma visão homogênea dos mesmos, criou uma série de discursos que procuraram afirmar a exacerbação das diferenças. Nesse caso, a visão da autora se aproxima do preconceito, ao caracterizar estes espaços como guetos, não participando do mercado do consumo; com a maioria de suas atividades ilegais e com certo “comportamento muito particular” devido à migração. Segundo a mesma autora:

(...) Social e economicamente, os espaços marginais – esses “territórios – reserva” - também estão fora do sistema regular de produção, consumo e formação. Seus habitantes constituem a reserva de mão-de-obra metropolitana, portanto o subemprego e o desemprego são situações dominantes. Para subsistir neles, são

desenvolvidas economias internas, obviamente irregulares, baseadas especialmente no comércio ilegal tanto de bens legais (“camelôs” em São Paulo”), como também de bens ilegais (drogas, armas, pessoas) que alimentam os circuitos nacionais e internacionais de capital fraudulento. Quanto aos bens de consumo cotidiano, incluída às vezes a habitação, é comum que procedam da reciclagem, autoconstrução ou da “apropriação indevida”. A falta de serviços públicos, especialmente escolas e atenção sanitária regulares incide especialmente no desenvolvimento de pautas e comportamentos culturais muito particulares, sobretudo levando em conta a interação cultural resultante das diversas procedências nacionais (por exemplo em São Paulo) ou internacionais (por exemplo, em Barcelona) (...) (Robira 2005: 19)

Contrapomo-nos à visão desta autora, porque ela exacerba o argumento dos espaços ditos periféricos enquanto espaços separados das áreas centrais. Para justificar esse argumento ela, a nosso ver, radicaliza a noção de separação e de marginalidade, chegando a afirmar que os espaços periféricos seriam habitados, em sua maioria por criminosos.

Essa visão procura afirmar que esses espaços periféricos ou, para a autora, “espaços não metropolitanos”, estariam excluídos da produção e do consumo. Esta leitura, por sua vez, procura transportar a idéia do exército industrial de reserva para a idéia de territórios reservas, incorrendo no erro de pensar, primeiro, numa pretensa homogeneidade desses espaços e, segundo, pensando-os ainda a partir de uma visão dos anos 1970 e 1980, quando as formas dominantes de crédito eram os famosos “fiados” nos armazéns e outras formas diminutas de crédito. Há que destacar, ainda, o viés preconceituoso de sua análise sobre como se expressa a

forma de subsistência da população desses espaços, para ela voltados primordialmente por atividades criminosas generalizando estes espaços como dominados pelas facções criminosas.

A idéia de uma periferia distante não só espacialmente, mas em relação ao mercado do consumo ou como um lugar outro, diferenciado do restante da cidade e do centro, percorre toda a discussão acerca desses espaços. Se esse discurso expressou alguma realidade para os anos 1970 e 1980, acreditamos que não é mais pertinente para os dias atuais.

A autora também procura pensar o que ela denomina periferias urbanas a partir das idéias de Harvey (2005) e Rosa Luxemburg²³, afirmando que o capitalismo precisa se realizar incorporando fronteiras ou se reproduzindo a partir do seu entorno. Esse entendimento coloca as periferias também como fronteiras da acumulação na metrópole. Para nós, os espaços periféricos fazem parte do processo de reprodução do capital e não podem ser caracterizados como territórios não capitalistas. Pensamos estes espaços como inseridos na lógica da modernização crítica pela simultaneidade capitalista negativa. (Alfredo 2008b).

Rocha (2008), por exemplo, aponta que a ocupação dos arredores da metrópole aparece, nas diversas pesquisas acerca das habitações autoconstruídas dos espaços pauperizados, como se fosse anomalia na produção da metrópole. Para o autor, o processo de produção dos espaços considerados periféricos é inerente à lógica de funcionamento do modo de produção capitalista e interpretar a periferia como exclusão pura e simplesmente é perder o sentido das contradições sociais especializadas na metrópole de um processo que é crítico.

²³ A partir da obra "A acumulação do capital".

Ainda é Harvey (2005) que, a partir das idéias de Luxemburg, fala que o capitalismo tem que dispor perpetuamente de algo “fora de si mesmo” para estabilizar-se e procurar soluções externas, citando como exemplo a criação do exército industrial de reserva para dispor num outro momento, no sentido da acumulação. Desse modo, o capitalismo cria necessariamente o seu próprio outro numa perspectiva de dar estabilidade ao sistema. Parte das análises acerca das periferias tem esta perspectiva ao analisar os espaços periféricos como se estes fossem o outro da cidade.

Essa discussão é fundamental no que diz respeito às periferias urbanas, já que, por mais que se utilizem noções como “inclusão excludente” ou “integração negativa”, a maioria dos autores procura fazer a referência a estes espaços como eles não fossem parte integrante do sistema ou, às vezes, como um resultado da exploração, mas nunca como parte intrínseca da acumulação do capital. Essas colocações parecem apontar para uma contradição entre a idéia de exploração e o fato de definir estes espaços como excluídos, principalmente no período atual, em especial onde os tempos ou, ainda, a simultaneidade dos tempos nos leva a entender que não é mais possível pensar sobre esses espaços de forma dicotomizada.

Não se afirma aqui que a miséria desapareceu, mas, como discutiremos no próximo capítulo, que o crédito, em conjunto com a ação do Estado nos programas assistencialistas, levaram as classes que vivem do salário, os pobres, a se constituírem como um importante mercado consumidor, para além de sua subsistência.

Podemos pensar através da leitura de Rocha (2000) que as periferias cada vez mais perdem as características de espaços marcados pela importância das

relações de vizinhança, do trabalho coletivo e da autoconstrução como forma de sociabilidade. A intensa socialização, que também é uma das características acentuadas para esses espaços pobres, vai se esvaindo, tomada por um tempo que é o tempo da atomização ou o tempo da mercadoria.

Esse tempo parece não mais diferenciar, do ponto de vista do trabalho os lugares da metrópole, seja para os pobres, seja para os ricos, o que reflete, a nosso ver, o processo de destituição de tempos distintos e o advento de uma simultaneidade entre estes espaços. É ainda a partir de Rocha (2000) que podemos notar esse processo de generalização e da lógica da mercadoria que aparece no interior das moradias e não na sua aparência externa. A aparência exterior de casas, que confunde aqueles que acham que não há uma mudança de qualidade na periferia, é afirmada a partir da persistência do modelo de casas auto-construídas e sem acabamento, uma marca de praticamente todos os espaços considerados periféricos. Para Rocha:

(...) Tem-se a impressão que não é o "parecer ter" que reina nos ambientes de autoconstrução, pois o acabamento da parte externa da casa só acontece depois de atendidos vários outros pré-requisitos do morar, principalmente ao nível do que é considerado conforto no mundo moderno. A aparência externa da casa não necessariamente pode ser qualificativo das condições de vida dos que ali moram, pois podem possuir os objetos que o qualificariam como classe média embora, externamente, sua casa não aparente esta situação.

O reboque das paredes externas custaria menos que alguns aparelhos eletrônicos que encontramos no interior das casas. A única importância desta constatação está no fato de se colocar em

segundo plano a aparência externa da casa, isto não necessariamente significa uma contraposição ao império da aparência, uma marca da sociedade burocrática de consumo dirigido. Pode indicar que outros produtos desta sociedade são mais sedutores. Artigos que são apresentados insistentemente como imprescindíveis tornam-se necessidades que se sobrepõem ao acabamento da casa (...) (Rocha, 2000: 90-91)

No próximo capítulo vamos discutir estas considerações a partir da metrópole de São Paulo, na perspectiva de mostrar a mudança qualitativa das periferias, procurando demonstrar que não é mais possível entender os espaços periféricos como espaços confinados, ou como espaços que seriam caracterizados pela falta de infraestruturas. Vamos procurar desenvolver esses espaços para além da cidade dormitório e, nesse sentido, não mais caracterizados como lócus da classe trabalhadora, apontando que o mercado os tem invadido num processo simultâneo às áreas centrais, principalmente por força da revolução microeletrônica e da propaganda.

Por um lado, mostraremos que a construção e a universalização das infraestruturas urbanas parece não resolver a questão de “desperiferização” na metrópole de São Paulo, já que para a maioria das pesquisas esses espaços continuam sendo periféricos e excluídos. Por outro lado, vamos procurar discutir através do crédito o processo de socialização negativa destes espaços de forma geral na metrópole e a partir de dados disponíveis sobre o crédito e o consumo.

CAPÍTULO 3

OS ESPAÇOS CONSIDERADOS PERIFÉRICOS DA METRÓPOLE PAULISTANA FRENTE AO NOVO QUADRO DE CRISE DO TRABALHO PRODUTIVO

Este capítulo procura analisar as mudanças qualitativas dos espaços considerados como periféricos a partir da dinâmica da metrópole paulistana. Vamos procurar demonstrar através da revisão teórica já discutida e de dados empíricos que há uma mudança significativa no modo de pensar esses espaços nos dias atuais.

É importante salientar que os pressupostos colocados por essa literatura ainda são predominantes nas pesquisas atuais sobre esses espaços, principalmente na sua conceituação sob a lógica da luta de classes. Nossa intenção é contribuir para uma crítica não só da noção de periferias urbanas construídas a partir da hegemonia do capital produtivo e do fordismo, mas questionar a própria pertinência da relação centro-periferia nos dias de hoje na metrópole paulistana.

O pensamento sobre os espaços periféricos esteve, na maioria das pesquisas, ligado a idéias de exclusão social e segregação sócio-espacial. Especialmente, esse pensamento teve sua expressão ligada à idéia, como nos diz Burgos (2008), destes espaços enquanto distantes das áreas centrais ou de um lugar que se diferenciaria dos pressupostos da “cidade propriamente dita”. Nesse sentido, os lugares considerados como periferias urbanas, no geral, foram pensados a partir de uma lógica geométrica ao redor de um centro considerado como lugar do consumo e lugar dos estratos de maior renda e, principalmente, dotado de infraestruturas urbanas. Para a autora:

(...) a idéia de periferia, como fenômeno relacionado a um centro, domina a expressão "periferia urbana", que remete à estruturação espacial, geometricamente orbital, em torno do centro urbano. Ou ainda, o urbano só está presente na periferia naquilo que revela sua ausência nas formas determinadas da pobreza, da segregação e da exclusão, fortemente vinculado ao contexto do "padrão periférico de crescimento" (...). (Burgos, 2008: 42)

A dinâmica da metrópole e os conteúdos desta nova dinâmica ligados ao atual momento de reprodução do capital vinculados às transformações de um mundo do trabalho em crise vão redefinir, a nosso ver, o entendimento das periferias urbanas relacionadas às centralidades. Nossa pesquisa procura acentuar a análise desses espaços para além de uma compreensão sob a primazia do espaço absoluto e, nesse sentido, para além uma discussão geométrica de centro e periferia. Procuramos entender, assim, esta nova dinâmica através da potência da categoria do fetiche, na perspectiva de desenvolver essa discussão a partir de um mundo em que as abstrações mediadas pelo valor se tornam cada vez mais concretas.

As contribuições de Alfredo (2009) são importantes para um pensamento do espaço para além da materialidade do espaço absoluto. Para o autor:

(...) A compreensão espacial, no entanto, ainda que posta sob as determinações de uma sociedade pautada pelas determinações da mercadoria e do valor, restringiu tal categoria de espaço sob a perspectiva de uma dimensão material e física. Isto resultava na observação, mesmo pela geografia auto denominada crítica, de que, no máximo, o mesmo se efetivava como veículo de abstrações, o

que não punha o espaço como abstração própria do moderno e da modernização.

A não observação deste aspecto por demais determinante, ao se apropriar de uma visão físico-material da noção de espaço (em que a análise da cidade teria sido tributária), sob a interpretação da constituição de uma reflexão sobre fenômenos sociais, significou um passo para traz, na medida em que as contribuições teóricas mais oportunas para o estabelecimento da compreensão de fenômenos que passam a ter uma determinação vinculada não só aos *eventos* (como se diz na física), mas às formas de concepção e consciência dos mesmos, mostram-se como determinação na conformação de uma totalidade que é e não é, portanto, concreta. (Alfredo, 2009: 2)

Acreditamos que é preciso considerar os espaços periféricos para além do modelo dominante e que não é mais possível pensar a metrópole paulista a partir do que ficou denominado “padrão periférico de crescimento” da metrópole (Kowarick, 1979). Acreditamos também que pesquisas que abordam a mudança da relação dual entre centro e periferia com base no conceito das policentralidades têm potência de questionar a idéia do padrão de crescimento periférico radiocêntrico, principalmente a partir de uma mudança qualitativa do que se entende como centralidade. No entanto, elas ainda são tributárias de uma afirmação dos espaços considerados como periféricos a partir da segregação e da exclusão. Entendemos que essas conceituações ainda mantêm os pressupostos para as periferias ligados à centralidade da classe operária e desses espaços como lugares da exclusão e

segregação sócio-espacial, além de acentuar a materialidade como definidora do que é denominado centralidade e daquilo que é denominado periferia. Para Alfredo:

(...) Dada a dimensão concreta que o próprio espaço adquiria na análise posta, a valorização não encontrava limites categoriais justamente porque, ainda que produto social, o seu valor se fazia imanente, pois que produzir espaço era observado mais pelo trabalho material do que pela abstração espacial que a restrição temporal enquanto média social se fazia determinante. A concretude, assim posta, levou os limites da crítica numa perspectiva externa que se fez pela análise das lutas sociais entorno daquilo que passou a se denominar de consumo coletivo do espaço ou da cidade. Tratou-se de uma abordagem classista e institucional daquilo que se considerou chamar de o direito à cidade. (...) (Alfredo, 2010: 31)

Nossa pesquisa, nesse sentido, procura afirmar que os espaços periféricos não devem ser mais considerados como lugar da exclusão e busca construir um pensamento desses espaços e de suas populações como parte de uma sociedade mediada e inclusiva pelos pressupostos da mercadoria e do consumo. Essa inclusão negativa se realiza a partir do momento em que o capital procura resolver sua crise, expressando-a como uma ampliação das formas creditícias para a população pauperizada, não importando em que estrato social ou lugar da metrópole ela esteja: favelas em regiões centrais, loteamentos populares distantes do que se denomina como centralidades ou centro da metrópole.

Vamos discutir que os pressupostos das periferias urbanas como lugar da exclusão, a partir de uma leitura baseada na luta de classes, se “ontologizou” e todo

o pensamento sobre a metrópole coloca este *a priori* como elemento central da sua crítica. Neste sentido discutiremos e tensionaremos esse pensamento no sentido de que a miséria se coloca por toda a metrópole e não em espaços específicos. Vamos construir um argumento a fim de ultrapassar a separação espacial posta pela centralidade da categoria da luta de classes no pensamento que separava esses espaços como lócus da reprodução do proletariado e do exército industrial de reserva, enquanto os “outros” espaços eram considerados como lugar do trabalho ou como espaços preponderantemente ligados às classes médias ou à burguesia.

Essa forma mais genérica de considerar as periferias urbanas fez com que essa noção relativa à metrópole explicasse tudo e nada ao mesmo tempo. Perguntas como onde começava e onde terminava a periferia na metrópole paulistana sempre foram mal resolvidas. As tentativas de criar uma espacialização ou uma cartografia dos espaços periféricos, por sinal, foram tentativas baseadas em indicadores sócio-econômicos, como mapas da renda familiar, definindo como periferias os lugares em que a renda familiar média era mais baixa. O emprego de uma série de outros indicadores parece só reafirmar a idéia do distributivismo como centro da análise.

Destaque-se que no geral essas classificações, no caso da cidade de São Paulo, eram realizadas a partir de hierarquização de seus distritos e no caso da RMSP a partir da hierarquização dos municípios pela totalidade do seu território. Neste sentido esta caracterização pensava em distritos periféricos como, por exemplo, Itaim paulista, Grajaú, Perus e Jardim Ângela, entre outros na cidade de São Paulo e municípios como Carapicuíba, Ferraz de Vasconcelos, Francisco Morato, dentre outros, classificados por estas teorias como municípios periféricos ou cidades dormitórios.

As pesquisas e a demanda por essas informações pelo poder público, a partir desses pressupostos, avançaram no sentido de diminuir os espaços a serem medidos, como é o caso dos mapas baseados nos setores censitários e nas zonas de ponderação do IBGE²⁴. Para nós, essas informações, apesar de sua importância para políticas públicas, procuram mais medir do que explicar os fenômenos e ficaram centradas nas análises fatoriais e estatísticas mais do que em uma explicação totalizante. Os Mapas 2, partir da obra Professora Teresa Caldeira de 1980 e o Mapa 3 do município de São Paulo baseada nos indicadores do “Mapa da Exclusão Social”²⁵, mostram em diferentes momentos como essa caracterização através de indicadores classificou as periferias e os distritos considerado “incluídos” e “excluídos”:

²⁴ Os setores censitários são demarcados pelo IBGE para a operacionalização da coleta de dados dos censos e abrangem que possui em torno de 250 a 350 domicílios (em áreas urbanas). As áreas de ponderação são unidades geográficas formadas por agrupamentos de setores censitários que são aplicados a 10% da população.

²⁵ Pesquisa coordenada por Aldaíza Sposati, pelo Núcleo de Seguridade e Assistência Social da PUC/SP, em parceria com o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - Inpe e Instituto Pólis, com apoio da Fapesp - linha de pesquisa em Políticas Públicas (2001-2003).

MAPA 2 - Caldeira

A4

Mapa 3 - Mapa da Exclusão social

A4

Outras formas de procurar diferenciar os espaços periféricos foram marcadas principalmente pelo padrão construtivo da autoconstrução e pelas moradias sem acabamento externo; e pela questão da falta de equipamentos de consumo coletivo ou infraestruturas urbanas em contraponto às regiões “centrais” dotadas destes equipamentos. Esta pesquisa procura discutir essa questão, baseada nos pressupostos teóricos dos capítulos anteriores, e discutir as disparidades sociais e diferenciações para além de uma lógica dicotômica de centro e periferia na metrópole.

Vamos pensar esse processo na metrópole paulistana a partir, num primeiro momento, da questão das mudanças no mundo do trabalho, da questão da caracterização dos espaços periféricos através da precariedade e da falta de equipamentos de consumo coletivo e a partir da nova dinâmica desses espaços na metrópole. Num segundo momento, pensaremos como o crédito tensiona o entendimento destes espaços como espaços excluídos e pensados na relação centro-periferia.

Complexificação e mudança qualitativa nos espaços considerado periféricos na metrópole

A análise do atual período a partir crise dos fundamentos do trabalho, aliada à nova estrutura da reprodução do capital, baseada na financeirização e na ficcionalização do capital, em que o capital produtivo perde importância para o setor de serviços, redefine o entendimento clássico das periferias urbanas na metrópole paulistana. Esse quadro traz importantes questões para a crítica das concepções das periferias urbanas tradicionais baseadas, em grande parte, na hegemonia do

capital industrial e na centralidade do trabalho na metrópole de São Paulo. Tais concepções materializavam nos espaços a separação das periferias como lócus da moradia de operários e as centralidades como lugar da produção. Parece-nos que aquelas teorias que criticam a mudança no padrão produtivo ou de serviços ainda não rompem com essa materialização e separação espacial entre centro e periferia.

É importante frisar o papel ainda preponderante na análise do que se denomina periferias urbanas de uma dependência da análise a partir da lógica da fábrica e do papel preponderante da lógica da luta do movimento operário na construção desses pensamentos. Martins (2002) nos fala que na análise dos subúrbios da metrópole não houve uma história do operariado a partir do seu lugar de moradia, do seu cotidiano. Podemos derivar dessa afirmação que a maioria das teorias sobre os subúrbios e periferias urbanas tinha como foco o que para seus pensadores era determinante na transformação da sociedade: o operário na indústria, na perspectiva deste como sujeito revolucionário e, nesse sentido, a partir do chão da fábrica mediado pela luta de classes.

A análise do lugar de moradia ou o que se denomina as “periferias urbanas” tinha importância secundária em relação ao lugar da produção. As análises acerca dos espaços periféricos a partir da centralidade da luta de classes centravam o seu entendimento como produto da exploração, como um lugar outro, separado da cidade propriamente dita. Nessa perspectiva, há uma resistência em enxergar esses espaços como parte de ação do capital, num processo violento de socialização negativa e de subjetivação da lógica da mercadoria, porque eles ainda são pensados como espaços de resistência, segundo a leitura da luta de classes e, nos parece, ainda como espaços marginais à ação do capital.

Para pensar a mudança de qualidade desses espaços é preciso mudar a análise baseada no capital industrial como fundante da separação centro-periferia. De forma geral, nos dias atuais, é possível perceber que na metrópole paulistana há um processo de generalização do trabalho improdutivo, que vai se revelar principalmente pelo avanço do setor de serviços e pela precarização e terceirização do trabalho. Essa mudança qualitativa é expressão daquilo que se denomina centro, mas também dos espaços considerados como periféricos. Podemos perceber que esta é uma característica expressiva na paisagem destes espaços, constatada através de dados estatísticos e trabalhos acadêmicos, mas também empiricamente através de nossos trabalhos de campo. O pequeno comércio, principalmente bares, oficinas mecânicas, cabeleireiros e uma gama de pequenos serviços dominam a paisagem dos espaços considerados periféricos ao lado de outros empreendimentos como as grandes corporações do varejo que dia a dia são construídas nestes espaços a partir da dependência e ampliação do crédito para os setores pauperizados.

Esta é uma questão importante para nossa análise, já que uma parte importante das pesquisas sobre as periferias urbanas ainda estabelece sua análise sob a perspectiva e com concepções teóricas centradas na ótica do capital industrial. Kurz afirma que:

(...) Se agora estiver iminente uma transição histórica semelhante, da sociedade industrial para a dos serviços, será de crer que ela não se limitará a um mero reagrupamento sectorial interno das formas existentes de relações sociais, legadas pela economia de mercado e pelo dinheiro. Por outras palavras: a perda de importância social dos "sectores" industriais poderá ser idêntica a uma crise e a uma perda

de importância do mercado e do dinheiro, na forma capitalista enquanto forma geral de reprodução; do mesmo modo que no seu tempo a redução do "sector" agrário foi idêntica a uma crise e a uma atrofia da economia de subsistência não-capitalista e das relações feudais. Deste ponto de vista, que vai ao cerne da mudança estrutural, o modo de produção capitalista aparece como idêntico à ascensão do sistema industrial; e a "revolução terciária" aparece em consequência como a derrocada e o fim do próprio capitalismo, que é tão pouco eterno quanto o era a velha sociedade agrária (...)

(Kurz, 1995)

Para o autor esta crise se põe na contradição trabalho produtivo e trabalho improdutivo, definindo um modo de produção baseado neste último, que traz consigo uma crise estrutural do sistema, já que esse modo de acumulação não impulsiona a reprodução capitalista, ou seja, não cria efetivamente mais valia. Pensamos que, neste novo período, estaria aumentando o trabalho improdutivo em toda a sociedade e não necessariamente num centro representado pelo capital produtivo em oposição às periferias com pequenos serviços improdutivos.

Os dados da fundação SEADE para a Região Metropolitana de São Paulo - RMSP indicam de forma expressiva essa mudança nos setores de produção para toda a metrópole. Eles demonstram uma perda cada vez maior da importância do setor industrial no total de empregos, o avanço do setor de serviços e um processo de precarização do trabalho. A partir da Tabela 1 é possível perceber que na RMSP a ocupação da indústria vem diminuindo significativamente, já que representava, em 2003, apenas 19,34% do total das ocupações enquanto que o setor de serviços

representava 52,93% do total. É possível ainda notar o aumento expressivo do trabalho doméstico no período.

TABELA 1 – Distribuição dos Ocupados por Setor de Atividade para a RMSP – 1985, 1991, 2000, 2003 e 2006

Setor de atividade	1985	1991	2000	2003	2006
Indústria	33,41	28,74	20,07	19,34	19,4
Construção Civil	3,34	2,91	2,26	2,71	5,6
Comércio	14,31	16,55	15,83	16,35	14,4
Serviços	41,47	45,56	53,54	52,93	49,5
Serviços Domésticos	6,52	5,54	7,60	8,16	10,3
Outros	0,80	0,44	0,59	0,42	0,8

Fonte: SEADE – Pesquisa de Emprego e Desemprego

Além da mudança quantitativa, é possível perceber um quadro de precarização das condições de trabalho na metrópole, através de um processo de terceirização das ocupações. O estudo do Ministério das Cidades acerca do mercado de trabalho na RMSP afirma que:

(...) Nesse contexto da alteração do perfil do emprego e das transformações das atividades econômicas na Região Metropolitana de São Paulo, o movimento de redução do emprego industrial e de aumento do emprego em serviços não representa apenas uma “migração” entre os setores, mas implica em uma alteração na qualidade do emprego. O emprego com registro em carteira de trabalho que predomina na indústria vai sendo substituído por ocupações autônomas ou temporárias caracterizadas por vinculações contratuais precárias e por maior instabilidade. Tais

mudanças nas possibilidades de absorção pelo mercado de trabalho resultam em queda da renda dos ocupados (...)e em impactos na maioria das vezes negativos sobre as condições de sobrevivência das famílias. (...) ²⁶.

Ainda sobre o quadro de precarização do trabalho, a pesquisa do SEADE procurou diferenciar as ocupações precárias e as não-precárias na RMSP, indicando também indicam de forma expressiva essa tendência:

TABELA 2 - Distribuição dos ocupados por posição na ocupação e condição de precariedade – RMSP - 1985, 1991, 2000, 2003

	1985	1991	2000	2003
Assalariado com registro	52,80	48,89	40,09	40,62
Assalariado no setor público	10,08	10,08	8,51	8,36
Empregador	4,28	5,08	5,13	4,66
Não Precários	67,17	64,04	53,72	53,64
Assalariado sem registro	8,38	9,34	14,08	13,53
Autônomo	15,89	19,15	22,69	23,01
Empregado Doméstico	6,52	5,54	7,6	8,16
Trabalhador Familiar	1,59	1,66	1,72	1,53
Precários	32,37	35,69	46,08	46,23
Outras	0,46	0,27	0,2	0,13

Fonte: SEADE – Pesquisa de Emprego e Desemprego.

Podemos perceber que há um crescimento das atividades consideradas precárias pelo SEADE, principalmente nas ocupações dos autônomos e do emprego doméstico. Isso confirma para a metrópole paulistana um quadro de precarização do

²⁶MINISTÉRIO DAS CIDADES. **Como Anda São Paulo**. Organização Egláisa Micheline Pontes Cunha e Roberto Sampaio Pedreira – Brasília. Ministério das Cidades, 2008. vol. 3.

trabalho, conforme apontado por Kurz (2006b) para os países “centrais”, mas que também se aplica para as periferias urbanas da metrópole paulistana.

(...) A maior parte dessas novas relações empregatícias não se referem mais à produção de bens, mas à esfera da circulação, ao puro processo de mercado de compra e venda ou a serviços individuais, às falsas atividades autônomas, ao trabalho compulsório comunitário dos beneficiários do seguro desemprego, aos empregos de 1 euro, aos serviços de assistência precários, à ajuda no trabalho doméstico, às brigadas de varredores de rua, às atividades em calls centers, à venda de serviços telefônicos, aos trabalhos temporários, à assim chamada sub-ocupação (algumas horas por semana no supermercado no caixa enchendo sacolas de compras ou arrumando prateleiras), aos empregos em bares, ao pequeno comércio de rua, ao tipo de “empreendimento da miséria” e até mesmo à simples mendicância. (...) (Kurz, 2006b)

De forma geral, também é possível, através dos dados, afirmar que há uma mudança qualitativa no mercado de trabalho e no tipo dominante de atividades, tanto nas áreas centrais como nos espaços considerados periféricos. Define-se, assim, um processo de mudança qualitativa da produção e da reprodução dos trabalhadores, configurando um período no qual há uma crise estrutural do trabalho como um momento de reprodução crítica. Essa mudança qualitativa leva à necessidade de se repensar a caracterização dos espaços periféricos apenas como lugar de moradia e lócus da classe trabalhadora, representada principalmente pelo operariado fabril. Os dados nos permitem caracterizar esses espaços pelas

ocupações precárias e predominantemente pela ocupação nos setores de serviços. Esse quadro levanta questionamentos importantes acerca da periferia num contexto mais amplo da crise do trabalho, a partir do predomínio da capital improdutivo sobre o produtivo.

Alfredo e Silva (2008), afirmam que esta mudança:

(...) Caracteriza-se, portanto, a forma talvez mais expressiva de uma sociedade que, na crise categorial do trabalho, põe a produção da mais-valia como elemento secundário da reprodução de uma sociabilidade determinada pela forma valor (...). Deste modo, a reprodução desta população posta nos pequenos serviços é resultado da crise de acumulação que, no entanto, não se estabelece como pressuposto da acumulação, mas tão somente resultado da crise da reprodução baseada no trabalho produtor de valor. Ressalte-se, de uma reprodução onde o consumo se estabelece como a reprodução que, contraditória e criticamente, se põe como a forma de reprodução ampliada, não do capital, contudo, da crise da reprodução capitalista (...) (Alfredo e Silva, 2008: 19)

A análise das periferias teve e ainda tem como principal caracterização a idéia destes espaços como espaços homogêneos, representando os dormitórios das classes trabalhadoras, aliada a outros elementos ligados à precariedade e falta de equipamentos de infraestruturas. Através dessa caracterização, demarca-se esses espaços e também a luta de suas populações no âmbito de sua inserção na “cidade propriamente dita”.

A dinâmica da metrópole e a própria dinâmica social fez com que os espaços considerados periféricos sofressem um grande processo de diferenciação interna no que se refere à renda, tipos de moradias entre outros indicadores sociais. Dessa forma, entra em xeque a visão homogênea que caracterizou esses espaços. Alguns autores como Bonduki (apud Burgos (2008)) procuraram pensá-los sob o termo “periferias”, no plural, para tentar explicar o processo de diferenciação e complexificação dos mesmos. Para nós, essa complexificação reafirma um processo mais profundo, que é a própria perda de sentido da relação mais geral da noção de centro-periferia. A nosso ver, o processo que procura pensar que os espaços periféricos estariam em todos os lugares, afirmando a explosão do centro através das policentralidades pela metrópole, na verdade vem revelar o processo mais amplo de perda de potência de um pensamento que afirma a relação centro-periferia na metrópole.

A pesquisa de Marques (2005), por exemplo, discute que a metrópole paulistana apresenta uma complexidade marcada por um processo de heterogeneização, principalmente no que diz respeito às mudanças dos vários indicadores sociais dos espaços metropolitanos. O autor discute, através da análise de diversos indicadores, que não é mais possível pensar nesses espaços através de uma caracterização centrada na precariedade e falta de infraestruturas urbanas, idéia que ainda parece preponderante, já que esses não mais podem ser um indicador isolado.

Diversas pesquisas que trataram da explicação das periferias urbanas na metrópole paulistana procuravam mostrar, assim como Caldeira (1982), um espaço marcado essencialmente pela moradia dos pobres, por ruas irregulares sem asfalto,

sem esgoto, sem água e luz e, como já afirmamos, de forma homogênea e marcada pela exclusão e precariedade. Para a autora:

(...) A maior parte dos distritos e subdistritos da cidade – que também os mais distantes do centro – formam a periferia. Essa é a área mais homogênea (...) onde reside a população de mais baixa renda (...) e, além disso apresenta as piores condições de infra-estruturas urbana. (...) Todas as marcas materiais atestam que se trata do local de moradia dos pobres. Fisicamente, é identificada por suas ruas irregulares, geralmente sem asfalto e iluminação pública e com esgoto correndo a céu aberto. As ruas são salpicadas por habitações pequenas e precárias, invariavelmente inacabadas, parecendo um amontoado de caixotes com as paredes de bloco e cobertas por lajes de cimento. Seus moradores dispõem, irregularmente, de uns poucos serviços: Não é sempre que a rede de água e luz chega até aí, a de esgoto quase nunca existe. Além disto, os transportes, a assistências médico-sanitárias e, não raro, o abastecimento de víveres são deficientes (...) (Caldeira, 1982: 9)

A descrição da autora em 1980 mostrava uma periferia representada pela maioria dos distritos distantes do centro da cidade de São Paulo como uma grande área homogênea marcada pela precariedade, principalmente dos serviços públicos e por condições precárias de habitação, retratando um processo que marcou este período na metrópole. No entanto este modelo da “falta de equipamento coletivo/auto-construção/não-inserção” continuou se reproduzindo nas análises alimentadas, principalmente, pelas macro-teorias ligadas à luta de classes. As análises das periferias na Região Metropolitana de São Paulo mostram que este já

não é um indicador que possa caracterizar ou diferenciar esses espaços das áreas centrais ou da “cidade propriamente dita”.

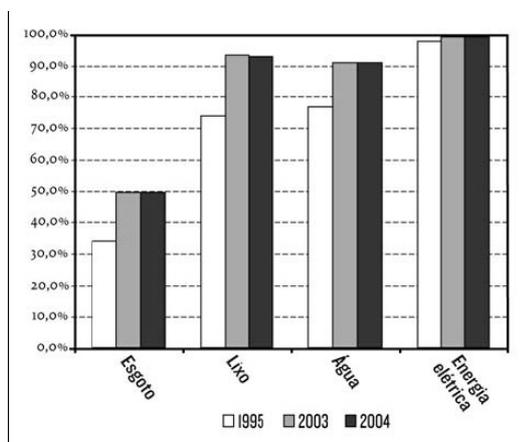
Podemos afirmar que hoje há uma generalização do acesso aos serviços como água, luz, telefone, enfim, da infraestrutura urbana nos espaços considerados periféricos da metrópole. Isso é fruto, principalmente, das lutas dos movimentos populares urbanos, da ação do Estado e também da ação do mercado em busca de novos consumidores, num movimento de inserção desses espaços à lógica da mercadoria e não da exclusão.

É importante frisar que a generalização desses serviços não necessariamente foi acompanhada de melhoria na renda ou nos indicadores sociais, mas concretamente, já não podemos caracterizar os espaços periféricos por este prisma. Devemos mencionar que ainda existem espaços carentes dos serviços básicos, mas isso não pode definir todo o espaço definido como periferia.

Nesse sentido, a idéia desses espaços como territórios da escassez, pelo menos no que se refere à questão dos equipamentos de uso coletivo, é uma realidade restrita aos espaços que se formam nas franjas da metrópole ou, ainda, ao caso de favelas localizadas em regiões mais centrais que não sofreram processos de intervenção do poder público.

A análise do gráfico 1 acerca da evolução do acesso aos serviços públicos para as populações de baixa renda, a tabela 3 com os dados da PNAD - Pesquisa Nacional por Amostragem Domiciliar 2009 e os dados da Tabela 4 da PCV - Pesquisa de Condições de Vida 2006 indicam esta nossa afirmação para a Região metropolitana de São Paulo:

Gráfico 1 - Evolução no acesso a serviços entre as famílias com renda familiar per capita de até 1/2 salário mínimo. 10 Regiões Metropolitanas, 1995, 2003 e 2004.



Fonte: Fonte: IBGE, PNADs 1995,2003 e 2004, Apud TORRE, BICHR E CARPIM (2006)

Tabela 3 - Proporção de domicílios com serviços de infraestrutura urbana - Região Metropolitana de São Paulo – 2009

Tipo de infraestrutura	%
Água com canalização interna	98,88
Luz com Medidor	99,86
Coleta de Lixo (diretamente e indiretamente)	99,63
Rede de Esgoto (e fossa séptica ligada a rede)	87,97

Fonte: IBGE - PNAD - Pesquisa Nacional por Amostragem Domiciliar – 2010

Tabela 4 - Proporção de Famílias, segundo Equipamentos Urbanos Existentes no Entorno da Moradia – 2006

Tipo de equipamento urbano	%
Pavimentação	89,1
Guias e Sarjetas	87,6
Iluminação Pública	93,0

Fonte: Casa Civil; Fundação Seade. Pesquisa de Condições de Vida – PCV

Há que se fazer uma exceção para a questão universalização de infraestruturas básicas no caso do saneamento básico, no que se refere principalmente ao esgoto. O gráfico de 2004 mostrava um atendimento de apenas 50% das moradias de baixa renda. Os dados da PNAD 2009 para a região sudeste continuam a mostrar essa precariedade no que se refere aos serviços relacionados ao saneamento básico.

Marques (2005)²⁷ vai afirmar ainda que, apesar da metrópole ser marcada por grandes espaços homogêneos, esses espaços apresentam grandes diferenças entre si no que se refere ao desemprego e à violência. Nesse sentido, para ele, há uma maior heterogeneidade na pobreza e, por sua vez, nos espaços periféricos e, podemos dizer, também nos espaços centrais. Assim, o que afirmamos aqui é que a questão da miséria e da precariedade está espalhada por toda parte, não se definindo uma dicotomia entre o que é incluído e o que não é.

É importante aqui colocar que, no caso da metrópole de São Paulo, as obras viárias como Rodoanel e de infraestruturas de transportes metroferroviários acabam por quebrar a lógica da periferia enquanto espaço afastado ou distante das áreas centrais. Por outro lado, a falta ou não de infraestruturas urbanas, que ainda é muito presente nas caracterizações de espaços periféricos, não se sustenta se quando, por exemplo, analisamos a universalização dos serviços de infraestruturas nas cidades americanas e européias. O fato de haver essa universalização pouco alterou a situação de pobreza destes locais e nem mudou qualitativamente a situação da população residente nestes espaços. Neste sentido a idéia de manter esta questão

²⁷ A pesquisa de Eduardo Marques e Haroldo Torres foram desenvolvidas em conjunto com o CEM - Centro de Estudos da Metrópole e tem como um dos focos discutir a segregação sócio espacial no território na perspectiva do desenvolvimento de políticas públicas, utilizando indicadores sociais e os Sistemas de Informação Geográfica na análise dos dados.

da falta de infraestruturas como identidade do que se denomina periferias urbanas não se sustenta.

É ainda possível questionar a pertinência da teoria do padrão periférico de crescimento das metrópoles (Kowarick, 1979) a partir da complexificação dos espaços pobres da metrópole paulistana. O modelo que explicava o crescimento da mancha urbana a partir da expulsão dos pobres para periferias mais distantes hoje se mistura a um processo de valorização da terra e invasão do consumo qualitativamente diferente daquele do período de 1970 e 1980. O que observamos é um processo de esvaziamento dos bairros centrais do município de São Paulo pelos estratos médios de renda da população e a proliferação de condomínios e empreendimentos habitacionais de médio e alto padrão em direção às áreas consideradas periféricas., como podemos observar através da análise do mapa 4:

Mapa 4 – EMBRAESP

A4

O crescimento da mancha urbana e de seus limites se dá hoje de forma complexa, através da criação de loteamentos populares voltados para as baixas rendas - cada vez menos, por conta da valorização da terra – e ao mesmo tempo da construção de condomínios e loteamentos fechados e outras formas de moradias voltadas às populações das camadas de renda média e alta. Destaque-se que esses condomínios e loteamentos fechados, que antes eram prioritariamente um produto para as camadas médias altas, hoje têm invadido cada vez mais famílias com diferentes faixas de renda. Isso marca um fenômeno, que consiste na criação de “condomínio populares” ao lado de loteamentos populares autoconstruídos, o que parece ser mais um dos elementos que mostram esse processo de subjetivação dos valores ligados à mercadoria²⁸.

A fuga destas camadas médias e altas para as áreas limítrofes tem sido explicada, na maioria das vezes, pelo encarecimento das áreas centrais e pela busca por espaços mais baratos. Contudo, este movimento de fuga para as periferias ou franjas da metrópole tem ocasionado um processo de valorização da terra dos espaços considerados periféricos. Pode-se explicar também esse processo pela integração dos espaços antes considerados como lugares distantes da cidade através das obras viárias. Podemos verificar, inclusive, um movimento contrário: a lenta elitização dos subúrbios e marginalização das áreas centrais. Nesse sentido, se afirmarmos essa perspectiva, poderíamos pensar num processo de periferização das áreas centrais. Assim, esse movimento é também uma expressão da desfundamentação da dicotomia entre centro e periferia.

²⁸ É preciso ressaltar que em alguns casos pesquisados na cidade de Carapicuíba, constatamos que a criação destes condomínios era na verdade uma forma de não repassar a prefeitura áreas institucionais ou áreas verdes. No entanto podemos constatar que o modelo de condomínios vem no sentido de imitar os condomínios das faixas de maior renda.

A ocupação das franjas da metrópole pelos condomínios de alto padrão redefine os termos da periferia e do centro. Esta redefinição se realiza por conta da dinâmica do capital financeiro que, neste novo período, procura áreas nos espaços considerados periféricos para valorização e, principalmente, para realizar os capitais ociosos. Esta inclusão destes espaços, neste momento de reprodução crítica do capital, ao valorizar aqueles espaços que na lógica do padrão periférico estariam ligados á loteamentos populares periféricos e que hoje são alvos do mercado imobiliário de alto padrão, também coloca em xeque a idéia de espaços apartados ou ainda a idéia de espaços adormecidos (Robira, 2005).

Dematteis (1998) também questiona a visão do crescimento das periferias como “mancha de azeite” num processo de expansão contínua. Para o autor, o processo de desconcentração urbana nas cidades européias entre os anos de 1980 e 1990 revelaria a presença de duas dinâmicas positivas diferentes: uma primeira denominada periurbanização, representada pela dilatação progressiva das coroas urbanas externas e das ramificações radiais dos sistemas urbanos, com a desconcentração dos núcleos centrais, conformando uma zona urbana contínua; e a segunda a partir das formas de expansão urbana sem um processo de polarização dos grandes centros, o que o autor denomina como “cidade difusa”. Esse processo, para ele, é estruturalmente novo na dinâmica das periferias urbanas ou na suburbanização qualitativamente nova. Nesse sentido, nos países industrializados temos que pensar nestas mudanças no que diz respeito às velhas e às novas periferias urbanas:

(...)Si examinamos la prolija literatura especializada sobre las periferias urbanas entre los años 1950 y la década de 1980

encontramos muchas definiciones más o menos explícitas, que corresponden a una imagen en conjunto negativa. El criterio lateral de la posición topográfica (la periferia comprendida como parte de la ciudad que rodea al centro) se carga de significados valorativos cuando se convierte en metáfora de dominación (el centro que decide y controla) y de dependencia (la periferia que se estructura pasivamente en función del centro, alojando aquello que el centro rechaza). (...)

(...) Todo esto nos hace reflexionar sobre el hecho de que hasta hace poco tiempo, al menos en Europa, la imagen negativa de la periferia urbana ha sido producida por una cultura hegemónica cuyos representantes se identificaban sobre todo con el centro, donde solían habitar. Esto era posible, todavía y especialmente, en la fase fordista, en la que la estructura jerárquica y clasista de las relaciones sociales hacía, en este caso, que se representaran bien en la oposición ideológica entre el centro (las clases burguesas) y la periferia (las clases proletarias y subproletarias). La fase posfordista más reciente, al hacer más compleja la composición y la geografía social de la ciudad, ha reducido mucho la eficacia de la metonimia social centro-periferia. (...)

(...) En particular, la “nueva periferia” de las décadas de 1980 y de 1990 aparece como la “ciudad sin centro” que deriva de la interconexión física y funcional de los lugares y de los sistemas urbanos que conservan y potencian la propia identidad, porque ven en la misma un recurso que pueden hacer valer en la competición global (...) (Dematteis, 1998: 5)

Apesar de o autor pensar a ocupação das coroas da metrópole a partir de uma visão mais próxima ao processo de condomínios de alto padrão e não do processo de crescimento desses espaços pela população de baixa renda, as questões que ele coloca são pertinentes no sentido de questionar uma leitura dicotômica, que analisa as periferias a partir dessa perspectiva negativa e como um não-centro ou como uma não cidade. O autor identifica através da idéia de redes que esses espaços estão mudando qualitativamente, numa perspectiva de integração à cidade, principalmente através desta interconexão física e funcional e, acrescentaríamos, pela simultaneidade negativa desses espaços no atual período. Para nós, a crítica deste autor contribui para a nossa própria crítica da crise na relação centro-periferia.

A região oeste da metrópole paulistana²⁹ é um exemplo do processo de explosão do centro e de descentralização, inclusive, dos serviços na metrópole. As cidades de Barueri, com o complexo de Alphaville e Osasco, com uma importante rede de serviços, podem expressar esse processo de explosão das centralidades. Essa região concentra um número expressivo de condomínios de médio e alto padrão, por conta de empreendimentos antigos como os loteamentos fechados e condomínios da região da “Granja Viana”, que envolvem diversos municípios como Carapicuíba, Osasco, Jandira e Cotia. A característica comum a esses espaços, genericamente considerados periféricos, é o fato de sofrerem uma ocupação por setores médios e de empreendimento de serviços que antes ocupavam as regiões centrais da metrópole. A região possui rodovias, como a Raposo Tavares, que servem como via rápida para alcançar as regiões “centrais”. Também a região no entorno do bairro de Alphaville tem como suporte a rodovia Castelo Branco e, mais recentemente, a presença do Rodoanel impulsionou a construção de empreendimentos de administração, serviços comércio conjuntamente a empreendimentos residenciais.

Estes condomínios, longe de ter a função de “dormitórios”, criaram suas próprias centralidades, como escolas de alto padrão, centros de consumo e shoppings centers, redefinindo a idéia de enclaves autosegregados de riqueza e redefinindo a idéia clássica de periferia. Esse processo é também um importante elemento na perda de poder explicativo desses espaços como segregados tanto para as camadas médias como para uma explicação baseada na segregação sócio espacial dos pobres, contribuindo para nossa crítica acerca da visão clássica dos espaços periféricos como oposição à centralidade.

²⁹ A partir de regionalização da EMPLASA, compreendendo os municípios de Osasco, Carapicuíba, Barueri, Jandira, Itapevi, Santana de Parnaíba, Santana de Parnaíba, Cotia, Vargem Grande Paulista

Podemos citar, por exemplo, a região da cidade de Carapicuíba na RMSP: a cidade, que teve elementos típicos de crescimento a partir do modelo do padrão periférico e hoje ainda é uma das cidades que a literatura urbana define como típica cidade dormitório. A cidade é um bom exemplo para mostrar a mudança qualitativa no entendimento dos espaços denominados como periferias urbanas. A idéia de um espaço apartado do centro e de um espaço distante do centro, deste lugar como um subúrbio ônibus ou estação (Langenbuch:1971) perdem sentido com as obras viárias como o Rodoanel e as duas grandes rodovias Castelo Branco, e Raposo Tavares. Os projetos de expansão dos trens da CPTM que visam criar um padrão do tipo “metrô de superfície”; além de projetos de criação de linhas de veículos leves sobre trilho - VLT no sul da cidade, também são importantes no sentido de quebrar a idéia de espaços como isolados. Se pensarmos a partir deste exemplo das obras viárias na metrópole, principalmente o Rodoanel que tem seu traçado justamente nos espaços considerados periféricos da metrópole paulistana, podemos pensar que há também aqui um processo de inclusão destes espaços principalmente pelas infraestruturas de mobilidade urbanas, reafirmando um movimento de inclusão e de “integração” desses espaços à metrópole. Vide mapa 5:

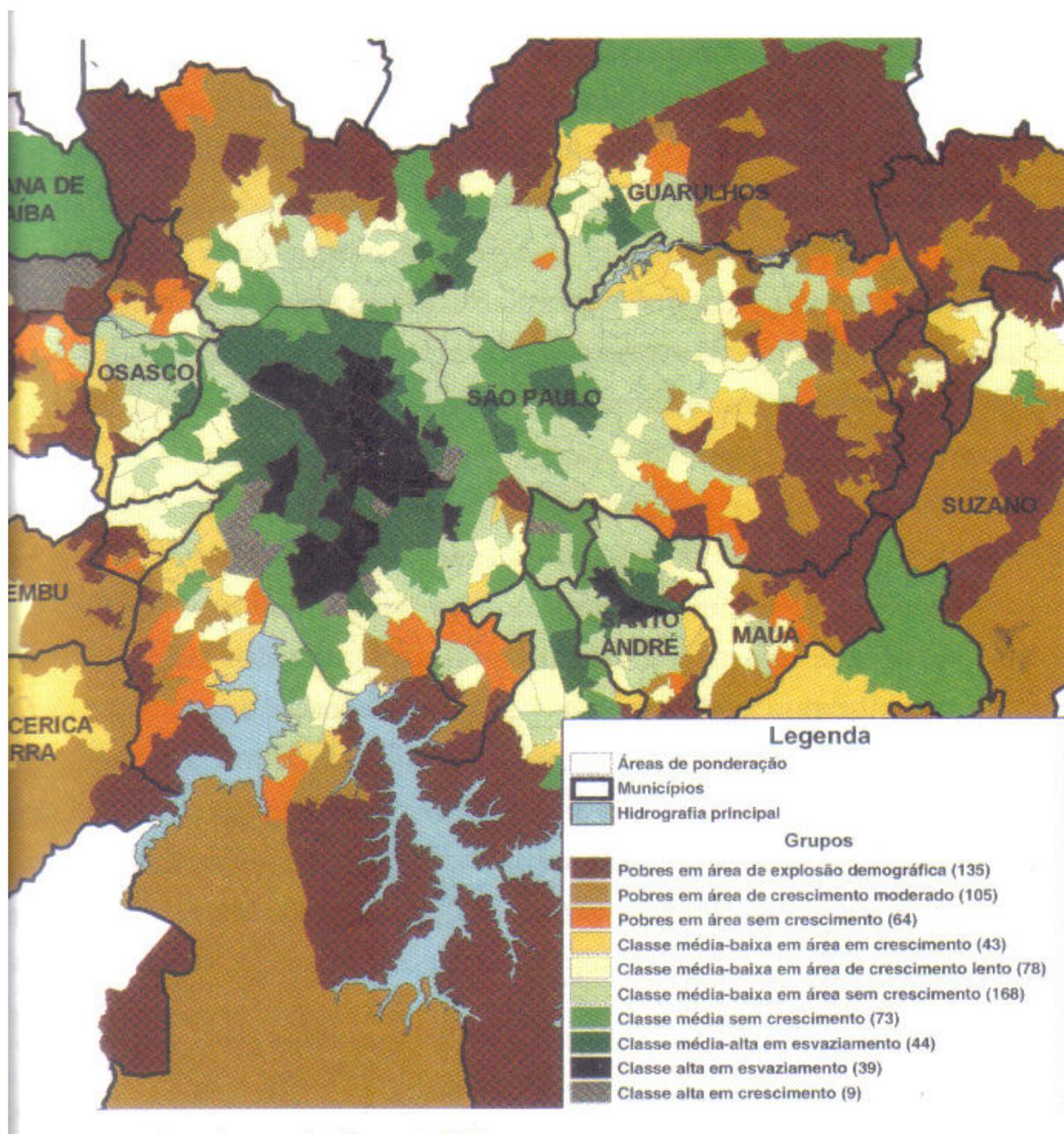
MAPA 5 - Carapicuiba Alphaville

A4

As pesquisas de diversos autores como MARQUES (2005) e dos pesquisadores do CEM – Centro de Estudos da Metrópole e Observatório das Metrópoles³⁰ procura, através das análises de pesquisas qualitativas e dados estatísticos, apontar para o processo de pluralização dos grupos sociais na metrópole a partir da renda e outros indicadores sociais. Tais pesquisas apesar, de terem seu foco na criação de políticas públicas e de terem um forte apoio nas estatísticas, nos ajudam a pensar e criticar as idéias e proposições sobre os espaços pobres ou, para essas pesquisas, periféricos, como espaços homogêneos.

³⁰ Centros de pesquisas dedicados a pesquisa, banco de dados e tecnologias da informação acerca de questões ligadas à metrópoles brasileiras.

Figura 1 - Distribuição dos Grupos Sociais na Região Metropolitana de São Paulo



Fonte: MARQUES (2005) ³¹

³¹ Baseado nas áreas de ponderação do Censo de 2000. In MARQUES, Eduardo; TORRES, Haroldo. (Orgs.). **São Paulo: segregação, pobreza e desigualdades sociais**. São Paulo: Editora Senac, 2005

É possível pensar, ao analisar o mapa das classes de renda através dos setores censitário, num duplo movimento na metrópole como um todo e nos espaços considerados periférico: de um lado há uma heterogeneização dos grupos, que pela literatura anterior eram formados pelos pobres, operários, e famílias de baixa renda. Por outro lado, há que se pensar no movimento de homogeneização desses espaços na medida em que a metrópole não permite separar espaços centrais e espaços periféricos, pensando para além da materialidade e a partir das abstrações concretas e do valor como definidoras desta simultaneidade e homogeneidade. Kurz (2006a) nos fala de que essas abstrações concretas atingem todas as esferas da vida, que passam pela arquitetura, pela estética, pela cultura e até mesmo pelos hábitos alimentares como, por exemplo, o *fast food*, e pelas relações pessoais. Nesse sentido, acelera-se uma universalidade abstrata baseada no valor.

Estas mudanças estruturais são importantes para debater com as concepções que pensam estes espaços como locais excluídos. Nosso trabalho acentua, no entanto, essas transformações para além das mudanças estruturais e da materialidade desse processo da cidade e da centralidade. Pensamos que um processo mais potente e “integrador” tem invadido aquilo que se denominava periferia fazendo com que se perca a importância da noção de exclusão como explicativa, já que esses espaços são tomados cada vez mais pelos processos abstratos da lógica do consumo e pela generalização da mercadoria, que os redefinem completamente.

No entanto é preciso afirmar que os mapas de renda ou conjugados com outros indicadores sociais não atacam o centro da questão, que é a complexificação da situação da pobreza e da riqueza, alterando a forma de ver os pobres na metrópole. No entanto, medir não explica e esses mapas procuram, a partir do

paradigma da exclusão social e da segregação, explicitar o quanto as populações de um determinado espaço são mais ou menos pobres que o outro. Porém, eles não conseguem responder sobre a generalização e as novas formas de inclusão excludente deste novo modelo. Trata-se, como nos diz Burgos (2008), de uma espécie de gestão da pobreza que elimina a forma crítica de pensar a reprodução crítica do capital.

Todo este debate e esta forma de ver e pensar os espaços periféricos considera a idéia de segregação aliada à idéia de exclusão. O pensamento dos espaços considerados periféricos a partir da idéia de exclusão só poderia ter como seu par identitário a idéia de inclusão e, se podemos pensar nesta inclusão pelo direito à cidade, pelo direito ao urbano, essa questão foi desvirtuada pelo mercado e pela visão classista como direito ao consumo, como inclusão no mercado. Os espaços da cidade de São Paulo que na época de 1970 e 1980 eram considerados periferias, como São Miguel, Ermelino Matarazzo ou ainda Osasco são espaços que foram “incluídos” na cidade, perdendo as características “periféricas”, e completamente integrados à mercadoria com uma rede de serviços e comércio muito próximo aos das regiões centrais.

Os espaços considerados periféricos na metrópole paulistana ganham uma qualidade distinta no processo de reprodução social crítica, a partir de uma realidade determinada cada vez mais pelo consumo. Pensamos que discutir o acesso ao consumo e ao crédito seja o caminho que determina esta perda de sentido da periferia como o lócus do trabalho ou da luta de classes.

O crédito e as periferias enquanto lugar do consumo

A expansão do consumo e do crédito pode explicar o processo de criação de uma homogeneidade, no que diz respeito aos valores subjetivados pela mercadoria, e de indeterminação da relação centro-periferia, fazendo com que os pobres sejam dialeticamente, num mundo sem trabalho, inseridos num processo de socialização negativa. Este momento redefine os espaços que eram considerados periféricos, não mais como lócus da classe operária e da exploração de classe, mas como uma situação que privilegia o consumo ou a consumação dos indivíduos através desta forma negativa. Desse modo, há uma homogeneidade das relações entre pobres e não-pobres. Ambos se socializam dessa forma negativa, visto que o consumo se generaliza como substituto do processo produtivo. O crédito, para nós, num processo de financeirização e ficcionalização mais amplo, pode servir como chave para entender esse processo que redefine a visão destes espaços e a própria relação centro-periferia.

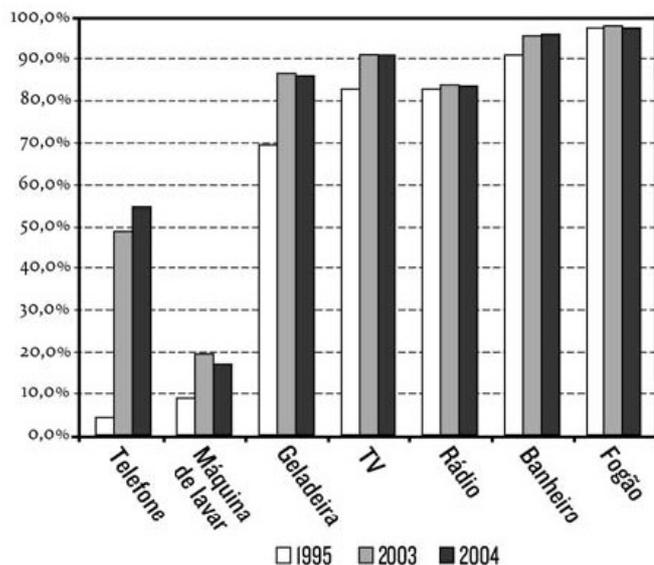
Entendemos que a participação destas populações no consumo coloca em xeque a visão dos espaços periféricos como espaços apenas para a reprodução de sua subsistência e torna essa população, antes considerada como marginal, central para o processo de consumação e financeirização da economia. Para Debord:

(...) Esta constante da economia capitalista, que é a baixa tendencial do valor de uso, desenvolve uma nova forma de privação no interior da sobrevivência aumentada, a qual não está, por isso, mais liberta da antiga penúria, visto que exige a participação da grande maioria dos homens, como trabalhadores assalariados, no prosseguimento infinito do seu esforço; e que cada qual sabe que é

necessário submeter-se-lhe ou morrer. É a realidade desta chantagem, o facto de o uso sob a sua forma mais pobre (comer, habitar) já não existir senão aprisionado na riqueza ilusória da sobrevivência aumentada, que é a base real da aceitação da ilusão em geral no consumo das mercadorias modernas. O consumidor real torna-se um consumidor de ilusões. A mercadoria é esta ilusão efectivamente real, e o espectáculo a sua manifestação geral. (Debord 1997: 33)

Entendemos que os espaços ainda considerados periféricos da RMSP são cada vez mais invadidos pela lógica do consumo e pelas estratégias de vendas das grandes redes varejistas, pelos shoppings centers, pelo comércio virtual através da internet e pelo aumento da oferta de crédito direto para estas populações. O gráfico 2 mostra a mudança na questão do consumo de eletrodomésticos que hoje se generalizam por toda a metrópole e em especial no consumo das famílias pobres.

Gráfico 2 Evolução no consumo de bens entre as famílias com renda familiar per capita de até 1/2 salário mínimo. 10 Regiões Metropolitanas, 1995, 2003 e 2004.



Fonte: Fonte: IBGE, PNADs 1995, 2003 e 2004, Apud TORRE, BICHIR E CARPIM (2006)

Tabela 5; Proporção de Domicílios, segundo Posse de Bens e Equipamentos Domésticos Região Metropolitana de São Paulo - 2006

Tipo de equipamento	%
Televisão	98,74
Geladeira	98,96
Máquina de lavar roupa	73,94
Telefone	94,02
Fixo e Celular	61,16
Microcomputador	51,49

Fonte: Casa Civil; Fundação Seade. Pesquisa de Condições de Vida – PCV

A análise da Tabela 5, a partir da Pesquisa de Condições de Vida - PCV da SEADE, apesar de não estar separada por extratos de renda também parece indicar que a posse dos bens e equipamentos como máquina de lavar, telefone e geladeira, se generalizam pelos domicílios da RMSP. Apesar de não ficar explícito nestes dados é sabido que a posse bens de consumo como celulares e mesmo automóveis e tem crescido de forma expressiva nas camadas mais pobres, através da inserção das populações de baixa renda pelo mecanismo do crédito fácil e pela estratégia de inclusão destas populações ao mercado de consumo.

Esse consumo tem priorizado, através do crédito, o acesso dessas camadas a produtos de ponta como celulares, televisões de plasma e outros eletrodomésticos de última geração. A ampliação do acesso aos computadores e a proliferação de *lan houses* nos espaços ocupados pela população de baixa renda podem explicar em grande parte a homogeneização dos valores e do consumo por classes de renda distintas. A notícia do jornal o Estado de São Paulo confirma esta afirmação:

(...) A explosão na venda dos computadores ampliou o acesso à internet entre os jovens da classe C. Uma pesquisa do portal Terra

mostrou que 49,4% dos jovens dessa classe, em três capitais do País, possuem acesso à rede mundial em casa. Contratado pela Terra, o Instituto Data Popular ouviu 600 pessoas em São Paulo, Recife e Porto Alegre. “A gente teve no ano passado uma quebra de paradigma, por causa da emergência da classe C”, disse Paulo Castro, diretor-geral do Terra. “A classe C é a fatia que mais vai crescer na internet”. No ano passado, 37% dos internautas eram da classe C, 50% da classe A/B e 13% da D/E. Este ano, a expectativa é que a classe C chegue a 40%. A idéia do estudo era descobrir as diferenças entre os internautas de classe C para os de classe A/B. “A surpresa foi descobrir que não existiam diferenças significativas”, disse Castro. “O consumo de conteúdo, entretenimento e redes sociais é muito semelhante (...)”³²

A notícia sobre a perspectiva de inclusão dos consumidores de baixa renda por uma empresa de telefonia móvel, para nós, é um bom exemplo de como as empresas da “nova economia” ligadas às telecomunicações procuram incluir os moradores dos bairros “periféricos”:

(...) Atenta a uma receita média estimada em R\$ 20,00/mês - custo dedicado no orçamento das classes C e D para o consumo de Internet nas lan houses - a TIM concentrará a sua atenção no segundo semestre na criação de produtos voltados para esse perfil de usuários. (...) a TIM, neste segundo semestre, lançará novas opções para fortalecer o acesso à Internet via browsing de celular. O alvo é conquistar os clientes que usam as Lan Houses. A popularização dos smartphones e a redução dos preços dos

³² **Presença da classe C avança na internet.** In Jornal O Estado de São Paulo. 29/06/2008

terminais impulsionam a iniciativa. "Não podemos ainda revelar as nossas estratégias, principalmente, na questão da tarifação. Mas nos orçamentos das classes C e D, as lan houses já aparecem com forte destaque. Por que não trazer esse usuário para a telefonia móvel?"
(...)³³

O momento atual marca cada vez mais uma realidade de socialização negativa pelo capital das populações mais pobres ao mercado como consumidores e como indivíduos consumidos pela lógica da mercadoria. Neste sentido, podemos considerar que o processo de financeirização da economia como a perda da centralidade do capital produtivo será importante para a mudança qualitativa desse espaço, com a antecipação do futuro através do crédito e a inserção de toda a população pobre, seja no que se considera centro ou no que se considera periferia, num processo de endividamento no qual as dívidas são cobertas com a criação de novas dívidas.

(...) O capital realmente produtor de mercadorias suga por assim dizer o seu próprio futuro (fictício), prolongando assim num metanível a sua vida, para lá do limite interno já visível. Este mecanismo só funciona enquanto o modo de produção continua a expandir-se (como foi o caso até ao último terço do século XX) e apenas na medida em que a massa de valor futuro ficticiamente antecipada se realizar efectivamente, ao menos em escala suficiente para pagar os juros dos créditos. O facto de os investimentos de capital, em contínuo aumento, já não poderem ser financiados integralmente

³³ **TIM mira classes C e D e reforça Internet móvel para 'roubar' clientes das Lan Houses.** online no <http://convergenciadigital.uol.com.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=23333&sid=4> (acessado em 4 de agosto de 2008).

com os próprios meios, isto é, através da massa real de lucros – pelo menos como norma e na maior parte dos casos - é um claro indício do carácter cada vez mais precário de todo o processo. Este adiamento estrutural em benefício do capital que rende juros não é ainda a mesma coisa que pagar directamente os juros com outros créditos; mas o movimento real de acumulação acaba por depender indirectamente das poupanças concentradas da sociedade. (...)

(Kurz, 1995)

Aqui também é essencial a leitura desta questão a partir da potencia da análise do mundo mediado pelo fetiche ou pela universalidade abstrata. Para Alfredo (informação verbal)³⁴ o fetiche que reproduz a sociedade em que vivemos está posto no processo de apresentação do capital. Aqui nos referimos à centralidade da circulação e, principalmente, da financeirização e não necessariamente interiorizado no processo de produção. No momento em que o capital fictício se apresenta como capital, o seu fetiche mais objetivo neste ponto da reprodução é o dinheiro. Neste sentido, o fato da classe trabalhadora se reproduzir pelo salário – e o salário é a forma monetária de reprodução – não a isenta do fetiche que homogeneiza a todos da sociedade capitalista. Incluiríamos aqui que a socialização negativa da classe operária, ou dos pobres ou moradores de cortiços e favelas das regiões centrais, num mundo de universalização das formas de crédito pela financeirização da economia completa este quadro.

Assim, esses valores e essa subjetividade mediada pelo dinheiro e pelo crédito fazem com que se homogeneizem a todos como sujeitos monetarizados (Kurz, 1992) a partir da constituição do fetiche da forma mercadoria como forma

³⁴ Anotações em sala de aula do curso de pós graduação: Modernização e Contradições Espaço-Temporais – DG-FFLCH – USP, ministrado pelo Prof Anselmo Alfredo no ano de 2008

universal da consciência, sejam eles trabalhadores ou desempregados do Capão Redondo, na zona sul do município de São Paulo, ou moradores do bairro da Pompéia na zona oeste do município de São Paulo. A diferença talvez seja quantitativa na renda familiar e não parece mudar a relação qualitativa de sua inserção num mundo no qual as relações mercantis esfumaram a perspectiva de uma análise a partir da luta de classes.

O capital tem homogeneizado os valores e a forma de consumir pelos diferentes estratos de renda na metrópole e se esta forma de consumir é realizada à vista ou em 72 vezes no crediário não importa, como também não importa se o celular comprado é original ou falsificado. Entretanto, por conta da homogeneização da mercadoria e do crédito, lugares considerados periféricos ou centrais cada vez mais se indistinguem, do ponto de vista da reprodução crítica da sociedade moderna. O trabalho não se põe como categoria distintiva, mas o consumo se apresenta como forma de indistinção entre centro e periferia.

Estratégias das grandes redes de varejo nos espaços periféricos

O processo de inserção das camadas mais pobres no consumo pode ser percebido na metrópole paulistana pelo ritmo de expansão das redes de varejo e do consumo, que tem aumentado sua presença com a construção de shoppings centers, centros empresariais e, ainda, redes de supermercados adaptados aos mais pobres. Esse processo tem a perspectiva de inserir um enorme contingente através do crédito. Acreditamos que essa inserção ocorre de maneira estrutural e não apenas como de maneira conjuntural no atual momento no país e na metrópole. Este processo tem forçado a criação de um mercado interno vigoroso, na sua maioria pertencente ao que se convencionou chamar de “setores periféricos”.

Esse movimento rompe com a idéia vigente nos anos 1970 e 1980 em que, a partir do modelo de produção das periferias voltado para o capital industrial, a reprodução do capital em países dependentes podia se estabelecer mediante o consumo de uma pequena parcela da população, principalmente as classes altas e médias. O momento presente é marcado pela estratégia de inserção das redes de consumo nos setores de classe média baixa e de baixa renda, localizados principalmente nos limites da mancha urbana e nos espaços habitados pela população de baixa renda. Isso não se põe como algo que identifique o periférico, mas como um processo que expressa a sua homogeneidade no mundo das trocas.

A partir das estratégias das grandes redes de varejo, internet e outras mídias, os espaços ditos periféricos têm se configurado enquanto lugares importantes do consumo de produtos eletrônicos de ponta e das mercadorias em geral, quebrando a lógica de que o consumo de suas populações estaria voltado apenas para a reprodução de sua força de trabalho. A localização dos shoppings centers, apesar de seguir a lógica de localização em vias de grande circulação, também parece

mostrar uma tendência de se inserir nesses mesmos espaços. É possível perceber, através das nossas pesquisas e através dos dados, que há uma proliferação de redes atacadistas de alimentos, grandes redes de supermercados, lojas de eletrodomésticos e de móveis que têm se estabelecido nos espaços que são ainda considerados periféricos.

A pesquisa de Scirè (2009), ao analisar o processo de financeirização e o consumo dos pobres em uma comunidade no Capão Redondo, zona sul de São Paulo, aponta que a proximidade dos equipamentos não explicaria, sozinha, as mudanças nas práticas de consumo das populações pobres. Poderíamos derivar disto que as lojas e hipermercados vão à busca dessas populações por conta do seu desejo de consumo e não que a proximidade destes equipamentos induziria a mudança de hábitos. Para ela, o principal mecanismo seria os mecanismos de concessão crédito.

Todo o processo de ampliação do crédito para os setores mais pobres da metrópole, apesar de parecer um processo ascendente do capital, revela de forma mais geral um processo crítico de reprodução do capital. Para Alfredo:

(...) a expansão da massa de capital pode coincidir com os sentidos críticos da reprodução deste mesmo capital, embora apareça como expansão ascendente do capital. Trata-se, por assim dizer, não de uma crise de produção do capital, isto é, de uma massa de mercadorias maior do que a capacidade de consumo, mas de uma crise de acumulação, ou seja, os níveis de investimentos exigidos não correspondem à remuneração possível desses mesmos investimentos, tornando o capital financeiro o elemento determinante de sua reposição (...) (Alfredo, 2008b: 20)

Mapa 6 - (SHOPPING CENTERS)

A3

O mapa 6 mostra a proliferação de shoppings centers cadastrados na ABRASCE – Associação Brasileira de Shopping Centers e as grandes redes de varejo na metrópole paulistana, destacando sua ampla presença nos espaços considerados como periféricos. Diante disso, o consumo assume uma centralidade sem periferia e destituindo a compreensão da metrópole pela distinção físico-geométrica da relação centro-periferia. É necessário apontar, no entanto, que existem empreendimentos de menor porte denominados mini shoppings ou mesmo shopping centers em várias cidades da RMSP que não constam nos cadastros da entidade, mas que cumprem a mesma função de inserção destas populações ao consumo.

A proliferação desses empreendimentos por todas as áreas da metrópole demarca, a nosso ver, um processo de ampliação do grande comércio e do varejo para o interior dos espaços com população de menor renda. Tal processo parece indicar uma mudança qualitativa nas estratégias de socialização negativa das camadas pobres ao consumo e nesses espaços de forma direta. Aliado a isso, grandes redes do varejo, principalmente ligadas ao setor dos hipermercados, criaram alternativas para a proliferação de sua rede de lojas adaptadas a esse público. As redes como Walmart, Carrefour e o Grupo Pão de açúcar (Pão de Açúcar e Extra) inauguram lojas menores mirando o consumo para as camadas mais pobres levando a sua estrutura de crédito para financiar as compras.

O pequeno varejo, representados por mercadinhos, bares e outros pequenos comércios, não ficará imune a esse movimento e vai se adaptar ao novo momento fazendo parte do processo de financeirização e dependência geral do crédito da instalação de máquinas de empresas de cartão de débito e crédito nos mesmos moldes que as grandes redes.

A proliferação de redes ligadas ao consumo, principalmente de bens duráveis, tem na ampliação do crédito sua principal estrutura. Podemos afirmar que o crédito é ligado às grandes redes bancárias e grandes empresas do setor de cartões de crédito. Além do crédito para o consumo, essas empresas têm criado diversas instituições de crédito pessoal direto, como foi verificado nas cidades de Osasco, Carapicuíba e em distritos periféricos da cidade de São Paulo como São Miguel, entre outros.

Esse quadro revela uma tendência da dependência do crédito na reprodução dessas famílias e na importância de sua inserção no consumo. Se acrescentarmos a dependência destas famílias a outras formas de crédito, como o cheque especial e os cartões de crédito, teremos um quadro muito claro do papel que o crédito exerce nas populações que vivem nesses espaços.

(...) Os dados da pesquisa da Credicard revelam que a expansão no volume de transações dos portadores de baixa renda também foi elevada: no ano passado, o crescimento do volume de transações do segmento de baixa renda foi de 25%, bem próximo do verificado para o mercado total, de 27%. (...).Na análise dos últimos cinco anos, o estudo destaca que a participação da população de baixa renda no setor tem aumentado constantemente, em função do aumento da quantidade de portadores e do aumento do hábito de utilização do cartão como meio de pagamento e instrumento de crédito.

Entre 2001 e 2005, o número de cartões em circulação no país dos portadores de baixa renda passou de 7,66 milhões para 15,07

milhões – ou seja, praticamente dobrou, com um crescimento de 97%. (...) ³⁵

Destaque-se que a mesma pesquisa indica que a utilização do cartão tem como principal finalidade a alimentação, colocando a questão da inserção do crédito para além do consumo de bens duráveis, mas como forma de se reproduzir e consumir artigos para a subsistência das camadas mais pobres.

Segundo Sciré:

(...) As administradoras de cartão de crédito ampliaram sua clientela nos últimos anos, não só devido ao aumento de contas bancárias, mas também às estratégias acionadas para incorporar certas faixas da população como forma de expansão de suas bandeiras. (...)

A associação entre bancos e varejo veio ampliar ainda mais este processo. Hoje em dia, tornou-se possível aos consumidores ter acesso a cartões de marca própria (...) Assim, há cartões de hipermercados, cartões de lojas de sapatos, de roupas (como Marisa, Renner e C&A), de eletrodomésticos (cartão casas Bahia) etc.

Deste modo, o fenômeno da emergência dos cartões requalifica o consumo popular, inserindo o que se pode chamar de financeirização nas dinâmicas cotidianas de quem convive com poucos recursos mensais (...) (Sciré, 2009: 49)

³⁵ **Baixa renda amplia uso do cartão de crédito.** online no site <http://www2.uol.com.br/canalexecutivo/notas06/080220066.htm> (consultado em agosto de 2008).

No caso brasileiro e, principalmente, no caso dos espaços pauperizados, no atual período, o crescimento do país tem sido explicado em grande parte pela inserção do que os analistas de mercado têm denominado de crescimento do consumo das famílias de classe “C”³⁶. Esse movimento, que tem dominado as análises do mercado e dos órgãos governamentais, de que estaria surgindo uma nova classe média no país, fruto de processo de inserção ao consumo através do crédito é, a nosso ver, antes a expressão fenomênica de um processo mais geral, de financeirização e ficcionalização da economia.

O processo de inserção dos pobres no processo de financeirização tem na expressão “lado brilhante dos pobres”, citada na notícia da Folha de São Paulo, uma explicação interessante para a nossa análise de inserção destas massas pauperizadas ao crédito:

(...) Quase 30 milhões de pessoas ingressaram na nova classe média entre 2003 e 2009. O dado foi divulgado (...) pelo coordenador do Centro de Políticas Sociais da FGV (Fundação Getulio Vargas), Marcelo Néri. De acordo com a pesquisa, na época da crise a classe C cresceu mais do que as demais, chegando no ano passado a abranger 94,9 milhões de brasileiros, ou seja, mais da metade da população. Ainda de acordo com o levantamento “A Nova Classe Média: o Lado Brilhante dos Pobres”, a soma da população das classes A, B e C passa de 61%. Em 1992, as classes D e E é somavam 61% da população. “Em seis anos, 35,6 milhões de

³⁶A definição de classe C é adotada a partir do Critério de Classificação Econômica Brasil (CCEB) ou Critério Brasil criado pela ABEP (Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa). A Classe C representa além de outros fatores as famílias com renda de 726,26 a 1194,53 no ano de 2008. Este critério é comumente utilizado nas pesquisas de mercado e nas análises de órgão governamentais como o IPEA – Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas.

peças foram incorporadas às classes A, B e C, o que equivale a mais da metade de um país como a França. (...) ³⁷

Alfredo e Silva, ao citarem Henri Lefebvre, na sua obra *A Vida Moderna no Mundo Cotidiano*³⁸, afirmam que o autor:

(...) já salientava sobre a generalização do consumo como forma não só de incorporação de todos os momentos da sociedade na reprodução - por causa da impossibilidade crítica de a mera produção de mais-valia se pôr como o termo da reprodução capitalista -, mas também condição, na crise, de uma diluição das tensões sociais própria do mundo do trabalho, onde as diferenças, inclusive de consciência, passam a se estabelecer como equivalência mediada pelo acesso ao consumo. (...) a generalização do consumo, portanto, expressa de modo contundente uma redefinição qualitativa da relação centro periférica na metrópole.(...)

(Alfredo e Silva, 2008: 20)

O consumo se realiza como um processo de generalização das formas de crédito para os setores mais pobres, marcado pelo crescimento avassalador de formas de crédito de todo tipo: cartão de débito, limites do cheque especial e de crédito pessoal, na perspectiva de realizar o capital criticamente através da financeirização da economia.

³⁷ **Quase 30 milhões entraram na classe média durante o governo Lula.** Folha de São Paulo. In Fonte: <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/796799-quase-30-milhoes-entraram-na-classe-media-durante-governo-lula.shtml>>. Acessado em 10/09/2010.

³⁸ LEFEBVRE, Henri. **A Vida Moderna no Mundo Cotidiano.** São Paulo: Ática, 1991.

No atual período, o avanço e a facilidade do crédito têm criado na metrópole e no país um “aparecer ser” de que há um processo de reprodução ampliada do capital. A expansão do crédito para os espaços considerados como periferia se põe como fetiche do crescimento e inclusão dos pobres. Este processo, atualmente, tem sido considerado pelos jornais e por estudos desenvolvidos por institutos de pesquisa privados como o surgimento de uma “nova classe média” brasileira³⁹. Para nós, este período se revela como expressão da crise do capital que procura se realizar criticamente através da generalização do consumo por meio da expansão do crédito para a população dos espaços ditos periféricos.

Segundo Alfredo:

(...) as formas de expansão da forma mercadoria se o fazem como que resultantes de suas contradições ou crises imanentes, de modo que a própria expansão do capital pode ser sobredeterminada pelos seus aspectos críticos, ainda que se apresente como determinações de sua capacidade de crescimento (...). (Alfredo, 2008: 67)

Nesse sentido, acreditamos que a generalização do consumo vai redefinir o sentido das conceituações das periferias enquanto lócus da exclusão dessas populações e também enquanto lócus privilegiado do sujeito da transformação social, a partir dos pressupostos das pesquisas tradicionais, pela classe trabalhadora. Por conta do acesso e ampliação do crédito, esses espaços passam por um processo de socialização negativa marcando uma homogeneização dos valores e do consumo e indiferenciando as camadas médias e as populações pobres

³⁹ Como por exemplo: A Pequena Grande Década: Crise, Cenários e a Nova Classe Média. Marcelo Cortês Neri (coord). Rio de Janeiro: FGV, CPS, 2010.

ditas periféricas, que Robert Kurz denomina de sujeitos monetários sem dinheiro ou de “pequeno-aburguesamento” geral da sociedade.

Kurz se aproxima da nossa questão ao se referir à decadência da classe média e à desproletarização geral da sociedade, colocando como fundamento comum a questão da crise do trabalho:

(...) Ao revés da decadência da nova classe média, realiza-se de certa maneira um inédito "pequeno-aburguesamento" geral da sociedade, quanto mais os recursos industriais e infra-estruturais aparecem como megaestruturas anônimas. O "meio de produção independente" se deteriora até atingir a pele dos indivíduos: todos se tornam seu próprio "capital humano", ainda que seja simplesmente o corpo nu. Surge uma relação imediata entre as pessoas atomizadas e a economia do valor, que se limita a reproduzir-se de maneira simulatória, por meio de déficits e bolhas financeiras. Quanto maiores se tornam as diferenças entre o pobre e o rico, tanto mais desaparecem as diferenças estruturais das classes na estruturação do capitalismo. Por isso não tem o menor sentido que os ideólogos da classe média em queda queiram reclamar para si a velha "luta de classe do proletariado", não mais existente. A emancipação social requer hoje a superação da forma social comum a todos. No interior do sistema produtor de mercadorias, só há a diferença quantitativa da riqueza abstrata, que, se existencialmente toca na questão da sobrevivência, não obstante permanece estéril em termos emancipadores. (Kurz 2004)

Entendemos que o acesso ao consumo de bens duráveis e de outros bens através do crédito e, no caso brasileiro, também de um mercado popular paralelo de cópias e falsificações procuram realizar a uniformização dos valores. Esse tipo de consumo tem garantido uma homogeneização no consumo de produtos antes reservados às camadas de maior poder aquisitivo. O consumo via produtos falsificados ou através de mimeses de mercadorias de luxo é recorrente nos meios mais pobres, expressando essa subjetivação e homogeneização de valores. Os mercados populares colocam à venda produtos voltados para essa classe com base no que ela pode pagar ou, ainda, falsificando produtos largamente consumidos nos centros populares de compra da metrópole ou nos camelôs, como celulares chineses, bolsas e vestuários de grifes e todo tipo de produtos de marca falsificados, incluindo essa população a esse consumo quase que unificado.

Achamos relevante, em relação a essas colocações, a entrevista realizada pela revista Veja com o dono da rede de lojas Casas Bahia, Michael Klein, sob o sugestivo nome de “A classe C no paraíso”. As Casas Bahia são especializadas na venda a consumidores de baixa renda. Reproduziremos alguns estratos que se referem à questão do crédito e do consumo dos estratos de baixa renda que ele e a imprensa denominam classe C.

(...) Hoje, as pessoas não só ambicionam comprar uma TV maior ou uma geladeira nova como querem uma boa marca - e já conhecem todas. Isso tem evidente relação com a expansão do crédito, que lhes permite gastar mais, mas também se deve a uma mudança fundamental na classe C: ela está muito mais informada e instruída (...)

(...) para os consumidores de classe C, o nome é praticamente tudo o que têm, daí a maior propensão para saldarem suas dívidas. Não é por outra razão que as taxas de inadimplência no crediário, forma de pagamento preferencial das faixas de renda mais baixas, giram em torno de 10% - cerca de metade daquela registrada em cartões de crédito e cheques especiais, usados sobretudo pelas classes A e B (...)

(...) O item mais vendido nas lojas é o celular. Foram 3,6 milhões de aparelhos só no ano passado. As pesquisas mostram que muita gente de classe C compra celular porque a rede fixa ainda não chegou aos lugares em que vive, seja nas zonas rurais, seja na periferia de grandes cidades. Curiosamente, essas pessoas sujeitas a condições de moradia tão precárias não procuram um modelo simples. Querem, ao contrário disso, um celular com câmera. É um claro contraste em relação à classe C do passado. No Brasil dos anos 50, o grande hit eram os colchões de espuma(...)

(...) A guerra pela classe C nunca esteve tão acirrada(...).⁴⁰

É possível derivar dessa entrevista algumas questões pertinentes: Em primeiro lugar destaque-se a questão do crédito na caracterização da classe C “como mais bem informada e instruída”, que revela o avanço das mídias e da propaganda, ampliada hoje pelo avanço da internet, que cada dia mais ganha adeptos nas periferias. Sobre a questão da inadimplência: “o nome é praticamente tudo que eles têm”. Observa-se que o crédito é parte importante na reprodução destas pessoas e não ter acesso a ele pode interferir não só no consumo de bens, mas nos gêneros de primeira necessidade, como os alimentos. O “nome é tudo” é

⁴⁰ A classe C no paraíso. **Revista Veja**. 23/06/2008

uma expressão importante, por caracterizar estas populações como absolutamente dependentes do crédito, expressando assim o modo crítico de reprodução do capital na sua fase de ficcionalização.

Os dados retirados do site Infomoney a partir de uma pesquisa realizada pelo banco Itaú também indicam a importância do crédito para a reprodução das camadas populares. As compras realizadas com cartão de crédito por consumidores com renda entre R\$ 150 e R\$ 1.499, considerados de baixa renda, representam 55% das compras de supermercados e 48% das farmácias e drogarias⁴¹.

Por último, devemos frisar o apelo aos eletrodomésticos e celulares de ponta, fato que mostra a necessidade de inserção no mundo das mercadorias que é bombardeado a todo o momento através da propaganda e que o crédito tem permitido a essas camadas acessar.⁴²

(...) Pesquisa aponta que consumidores desse grupo gastam entre 30% e 60% da renda com marcas e produtos e vêem o consumo como inclusão social (...)

Carlos Eduardo Mortari, supervisor de cobrança de Perus (zona norte), acha um luxo poder trabalhar de camisa e gravata de segunda a sexta-feira. Aos finais de semana, o luxo é usar tênis de marcas "gringas" de skatista. Dione Silva, ex-secretária-executiva da Casa Verde (zona norte), tem uma coleção "luxuosa" de cem pares de sapatos e bolsas - que inclui de uma original Louis Vuitton a réplicas de até R\$ 700 de marcas como Prada. Unhas de porcelana

⁴¹**Consumo: baixa renda usa cartão de crédito para o essencial e emergencial.** Disponível em <http://web.infomoney.com.br/templates/news/view.asp?codigo=844192&path=/suasfinancas/orcamento/cartao_de_credito>. Acessado em 24 de janeiro de 2008.

⁴²É ainda mais expressiva a notícia postada no Jornal o Estado de São Paulo: **"Inauguração das Casas Bahia em favela vira reportagem no 'FT.'** Jornal britânico diz que loja popular entre pobres 'não sofre com crise'" comentando a inauguração de uma das filiais da loja na Favela de Paraisópolis na zona sul de São Paulo.

que custam até R\$ 400, com desenhos em alto relevo com cristais Swarovski, e produtos para "mega-hair", um investimento de R\$ 1.000 na cabeça, são luxos que ela "não abre mão" de se dar. Para a nova classe média, não basta mais a segmentação de categoria "popular". Ela almeja mais, quer brilhar e quer acesso ao luxo. São brasileiros que se preocupam com a aparência, que chegam a gastar entre 30% e 60% de sua renda com marcas e produtos considerados luxuosos e que, por meio do consumo, buscam a inclusão social.

(...) O luxo para a nova classe média está ligado principalmente a autoestima e pertencimento. (...) Quando produtos e acessórios que ajudam a ter estilo, e luxo, são "financeiramente inatingíveis", os consumidores emergentes não se incomodam em recorrer a réplicas - mas de qualidade. "A minha bolsa não é original, mas é uma réplica da Louis Vuitton de R\$ 550, comprada à vista pelo meu marido", diz Claudia Vieira da Silva Costa, vendedora.

(...). O crediário é a forma escolhida para que esses consumidores comprem os artigos. "Comprei minha TV 52 polegadas da LG em 12 vezes. O home theater da minha mãe paguei em cinco parcelas.

(...)⁴³

Socialização negativa através da financeirização e ficcionalização da sociedade.

O atual período marca uma mudança qualitativa do entendimento dos espaços considerados periféricos a partir da socialização negativa e financeirização da economia. As pesquisas sobre esta questão procuram afirmar os espaços

⁴³ **O** **luxo** **da** **classe** **C.** Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mercado/me1807201007.htm>>. Acessado em 18 de julho 2010>.

considerados como periferias com base em sua materialidade, principalmente na aparência e formato das habitações auto-construídas sem acabamento. Entendemos que, no plano do consumo, estas diferenças com as camadas médias parecem desvanecer-se. É preciso destacar que a população de menor renda tem recorrido ao crédito, além do acesso ao consumo de produtos industrializados, inclusive para sua reprodução, nas suas diversas modalidades, oferecidas principalmente pelas grandes e pequenas redes de supermercados, ou seja, num processo de financeirização e creditização que não separa os espaços periféricos daquilo que se denomina centralidades.

A integração ao mundo do consumo e a dependência do crédito para a reprodução de sua existência permite pensar que os pobres, para além de consumidores, são consumidos por meio desse processo de integração ao mercado. A socialização negativa faz surgir o pobre consumido pelos signos do mercado e do espetáculo, através deste processo fetichista que a mercadoria envolve no atual período. É necessário afirmar que se somos todos consumidores, somos todos consumidos, por conta da prevalência de uma subjetividade mediada pela mercadoria e no sentido de que o processo de autonomia do consumo levaria a consumação do indivíduo. Este modo de viver a partir do consumo cria uma ordem de alienação que a mercadoria envolve.

Rocha (2008) chama atenção para um processo intenso de verticalização autoconstruída dos espaços considerados periféricos com a criação de novos pavimentos que servem, no primeiro momento, para incorporar novos membros da família, mas também para a utilização de fonte de renda através do aluguel, por conta da falta de alternativas à produção de novas moradias. Acrescentamos que as periferias imersas no mundo da mercadoria se utilizam desta estratégia para gerar

renda e participar do mundo do consumo. O autor discute esta questão através da necessidade de reprodução das relações sociais, ou seja, como uma forma de se reproduzir. Contudo, esta reprodução está imersa no consumo para a subsistência e para aquisição de bens no sentido de participar criticamente do processo de socialização negativa.

Damiani (2008) cita que, a partir da obra de Marx, a discussão da reprodução das relações sociais no capitalismo ganha um grande debate: por um lado, uma vertente entendia a reprodução das relações de produção a partir da reprodução dos meios de produção e da força de trabalho, sendo que neste caso o acento era a da luta de classe. Uma segunda vertente, a partir da reiteração do capitalismo e das crises do capitalismo, foi considerar a reprodução das relações sociais do capital. Agnes Heller escreve que há uma perda de força política do proletariado, que é capturado pelo modo de vida burguês. Para DAMIANI (2008: 106)

(...) O movimento operário, e sua força, são postos em questão: a força transformadora do proletariado se reduz. A capturação da classe operária pelo modo de vida burguês está em perspectiva: considerando, inclusive, o papel do consumo, imobilização; o da vida cotidiana; do urbano; das instituições estatistas, na neutralização das contradições; do espetáculo, como extensão do mundo da mercadoria (...) (Damiani, 2008: 106)

Para Alfredo (informação verbal)⁴⁴, a crise do capital não se desenvolve negativamente na reprodução das relações sociais: ela se dá como negação dos fundamentos do capital, mas repõe as relações de reprodução por mais que o

⁴⁴ Anotações em sala de aula do curso de pós graduação: Modernização e Contradições Espaço-Temporais – DG-FFLCH – USP, ministrado pelo Prof Anselmo Alfredo no ano de 2008.

dinheiro não tenha valor. Para o autor, o núcleo do trabalho, apesar de sua forma negativa, rege a cumulação do capital. Por mais que o dinheiro não tenha valor, o fetiche do dinheiro, como sendo da natureza deste desvalor, põe a possibilidade de que na crise da valorização do valor, o capital enquanto crise se reproduza acriticamente como capital. Neste sentido, o fetiche do dinheiro tem um papel fundamental na reprodução social. O fetiche detém a potência de colocar a crise, por mais profunda que ela seja, como aparência de reprodução ampliada do capital. O crédito cumpre esta função de fetichizar o crescimento e o acesso de parcelas significativas das populações dos espaços considerados periféricos.

Esta forma de acesso e dependência do crédito coloca em evidência a potência da categoria elaborada por Marx do capital fictício, que tem preponderância central para discussão da crise do atual modelo de reprodução. Os dados parecem indicar, na escala destes espaços ainda considerados como periferia, que o acesso ao consumo se dá a partir de uma ficcionalização da sua condição social e através da criação de dívidas para pagar outras dívidas num processo tautológico que marca este período da financeirização.

Pesquisa de Sciré (2009) mostra que o excessivo endividamento e o comprometimento quase total do orçamento doméstico dos moradores de uma comunidade na zona sul da cidade de São Paulo constituem as formas que permitem esse acesso ao consumo ampliado de bens e equipamentos de uso durável, mas também das compras alimentícias do mês. A inclusão dos pobres no mercado é acompanhada da inclusão dessas populações na lógica do endividamento e de forma, mais geral, na sua inclusão neste momento da reprodução crítica via financeirização da reprodução capitalista.

Para a autora:

(...) os cartões operam diretamente ligados à dinâmica do orçamento doméstico, visando garantir um auxílio no gerenciamento dos gastos - o que nem sempre ocorre, devido à incapacidade de muitos em arcar com o pagamento integral das faturas. É assim que as vidas já pautadas na defasagem dos rendimentos complicam-se ainda mais, comprometendo as futuras receitas com despesas em valores maiores que estas. (...)

(...) as práticas de consumo a partir dos cartões correspondem e, talvez, terminem por forjar formas de subjetividade regidas por essa associação entre liberdade e consumo, ao ato de comprar, de poder escolher. Basta observar o modo como é feita a propaganda dos cartões de crédito, nos termos de um ciclo interminável de “desejo - aquisição - novo desejo”. Os cartões, assim, são artefatos através dos quais os desejos são mobilizados e apresentados ao público como passíveis de ser realizados desde que se tenha a vontade para tanto. Um jogo de associação ou dissociação, talvez, já que tendo um cartão em mãos, “tudo é possível”, o desejo e vontade são associados à aquisição de bens e serviços, ao mesmo tempo em que esses são dissociados da renda e recursos efetivos de cada um. (...)

(Sciré 2009: 125, 128 e 129)

Jappe (2006), procura explicar esse fato a partir da reprodução geral do capital, que pode ser usado para explicar a inserção dessas populações consumidas pelo crédito, no sentido de que elas consomem antecipadamente seu futuro através das diversas formas de crédito a que se submetem. Neste sentido, o capital, para tentar superar a crise o capitalismo, faz sua “fuga para frente” neste processo de

financeirização e inserção destas massas no consumo fetichizado. Os pobres da metrópole também procuram fugir da sua situação de miséria num mundo que a todo momento cobra para que se integrem como consumidores. Neste sentido, eles podem ser consumidos por este processo de integração fictícia ao mercado.

(...) Essa fuga, faz-se indiretamente por intermédio do capital fictício, ou seja, pela autonomização dos mercados bolsistas e da especulação. Assim, o capital prolonga a sua vida para lá dos limites reais consumindo antecipadamente o seu futuro, isto é, vivendo a crédito. Também o crédito está embrionariamente “contido” na estrutura elementar da mercadoria: a mediação monetária separa a venda da compra porque permite adiar pagamento. O trabalho e o dinheiro são estádios diferentes do mesmo processo de valorização, mas podem igualmente não coincidir: o dinheiro pode multiplicar-se mais rapidamente que o trabalho morto. Este factor cria a ilusão de que o dinheiro tem o poder místico de crescer por si só, sem a mediação de um processo produtivo no qual fosse consumido trabalho (...) (Jappe 2006: 148)

Este quadro é associado àquilo que Kurz (1992) denomina de diminuição histórica da substância de trabalho abstrato por conta da alta produtividade, diminuindo as ocupações, principalmente para os espaços considerados periféricos. Neste sentido, realizam uma inclusão destes espaços de forma central na crise do sistema produtor de mercadorias.

Para Alfredo:

(...) O que reitera a necessidade de se considerar a importância própria de uma sociabilidade que estaria passando pelas determinações de um capital não necessariamente produtivo, mas onde a extensão do crédito, constituindo o que Marx denomina de *capital fictício*, teria um papel primordial no processo de reprodução crítica da forma valor. Trata-se, para se referir ao problema em outros termos, de uma racionalização necessária à reprodução cuja resultante mais fenomênica redundava num processo de brutal redução do trabalho (relativa e absolutamente) no interior do processo produtivo como um todo. (...) A extensão do crédito atinge uma necessidade que passa a autonomizar os sentidos do dinheiro em relação a sua forma como capital produtivo, desenvolvendo-se, a partir daí, uma extensão do capital como financeiro, creditício, fictício, pois que a circulação financeira passa a se constituir como um negócio próprio e que toma a dimensão, certamente ilusória, de totalidade da reprodução da forma valor. (...) (Alfredo, 2008: 70)

Deste modo é necessário pensar o atual modelo de reprodução do capital como uma acumulação que parece prescindir da força de trabalho vivo e pautada numa acumulação baseada em bolhas especulativas, neste sentido apontando para uma perspectiva de crise e de contradição objetiva do atual modelo. Kurz afirma que

(...) O crédito emana da subdivisão do capital em capital de produção ou capital-mercadoria, por um lado, e capital monetário ou capital-que-rende-juros, por outro. A duplicação da mercadoria em “mercadoria vulgar” (*gemeiner Warenpöpel*) e dinheiro como

“mercadoria régia” repete-se no nível do capital. Na economia burguesa, não existe conexão sistemática entre teoria monetária e teoria do crédito. A noção do dinheiro como “véu” e mero signo encontra-se em contradição com a noção do capital monetário a gerar lucros, como uma espécie de produção sui generis de mercadoria. Grosso modo, fazem de conta que a “indústria financeira” seria uma produção de mercadorias tão real quanto, por exemplo, a indústria automotiva. O juro parece uma forma independente de valor agregado. Marx, em contrapartida, mostra o caráter ilusório dessa noção. Ele comprova que o crédito, ou capital que gera lucros, é apenas uma forma derivada, sem formação própria de valor (...). O crédito inflado gerou não só formidáveis montanhas de dívidas, que sempre precisavam ser “roladas”, mas adquiriu uma forma de circulação independente de títulos financeiros (ações, títulos hipotecários, derivativos), onde se criaram valores fictícios de dimensões astronômicas. (Kurz, 2008)

Essas questões apresentadas por Kurz e por outros autores apresentados na pesquisa norteiam nossa crítica acerca desta mudança qualitativa no entendimento das periferias na metrópole e procuram tensionar esta noção através do atual momento crítico. Procuramos desenvolver esta crítica para além da categoria luta de classes e precariedade, incorporando a idéia da crise trabalho e ficcionalização da economia.

É necessário, no entanto, não perder de vista de que forma podemos pensar a superação a partir deste novo quadro imerso numa nova forma de pobreza dentro de uma lógica inerente à crise estrutural do trabalho. Ainda a partir de Kurz (1992), é possível derivar que camadas ditas periféricas foram socializadas de forma

comunista negativamente, ou seja, em um comunismo das coisas dirigido pela estrutura cega e tautológica do automovimento do dinheiro.

De forma geral, desenvolvemos nossa análise procurando discutir a metrópole a partir deste novo momento e colocando a questão do crédito como central para rediscutir este processo de socialização negativa do mundo da mercadoria. A expectativa é iniciar com uma análise de que não é mais possível reconhecer estes novos espaços como periféricos e demonstrar que, por conta das questões já colocadas, afirmar que há um processo de destituição da relação centro periferia.

Ao colocar estas questões, é importante frisar que esta destituição acontece dentro de uma diferenciação quantitativa do sistema produtor de mercadorias. Neste sentido, nossa pesquisa não afirma que desapareceram as precariedades e a produção de miséria. Contudo, separar estes pobres de forma dicotômica não permite que possamos fazer uma crítica mais contundente no sentido de pensar a superação deste estado de coisas. Ao pensar desta forma separada e ainda mediada sob esta névoa da visão ontologizada da luta de classes, não se enxerga o fato de que os pobres, sejam eles moradores das regiões centrais ou regiões distantes destas centralidades, estão cada vez mais socializados pelo consumo. A mercadoria como diria Guy Debord, avançou expansivamente e intensivamente. Para ele este processo de inserção na mercadoria, denominado como espetáculo:

(...) é o momento em que a mercadoria ocupou totalmente a vida social. Não apenas a relação com a mercadoria é visível, mas não se consegue ver nada além dela: o mundo que se vê é o seu mundo. A produção econômica moderna espalha, extensa e intensivamente, sua ditadura (...) Debord (1997:30)

Expansão do crédito e endividamento dos pobres

A expansão do crédito para os habitantes dos espaços considerados periféricos, num quadro de precarização do trabalho, tem se sustentado a partir de altas taxas de endividamento e comprometimento da renda, fazendo com que as populações desses espaços tenham que se comprometer com gastos que, na maioria dos casos, ultrapassa muito sua renda família. Este processo, além da expansão do crédito, parece estar ligado a um aumento do número de pessoas na família que exercem atividades remuneradas neste novo período. Entendemos que no modelo do capital industrial fordista dos anos 1980 e 1990, grande parte da renda era composta pela renda do chefe da família, majoritariamente pelo emprego na indústria.

Esse processo, apesar de contraditório, se realiza num quadro de reprodução crítica do capital, num momento em que o trabalho escasseia e há um aumento da pobreza. Parece-nos que ao lado da perda da importância do trabalho industrial, há uma proliferação de trabalhos precários ligados aos serviços, que incluem outros componentes da família, principalmente os filhos, mas também as esposas, o que poderia significar um aumento da renda familiar. Ao lado disso, não temos dúvida de que o papel do crédito é central, já que essas pessoas ultrapassam em muito a sua capacidade de renda através dos diversos cartões e limites bancários. Isso poderia explicar esse processo, no qual os pobres continuam consumindo e aumentando sua capacidade de endividamento.

(...) Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) 2008-2009, divulgada na quarta-feira (23) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mostra que 75% das famílias viram o salário acabar bem

antes do próximo pagamento e para 88% das que ganhavam até R\$ 830 mensais foi mais difícil fazer o dinheiro chegar ao fim do mês. De acordo com Wagner Silveira, coordenador de divulgação do IBGE, a facilidade na obtenção de crédito é a grande responsável pelos gastos excessivos dos brasileiros. “Hoje, quando uma pessoa vê um produto novo no mercado, têm a opção de parcelar a compra, o que antes não era tão fácil”, comenta. Apesar do número de famílias endividadas ainda ser grande, de 75%, há seis anos a média era maior (85%)⁴⁵.

São bem expressivos também os dados do Banco Central brasileiro acerca do endividamento das famílias para o estado de São Paulo e da FECOMÉRCIO:

(...) os paulistas estão no 5º lugar no ranking de endividamento no Brasil: média cada um deve R\$ 3661,00 aos bancos. Os números se baseiam-se nos dados mais recentes do Sistema de Crédito do Banco Central (SCR), de setembro de 2009, e em estimativa populacional feita pelo IBGE em 2007. (...) O SCR leva em conta todas as dívidas com bancos, como crédito imobiliário, Cheque especial ou cartão de crédito (...). Outro levantamento é o da FECOMÉRCIO – SP, mostra que a taxa de endividamento das famílias paulistanas Chega a 48%. Ou seja, 1,7 milhão de famílias da cidade carregavam algum tipo de dívida. No Brasil este percentual sobe para 60,1%. (...) O percentual de consumidores paulistanos que possuem dívidas em atraso 20%.

⁴⁵ **Salário acaba bem antes do fim do mês para 75% das famílias:** Diário de São Paulo - 24 de junho de 2010.

145, 816 bilhões é o total de empréstimos tomados por pessoas físicas no estado de São Paulo⁴⁶.

Através da análise desses dados e destas análises, pretende-se demonstrar que o crédito perpassa a mudança qualitativa na análise das populações periféricas. De um lado, procurando demonstrar que a facilidade de acesso ao crédito cumpre o papel de criar esta identidade qualitativa entre os trabalhadores de baixa renda e as camadas médias, através das mesmas formas de consumo e os mesmos valores, mesmo dentro de um processo de diferenciação da renda. A distinção entre centro e periferia não nos permite observar a forma pela qual o processo de reprodução se dá, uma vez que naturaliza (pelo físico geométrico) um processo social que a isso não poderia estar limitado.

(...) Levantamento da Associação Paulista de Supermercados (Apas) revela que a proporção de faturamento do setor em compras com cartão de crédito passou de 20% para 40% entre 2005 e 2010. Esse aumento, verificado em todo o País, se deve à crescente participação das classes C, D e E no mercado de cartões.

Hoje há cerca de 153 milhões de cartões de crédito no País, informa a Abecs, que representa as empresas do setor. Desses cartões, cerca de 60% pertencem a pessoas da classe C, com renda mensal entre R\$ 1,1 mil e R\$ 4 mil (...)47

⁴⁶ **Paulistas devem em média 3661,00 a bancos.** Jornal Destak - 20 de janeiro 2010. Disponível em <<http://www.bancadigital.com.br/destak/reader2/?pID=1&elD=3200&IT=page>> Acessado em 23/08/2010.

⁴⁷ **Compras com cartão passam de 20% para 40%.** Disponível em: <http://www.abecs.org.br/novo_site/noticias.asp?idNoticia=4790>. Acessado em 26/08/2010.

Por outro lado, a situação objetiva da renda dos assalariados fará com que as populações de baixa renda sofram uma dupla exploração marcada por sua condição de baixos salários e pelo endividamento progressivo. Essas populações não só continuam pobres, como também passam a estar endividadas. Podemos afirmar que a socialização negativa das camadas pobres se estabelece de forma a destituir a relação centro-periferia.

Dados sobre o endividamento das famílias brasileiras através da análise das regiões metropolitanas também confirmam essas questões acerca da dependência do crédito para a reprodução e consumo das famílias, criando uma bolha especulativa de consumo:

(...) Nunca o brasileiro deveu tanto. Entre cartões de crédito, cheque especial, financiamento bancário, crédito consignado e empréstimos para compra de veículos e imóveis - incluindo os recursos do Sistema Financeiro da Habitação (SFH), a dívida das famílias atingiu no fim do ano passado R\$ 555 bilhões. O valor é quase 40% da renda anual da população, que engloba a massa nacional de rendimentos do trabalho e os benefícios pagos pela Previdência Social. (...)

(...) o economista-chefe da LCA Consultores, Bráulio Borges. (...) fez um estudo para medir o grau de endividamento das famílias. Constatou que, se os bancos resolvessem cobrar toda a dívida, levando em conta o empréstimo principal e os juros, de uma só vez, cada brasileiro teria de entregar quase cinco meses de rendimentos. Em 2008, eram necessários 4,3 meses de rendimentos (salários, aposentadorias e pensões) para quitar os empréstimos. Neste ano, esse índice subiu para 4,8 meses, a maior relação entre dívida e

rendimentos da série histórica iniciada em 2001, quando eram precisos dois meses de rendimentos para pagar os empréstimos. Borges explica que o estudo levou em conta a estimativa da massa de rendimentos nacional, não apenas nas seis regiões metropolitanas do País, e os benefícios pagos pela Previdência Social. “

O aumento do endividamento das famílias é apontado também por outro tipo de pesquisa. De acordo com a diretora da Kantar Worldpanel (ex-Latin Panel), Christine Pereira, 65% dos dois mil lares visitados na Grande São Paulo e na Grande Rio pela consultoria tinham algum tipo de financiamento em 2009. No ano anterior, esse índice estava em 60%. Ela observa que, no ano passado, o percentual de famílias com financiamento era superior a 50% em todos os estratos de renda.

O pico do comprometimento da renda com empréstimos foi atingido em 2006, quando as prestações respondiam por 18,2% do orçamento. “De lá para cá houve um alívio”, observa Borges. O economista diz que a chave dessa aparente contradição entre endividamento recorde e menor comprometimento da renda mensal do consumidor é o alongamento dos prazos de pagamento dos financiamentos. De 2006 a 2009, os prazos médios quase dobraram, passando de 17,3 meses para 31,1 meses. (...)”⁴⁸

A tabela 6 e o gráfico 3 mostram o processo de evolução do acesso aos cartões de crédito, débito e aos cartões das grandes e lojas do varejo (que também são cartões de crédito), dentre elas os grandes supermercados. Os dados

⁴⁸ **Endividamento dos brasileiros é recorde.** Disponível em <<http://jcrs.uol.com.br/site/noticia.php?codn=20181>>. Acessado em 10 de maio de 2010

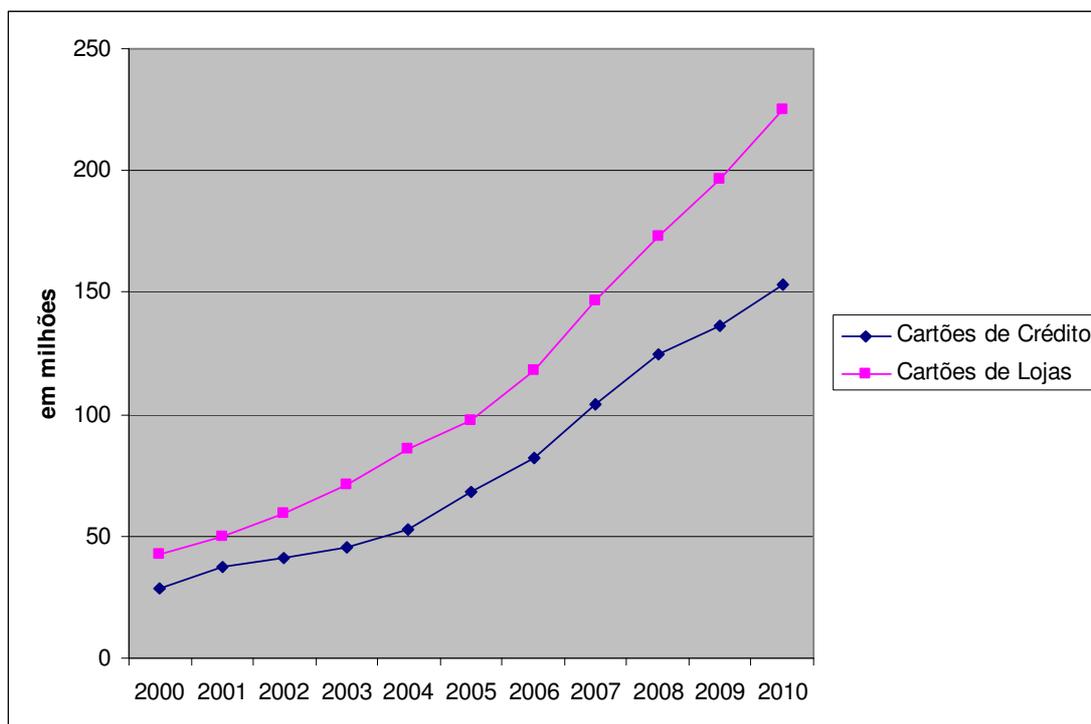
demonstram essa dependência do crédito para a realização do consumo no país. Apesar dos gráficos não demonstrarem o acesso aos cartões a partir de extratos diferentes de renda, os dados, a nosso ver, em conjunto com as análises do mercado, são bem expressivos na indicação de que esse crescimento está nitidamente ligado à inserção dos pobres nesse tipo de crédito. Destaque-se que esse crescimento é bem expressivo, como observamos no acesso a cartões de lojas, que incluem as redes de supermercados para a compra de alimentos a crédito, além das compras de vestuário e outros itens de consumo.

Tabela 6 - Evolução do mercado de Cartões (crédito, débito e de lojas no Brasil – 2000 e 2010

		2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010*
Total	Cartões milhões	118,2	151,3	183,1	221,6	277,0	336,1	387,7	452,5	514,0	565,2	628,0
	Variação % ano anterior		28%	21%	21%	25%	21%	15%	17%	14%	10%	11%
Crédito	Cartões milhões	28,4	37,2	41,3	45,1	52,7	67,9	82,3	104,4	124,4	136,2	153,3
	Variação % ano anterior		31%	11%	9%	17%	29%	21%	27%	19%	9%	13%
Débito	Cartões milhões	48,0	63,8	82,4	105,5	138,2	170,7	187,0	201,3	216,7	232,5	249,2
	Variação % ano anterior		33%	29%	28%	31%	24%	10%	8%	8%	7%	7%
Rede e Loja	Cartões milhões	42,1	50,1	59,2	71,0	86,0	97,4	118,2	146,7	172,7	196,4	225,3
	Variação % ano anterior		19%	18%	20%	21%	13%	21%	24%	18%	14%	15%

Fonte: ABECS – Associação Brasileira das Empresas de Cartão de Crédito - 2010

Gráfico 3 – Evolução do Mercado de Cartão de crédito no Brasil– 2000 a 2010.



A análise da tabela procura demonstrar o crescimento da creditização do consumo no caso brasileiro. Podemos notar que do ano de houve um crescimento de 530 % do acesso a cartões no período de 2000 a 2010, mostrando o acesso formas creditícias. Podemos notar que apesar de parecer maior o acesso aos cartões de débito, o que indicaria apenas um acesso aos bancos, podemos observar um forte crescimento do acesso aos cartões de crédito e, principalmente, aos cartões de redes ou lojas, que, na verdade, são cartões de crédito ligados às grandes redes de varejo, principalmente do setor supermercadista. Se somarmos esses cartões com os de crédito com bandeiras podemos notar que eles perfazem 60,30% do total de cartões no país.

Cabe destacar que apesar de não termos acesso aos dados da posse desses cartões para os extratos mais pobres da população, comumente denominados de setores periféricos ou de favelados, as análises do mercado e dos institutos de

pesquisa de mercado apontam que a causa deste aumento expressivo se encontra na participação cada vez maior desses estratos de renda no acesso ao crédito.

O acesso ao crédito, que é parte do processo financeirização e ficcionalização da economia, se realiza quebrando as velhas formas do crédito, presentes nas pesquisas anteriores. No caso da Geografia, como a pesquisa de Santos (2004) acerca do que o autor denomina de circuito inferior da economia e sobre a inserção dos setores pobres da população. O autor, na referida obra, acerca do que ele denomina dos “dois circuitos da economia”, trabalha com uma visão da pobreza não inserida nos circuitos do processo de financeirização da economia e, por conta disso, afirma as pesquisas que colocam o acento na exclusão dessas populações do consumo. Essa análise acaba por repetir a fórmula de que o acesso ao crédito estaria centrado nos estratos de maior de maior renda. Para o autor:

(...) os pobres, na visão de nosso estudo, são aqueles que têm acesso, de modo regular aos bens de consumo corrente considerados como o mínimo indispensável numa certa sociedade. Muito raramente têm acesso ao crédito institucional (...) e representam o essencial da clientela dos pequenos estabelecimentos comerciais ou artesanais, que oferecem crédito pessoal a taxas usurárias (...)

É, alias, no plano consumo que se situa uma das diferenças ente países subdesenvolvidos e países desenvolvidos. Nesses últimos “cada consumidor tem acesso a todos bens que são produzidos (...) enquanto nos primeiros isso é um privilégio das classes mais favorecidas da sociedade (...) (Santos, 2004:49)

Entendemos que neste período a dependência do crédito por parte dessas populações se expande para todos os extratos. Formas de crédito minoritárias, que eram afirmadas nessas pesquisas, como o fiado, agiotas e mesmo os carnês de crediário perdem força ou quase desaparecem daquilo que os analistas de mercado têm denominado como democratização e “amadurecimento do crédito” no país:

(...) O tradicional carnê vem perdendo espaço entre as formas de pagamento nas principais redes de varejo. Nas Casas Bahia, o maior grupo do setor no país, a participação do carnê caiu da quase totalidade (80%), há cinco anos, para os atuais 15% a 20%.

Entre 2005 e este ano, o número de cartões de crédito cresceu 126% no país, enquanto os cartões de loja tiveram alta de 131%, segundo a Abecs (Associação Brasileira das Empresas de Cartões de Crédito e Serviços), com base em estimativa para 2010.

(...) a tendência é que o movimento se intensifique nos próximos anos com um maior acesso das classes C e D aos cartões. (...) . está ocorrendo uma "cartonização" das classes C e D, o que impulsiona esse movimento (...) ⁴⁹.

São importantes também as considerações no mesmo jornal acerca da notícia do analista de mercado Alberto Sorrentino acerca desse processo de financerização.

Para ele:

(...) O fenômeno da progressiva migração de crédito para os meios eletrônicos reflete o amadurecimento do mercado de crédito a

⁴⁹ **Crediário vira minoritário no varejo.** Online em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mercado/me2109201005.htm>>. Acessado em 21 de setembro de 2010.

consumo massificado no Brasil, que vem se desenvolvendo desde o controle inflacionário trazido pelo Plano Real. O varejo vem desempenhando papel fundamental na democratização do crédito e dos meios de pagamento eletrônicos. Carnês de crédito direto ao consumidor migraram para cartões próprios ("private label"), usados só no estabelecimento emissor. (...) A relação do varejo com o crédito e os bancos também se transformou nos últimos 15 anos. Antes, o varejo controlava sua operação de crédito e sua carteira de clientes financiados, considerada um ativo estratégico. O êxito do setor em gerenciar crédito massificado a clientes de baixa renda atraiu o interesse de bancos e financeiras.

(...) Enquanto o varejo direciona sua estratégia de crédito para cartões híbridos, vira um agente de transformação ao ampliar a penetração de meios de pagamento eletrônicos. Hoje, a C&A tem número de cartões equivalente ao número de correntistas do Bradesco, e Renner e Riachuelo, ao de correntistas do Itaú Unibanco. Isso revela a capacidade do varejo em ampliar o crédito para consumo, suportado pelos grandes bancos comerciais. (...) ⁵⁰.

De forma geral, estes dados cumprem a função de demonstrar aquilo que viemos desenvolvendo de forma teórica sobre esse processo de ficcionalização e de creditização dos setores considerados periféricos dentro de um processo mais amplo de ficcionalização da economia. Eles também visam colocar em xeque aquelas visões que procuravam demarcar uma separação dos espaços nas metrópoles a partir de uma dicotomia centro-periferia.

⁵⁰ **Migração para meios eletrônicos reflete amadurecimento do mercado de crédito.** Online <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mercado/me2109201005.htm>. Acessado em 21 de setembro de 2010

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nossa pesquisa procurou debater a questão das periferias urbanas a partir da crítica a seus fundamentos, principalmente a leitura destes espaços mediados pela visão tributária da centralidade da luta de classes e da hegemonia do capital produtivo. À idéia de um espaço segregado e precarizado procuramos colocar uma análise que acentua a inclusão destes espaços á lógica mais geral de um processo de financeirização e ficcionalização da economia neste período de crise dos fundamentos do trabalho.

Pensamos contribuir, com esta pesquisa em andamento, para um processo de crítica da relação centro-periferia na perspectiva de pensar formas que contribuam para a crítica ao pensamento do urbano e a uma crítica que procure desenvolver os fundamentos de desvelamento de uma sociedade que se move pela valorização do valor.

Como denominar estes espaços que eram considerados periferias urbanas, não sabemos, mas sabemos que não mais podemos continuar afirmando pressupostos que não mais condizem com atual momento da reprodução do capital. Afirmamos também que estas análises que persistiram na crítica a partir da lógica da exclusão e da luta pelos equipamentos de consumo coletivo, não tiveram potência de realizar a crítica profunda do modo de reprodução do capital e só podiam ter como horizonte a integração a lógica do consumo.

Esperamos contribuir para uma crítica possa questionar estes fundamentos para além de uma crítica moral e para além de uma visão dicotômica sobre o espaço da metrópole.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

ALFREDO, Anselmo. A Constituição do Espaço Urbano de São Paulo (Brasil). Aspectos sobre a Problemática Indígena na relação contraditória cidade campo. In **GEOUSP 13**, São Paulo 2003.

ALFREDO, Anselmo. Modernização e Reprodução Crítica. Agroindústria do Leite e Contradições do Processo de Acumulação. In **Geousp. Espaço e Tempo**. Revista de Pós-Graduação, DG-FFLCH-USP, n. 24, 2008b.

ALFREDO, Anselmo. **Crítica á economia política e ao desenvolvimento do espaço**. São Paulo, mimeo, 2008c.

ALFREDO, Anselmo. **A Negatividade e a Crítica à Crítica Crítica: Sobre Espaço Tempo e Modernização**. XI Simpósio Nacional de Geografia Urbana, Brasília, julho de 2009.

ALFREDO, Anselmo, SILVA, Ana Cristina Mota. **Modernização e contradições espaço-temporais. Centralidades e periferias: A Metrópole de São Paulo. Três momentos, um percurso: Aldeamentos Indígenas, industrialização e periferia urbana**, mimeo, 2008.

ARANTES, Pedro Fiori. Marxistas e a cidade de São Paulo nos anos de 1970. **Novos Estudos - CEBRAP**, n 83, São Paulo, 2009.

BICHIR, Renata Mirandola. **Segregação e Acesso a Políticas Públicas**. 2006. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Universidade de São Paulo.

BONDUKI, Nabil e ROLNIK, Raquel. **Periferias: Ocupação do Espaço e Reprodução da Força de Trabalho**, FAUUSP, 1979.

BURGOS, Rosalina. **Periferias urbanas da metrópole: Territórios da base da indústria da reciclagem no urbano periférico**. 2008. Tese de Doutorado. FFLCH/USP. Universidade de São Paulo.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Imagens do Poder e da Sociedade (O mundo Cotidiano da Periferia)**. 1982. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade de São Paulo.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. Dynamique urbaine et métropolisation, le cas de São Paulo. **Confins - Revue Franco Brésilienne de Géographie**, v. 2, 2008.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. De la "geografía de la acumulación" a la "geografía de la reproducción": un diálogo con Harvey. *Diez años de cambios en el Mundo, en la Geografía y en las Ciencias Sociales, 1999-2008. Actas del X Coloquio Internacional de Geocrítica*, Universidad de Barcelona, 26-30 de mayo de 2008.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. São Paulo: Do Capital Industrial ao capital Financeiro. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri & OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de (orgs.). **Geografias de São Paulo. Representações e Crise da Metrópole**. Vol. II. São Paulo: Contexto, 2004.

CASTELLS, Manuel. **A Questão Urbana**. São Paulo, Paz e Terra, 2006. 3ª ed.

CAVALCANTE, Tércia Correia. **Barueri e sua Participação no Conjunto da Faixa Periférica da Metrópole Paulistana**, 1978. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana). Universidade de São Paulo.

CUNHA, Egláisa Micheline Pontes; PEDREIRA, Roberto Sampaio. (Org.). Como Andam as Regiões Metropolitanas. 1ª ed. Brasília - DF: Ministério das Cidades, 2008, v. 3

DEMATTEIS, Giuseppe. **Suburbanización y periurbanización. Ciudades anglosajonas y ciudades latinas**. em Monclús, F. (org.) La ciudad dispersa.

Urbanismo, ciudad, historia (I) (Barcelona: Centre de Cultura Contemporània de Barcelona). 1998. Disponível em <<http://textosenlinea.blogspot.com/2008/05/guisseppe-dematteis-superurbanizacin-y.html>>.

DAMIANI, Amélia Luisa, **Urbanização Crítica: Periferias Urbanas – Elementos a considerar no caminho da compreensão da cidade como sujeito**. 2007, mimeo.

DAMIANI, Amélia. **Espaço e Geografia: Observações de método. Elementos da obra de Henri Lefebvre e a Geografia Urbana a partir da MetrÓpole de São Paulo**. Tese de Livre Docência. Departamento de Geografia. Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas. 2008.

DEBORD, Guy. **A Sociedade do Espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

Espaço e Debates, Revista de Estudos Regionais e Urbanos nº 45 – Segregação Urbanas, São Paulo, v. 24, jan/jul 2004. Debate: A pesquisa sobre segregação: Conceitos métodos e medições.

GROSTEIN, Marta Dora. Uma Cidade Por Refazer-se a Periferia Paulistana. In **Revista USP**. Março/abril/Maio de 1990. São Paulo.

GOTTDIENER, Mark **A produção social do espaço urbano. São Paulo**. Edusp.1997.

HARVEY, David. O Trabalho, o Capital e o Conflito de Classes em torno do ambiente construído nas sociedades capitalistas avançadas. in **Espaço e Debates**, Nº. 6, São Paulo, 1982.

Harvey, David. **O Novo Imperialismo**. São Paulo. Edições Loyola, 2005.

HERZOG, Ana Luisa. O Futuro na base da Pirâmide. **Revista Exame** n. 23. 05 de dezembro de 2007

JAPPE, Anselm. **As aventuras da mercadoria - Para uma nova crítica do valor.**

Ed Antígona Lisboa, 2006.

KOWARICK, Lúcio. **A Espoliação Urbana**, Ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1979.

KOWARICK, Lúcio. **Capitalismo e Marginalidade na América Latina** Ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1977.

KURZ, Robert. **O Colapso da Modernização**: Da derrocada do socialismo à crise da economia mundial. Rios de Janeiro. Paz e Terra, 1992.

KURZ, Robert. A Ascensão do Dinheiro aos Céus. **Revista Krisis**, números 16/17, 1995. Disponível em: <<http://obeco.planetaclix.pt/rkurz101.htm>> 2008.

KURZ, Robert – O declínio da classe média. In **Folha de S. Paulo**. Caderno mais, de 19 de setembro de 2004

KURZ, Robert. Entrevista a Sonia Montaño. Revista IHU-Online – julho de **2006a**.

Disponível em http://www.ihu.unisinos.br/index.php?option=com_entrevistas&Itemid=29&task=entrevista&id=4668.

KURZ, Robert. A substância supérflua. **Revista Trópico**, setembro de **2006b**.

Disponível em <<http://obeco.planetaclix.pt/rkurz240.htm>>.

KURZ, Robert. **Seres humanos não rentáveis - Ensaio sobre a relação entre história da modernização, crise e darwinismo social neo-liberal**. Disponível em <<http://obeco.planetaclix.pt/>. Acessado em 04/10/2008a.

KURZ, Robert. **Cinzenta é a árvore dourada da vida e verde a teoria**. Disponível em <<http://obeco.planetaclix.pt/rkurz288.htm>>. Acessado em 04/10/2008b.

LANGENBUCH. Juergen Richard. **A estruturação da Grande São Paulo: estudo de geografia urbana**. Rio de Janeiro: IBGE, 1971.

LANGENBUCH. Jurgen Richard, “Depoimento” In **Espaço e Debates. Periferia Revisitada**. V. 42 2001 . Ed Anna Blume.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Belo Horizonte. Editora UFMG.1999

LEFEBVRE, Henri. **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo. Àtica, 1991

LEFEBVRE, Henri. **O Pensamento Marxista e a Cidade**. Editora Ulisseia, 1972.

MANDEL, Ernest. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Abril Cultural, 1982 (os economistas).

MARICATO, Ermínia. **Por um novo enfoque teórico nas pesquisas sobre habitação**. mimeo, 2007

MARQUES, Eduardo Cesar Leão. **Redes sociais: segregação e pobreza em São Paulo**. Tese de Livre Docência. Departamento de Ciência Política. Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas. 2007

MARQUES, Eduardo. Espaços e grupos sociais na virada do século XXI. In MARQUES, Eduardo; TORRES, Haroldo. (Orgs.). **São Paulo: segregação, pobreza e desigualdades sociais**. São Paulo: Editora Senac, 2005

MARTINS, José de Souza – “Depoimento” In **Espaço e Debates. Periferia Revisitada**. V. 42. 2001. Ed Anna Blume, São Paulo.

MARTINS, José de Souza – **Subúrbio. Vida Cotidiana e história no subúrbio da cidade de São Paulo: São Caetano, do fim do império ao fim da República Velha**. 2 ed São Paulo: Hucitec; Unesp, 2002.

OLIVEIRA, Francisco. **Crítica à razão dualista e o ornitorrinco**. S. Paulo: Boitempo, 2003.

POSTONE, Moishe **Time, Labor and Social Domination. A Reinterpretation of Marx's Critical Theory**. Cambridge University Press, 1993.

ROBIRA, Rosa Tello. Áreas Metropolitanas: espaços colonizados. In: CARLOS, A.F.A. E CARRERAS, C. (Orgs.) **Urbanização e Mundialização: estudos sobre a metrópole**. São Paulo: Contexto, 2005.

ROCHA, Alexandre Souza. **Centralidade e periferia na Grande São Paulo. Abordagem crítica sobre o morar na periferia da metrópole**. Dissertação de Mestrado. Departamento de Geografia. FFLCH - USP. São Paulo, 2000.

ROCHA, Alexandre Souza. **Objetos, atos e situações no morar na periferia da metrópole**. Tese de Doutorado. Departamento de Geografia. FFLCH - USP. São Paulo, 2008.

ROLNIK, Raquel - **O que é cidade** - Ed. Brasiliense - 1988 - São Paulo.

SANTOS, Milton. **O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos**. Edusp. São Paulo. 2004.

SANTOS, Roselaine Oliveira dos (2007). **Periferias Urbanas: Ensaio de síntese da produção teórica brasileira**. In X Simpósio nacional de Geografia Urbana, 2007, Florianópolis.

SCHOLZ, Roswitha. **Forma social e totalidade concreta: Na urgência de um realismo dialético hoje**. Disponível em <<http://o-beco.planetaclix.pt/roswitha-scholz12.htm>>. Acessado em 09/05/2010.

SCHOLZ, Roswitha. **O ser supérfluo e a “angústia da classe média**. Disponível em <<http://obeco.planetaclix.pt/>>. Acessado em 15/01/2009.

SCIRÉ, Claudia D’Ipolitto de Oliveira. **Consumo popular, fluxos globais: Práticas, articulações e artefatos na interface entre a riqueza e a pobreza**. Dissertação de Mestrado. Departamento de Sociologia. FFLCH - USP. São Paulo, 2009.

SEABRA, Odette Carvalho de Lima. “São Paulo: A Cidade, os Bairros e a Periferia”. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri & OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de (orgs.).

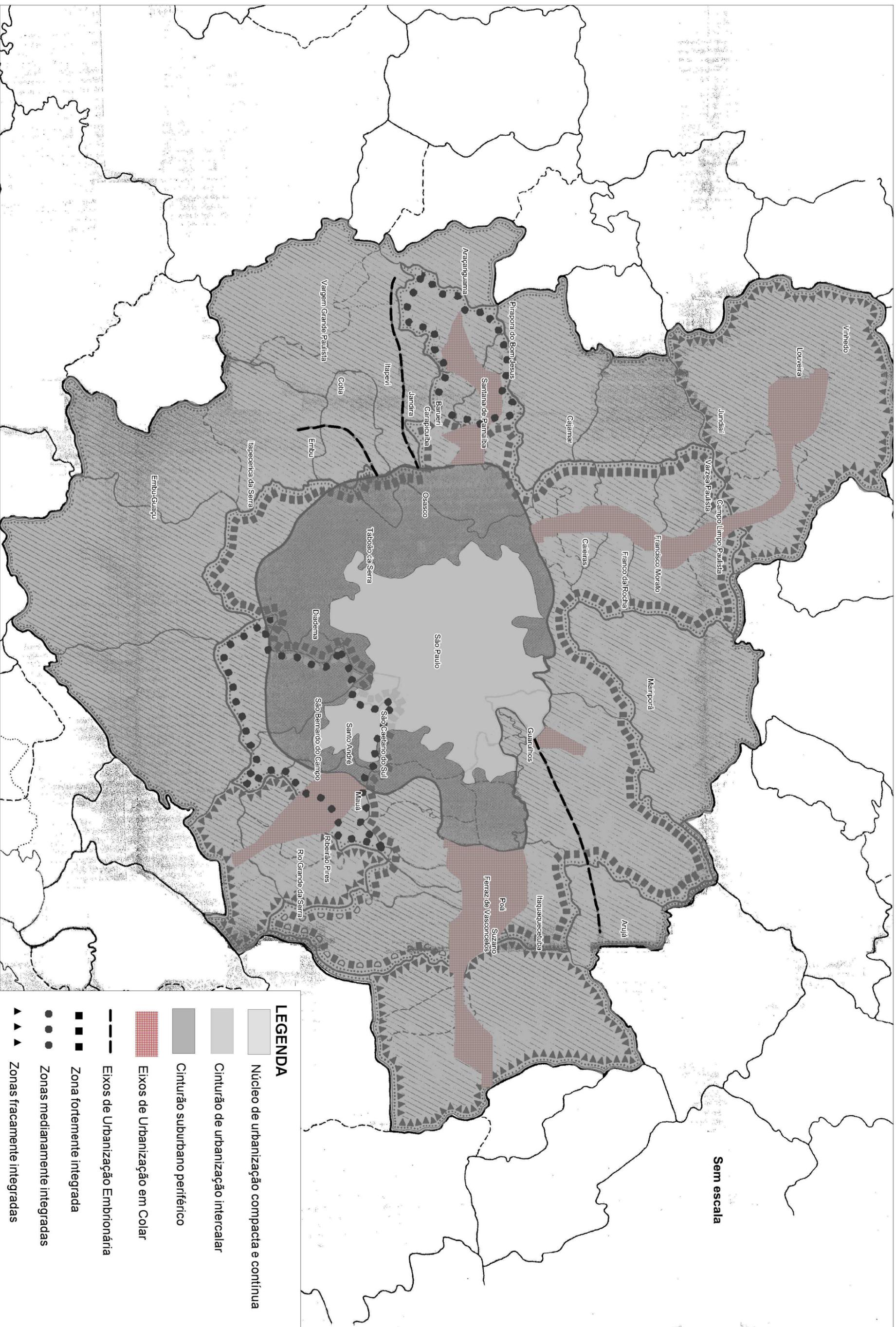
Geografias de São Paulo. Representações e Crise da Metrópole. Vol. I. São Paulo: Contexto, 2004.

TORRES, Haroldo, BICHIR, Renata Mirandola, CARPIM Thais Pavez. Uma Pobreza Diferente? Mudanças no padrão de consumo da população de baixa renda In **Novos Estudos - CEBRAP**, n 74, São Paulo, 2006.

VILLORIA, Alicia Lindón – De la expansión urbana y La periferia metropolitana. In **Documentos de Investigación.** Núm. 4. El Colegio Mexiquense, 1997.

ZERRENER, Sabrina Arruda. **Estudo sobre as razões para o endividamento da população de baixa renda.** Dissertação de Mestrado. Departamento de Administração. FEA – USP. São Paulo 2007.

Mapa 1: Zonas de Urbanização e Zonas de Integração a partir da Obra de LANGENBUCH (1971)



Adaptação do Mapa: Grandes Regiões - Limites - Delimitações

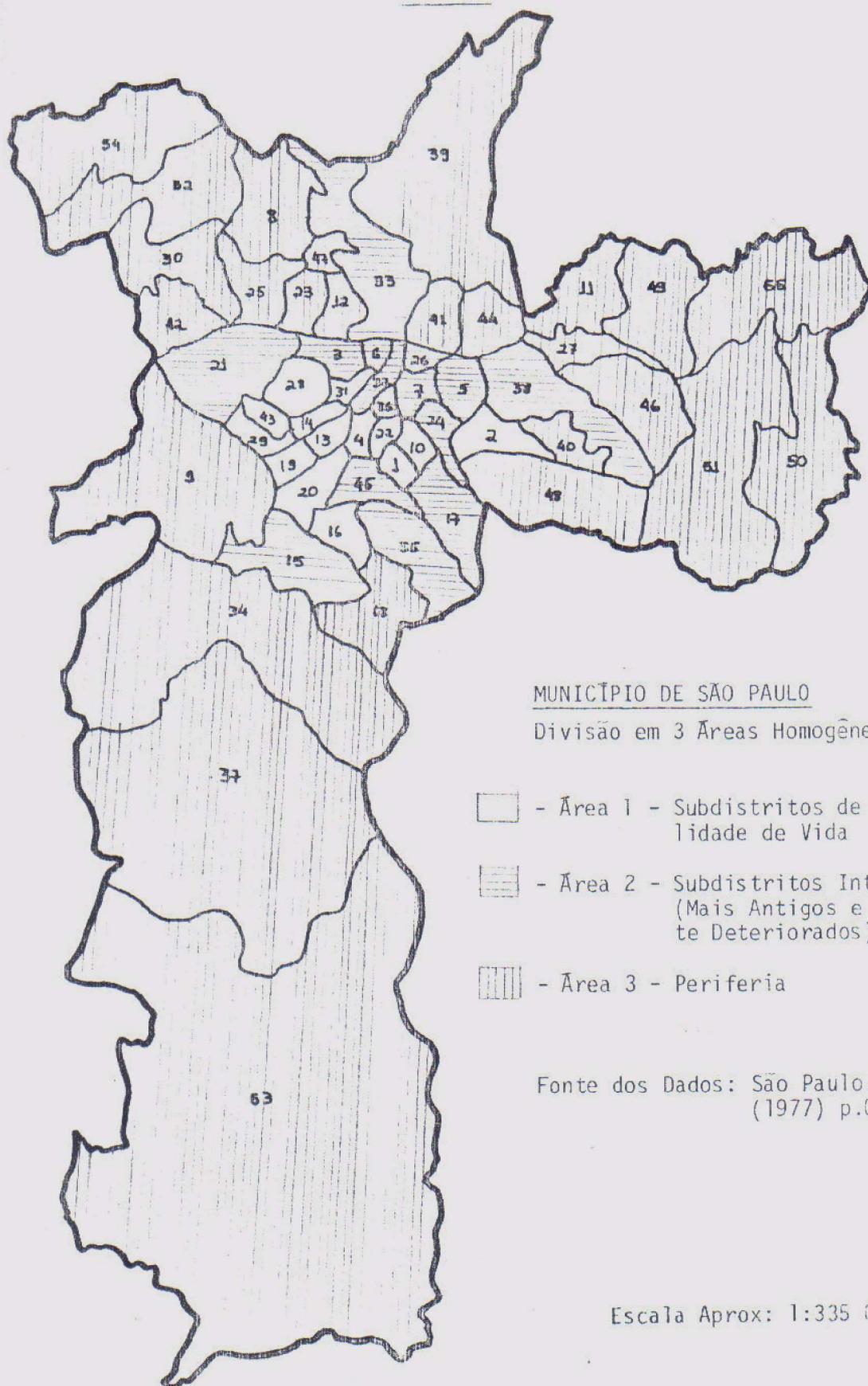
Fonte: LANGENBUCH, Juergen Richard. A estruturação da Grande São Paulo: estudo de geografia urbana. Rio de Janeiro: IBGE, 1971.

Elaborado pelo autor

Mapa 2 - Município de São Paulo: Divisão em Áreas Homogêneas a partir da Obra de Caldeira (1982)

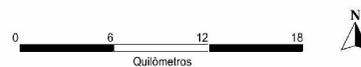
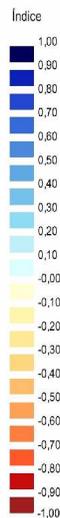
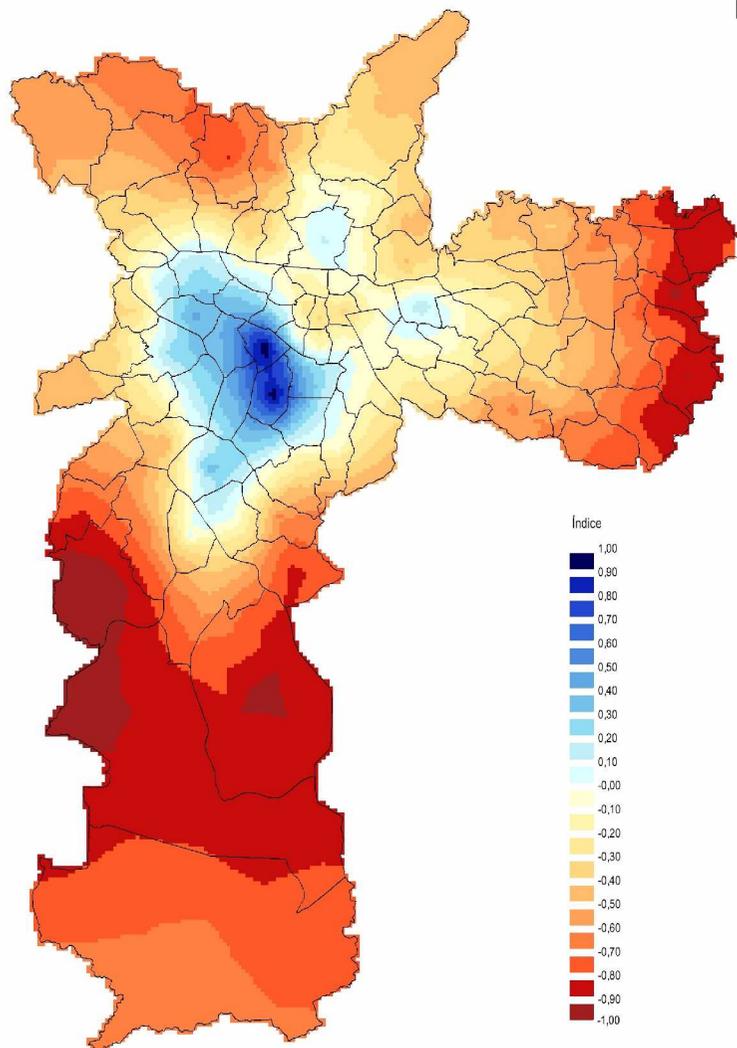
MAPA VI

10.



Mapa 3 - Município de São Paulo: Índice de Exclusão/Inclusão Social dos Distritos

Mapa da Exclusão/Inclusão Social
Distritos do Município de São Paulo
2002

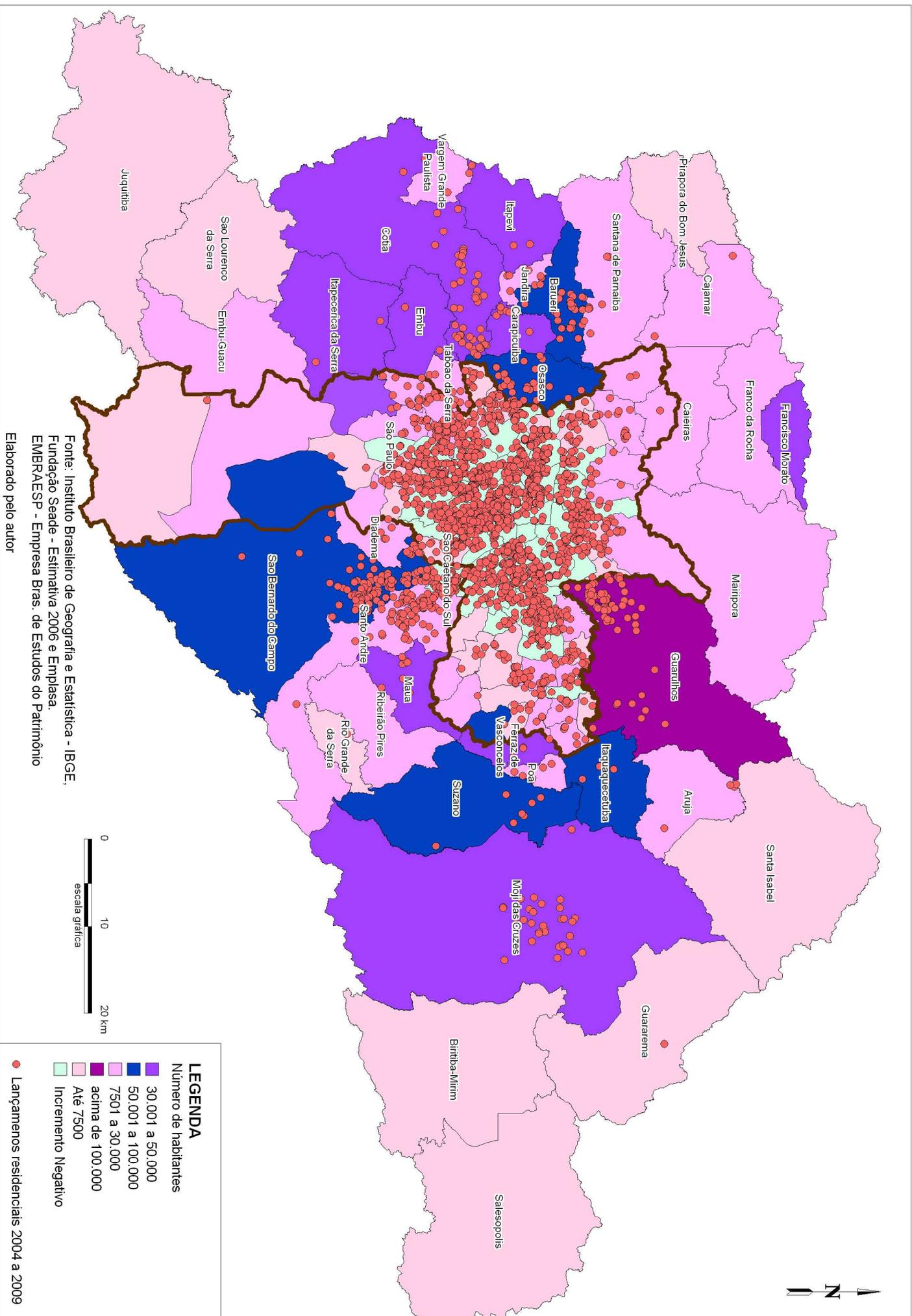


O Mapa da Exclusão/Inclusão Social é uma metodologia que utiliza linguagens quantitativas, qualitativas e de geoprocessamento na produção de índices territoriais intraurbanos que hierarquizam regiões de uma cidade quanto ao grau de exclusão/inclusão social. Esses índices vinculam as condições de vida da população a território em que vive.

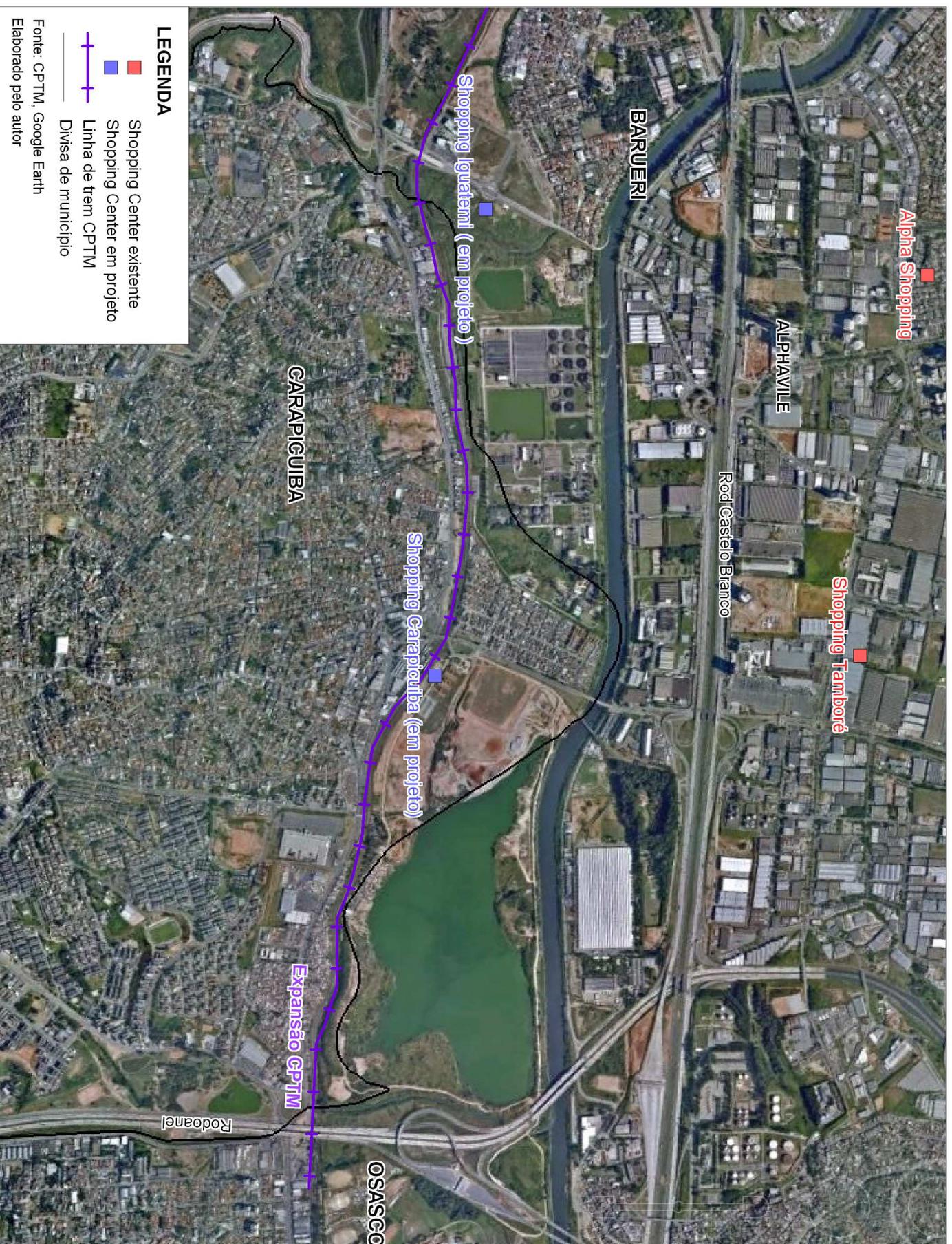
A exclusão e a inclusão social são necessariamente interdependentes, na medida em que só existe a exclusão a partir de uma dada situação de inclusão. No mapa aqui representado - versão 2002, o referencial da utopia de inclusão social é uma construção qualitativa medida por meio de quatro dimensões: autonomia, qualidade de vida, desenvolvimento humano e equidade, sendo cada uma delas resultado da agregação de um conjunto de indicadores.

Fonte: PUC/SP, Inpe, Instituto Polis. Mapa da Exclusão/Inclusão Social.
Nota: Realizado com Philcarto - <http://perso.club-internet.fr/philgeo>

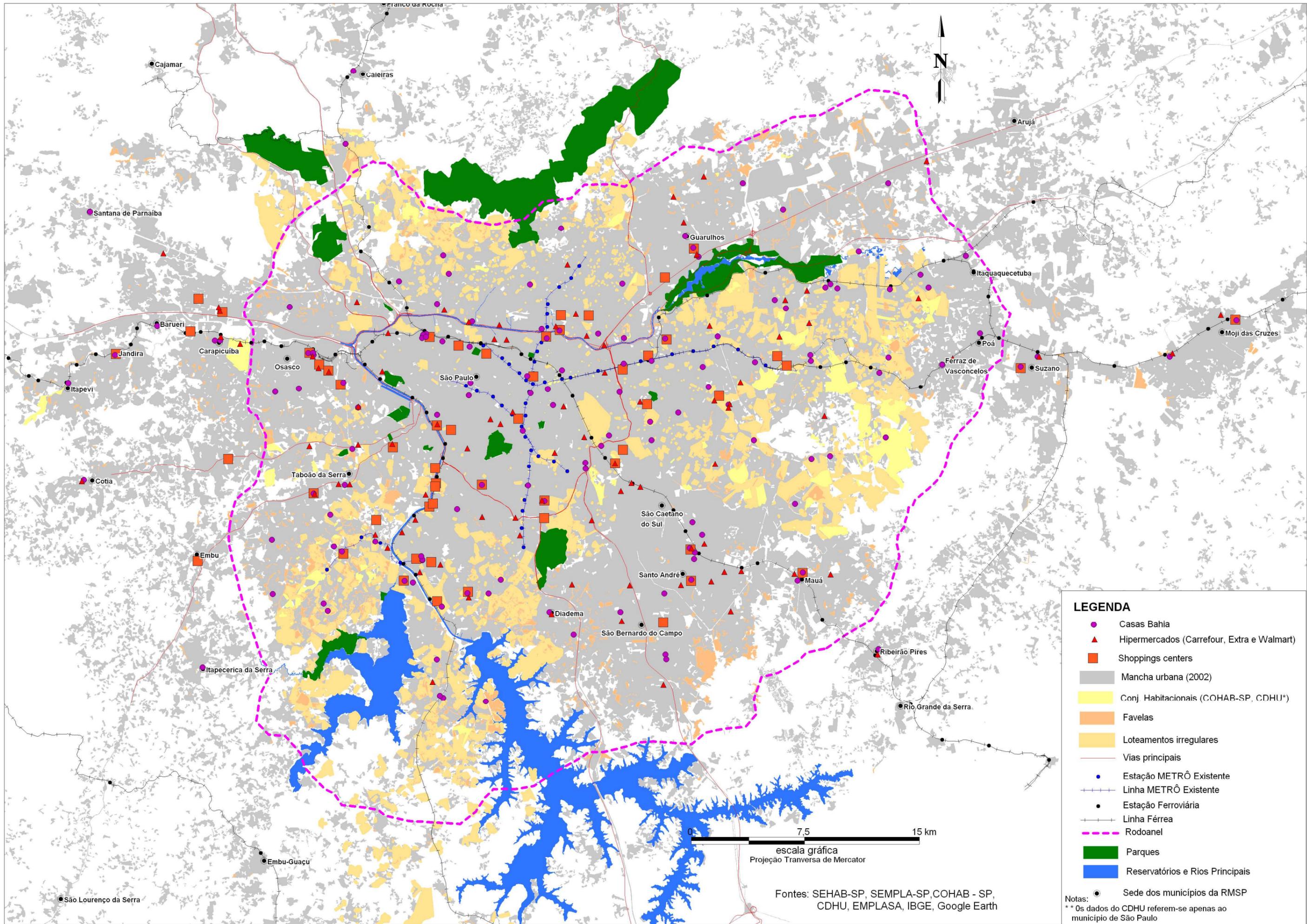
Mapa 4 - RMSP: Incremento populacional Absoluto - 2000/2006 e lançamentos residenciais (médio e alto padrão) 2004 a 2009



Mapa 5: Município de Carapicuíba: principais obras de mobilidade urbana e localização dos shopping centers



Mapa 6 - Localização dos Shopping Centers, Lojas Casas Bahia e Hipermercados na Mancha Urbana da RMSP



LEGENDA

- Casas Bahia
- ▲ Hipermercados (Carrefour, Extra e Walmart)
- Shoppings centers
- Mancha urbana (2002)
- Conj. Habitacionais (COHAB-SP, CDHU*)
- Favelas
- Loteamentos irregulares
- Vias principais
- Estação METRÔ Existente
- +—+— Linha METRÔ Existente
- Estação Ferroviária
- +—+— Linha Férrea
- - - - - Rodoanel
- Parques
- Reservatórios e Rios Principais

Notas: ● Sede dos municípios da RMSP
 ** Os dados do CDHU referem-se apenas ao município de São Paulo

Fontes: SEHAB-SP, SEMPLA-SP, COHAB - SP, CDHU, EMPLASA, IBGE, Google Earth